

Departamento de História

## A Crise do Congo vista pela Imprensa Portuguesa (1960-1965)

Pedro Alexandre Nobre Santos Martins

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de  
Mestre em História Moderna e Contemporânea, especialidade em Relações Internacionais

Orientador:  
Doutor Luís Nuno Valdez Faria Rodrigues, Professor Associado com Agregação,  
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2014

## Resumo

Em 30 de Junho de 1960, através de uma cerimónia em Léopoldville em que discursou Balduíno, o Rei dos Belgas, a Bélgica concedeu a independência ao Congo. Este acontecimento foi marcante na história de África, não só porque seguia a lógica dos movimentos para a auto-determinação dos povos do pós-guerra, mas também pelo que se iria suceder nos dias que se seguiram à independência. A cerimónia de independência do Congo recebeu uma atenção mediática importante, que aumentou ainda mais quando se as *Force Publique* se amotinaram, fazendo com que o interesse mediático pelo Congo tenha uma importância acrescida. O caos político e social que se seguiu, em que se assistiu à anarquia e à violência e em que o Estado central se viu incapaz de poder controlar, irá ter impacto na opinião pública mundial.

De 1960 até 1965, o Congo ex-belga, vai viver um período de instabilidade política e social, caracterizado por um primeiro-ministro assassinado, duas secessões internas, uma revolta comunista e um Governo de influência comunista. A chamada “Crise do Congo” terminará quando o General Mobutu tomar o poder através de um Golpe de Estado, a 25 de Novembro de 1965.

Este trabalho, que se integra no domínio científico das Relações Internacionais, tem como tema a visão que a imprensa portuguesa tinha deste acontecimento. Os três jornais em estudo são o *Diário de Lisboa*, o *Diário da Manhã* e o *Diário de Notícias*. As principais fontes utilizadas foram os artigos de opinião dos jornais em estudo, que deram uma visão mais pessoal ao conflito.

**Palavras-chave:** descolonização, Guerra Fria, crise política, imprensa portuguesa, Patrice Lumumba, ONU, Congo

## **Abstract**

On the 30th of June 1960, Baldwin, King of Belgium, made a speech in Leopoldville during a Ceremony in which Belgium conceded Congo's Independence. This event constituted a landmark on Africa's history, not only because it followed the general movement towards self determination of the people, in the aftermath of the Second World War, but also because of what would happen in the days following the independence. Congo's Independence Ceremony received the spotlight of the media, and this interest and attention got even bigger after the *Force Publique* mutiny. The press interest regarding the Congo will grow henceforth. The political and social chaos that ensued, in which anarchy and violence irrupted and resulted in a central State that was incapable of control, a situation which had tremendous impact on public opinion.

From 1960 to 1965, the former Belgian Congo will go through a period of political and social instability, characterized by the murder of a prime-minister, two internal secessions, a communist rebellion and a Government with a communist tendency. The so called "Congo Crisis" will end only when General Mobutu takes over the power, through a coup d'état on the 25<sup>th</sup> of November of 1965.

This paper, which inserts itself in the scientific field of International relations, has as its goal to depict the way in which the Portuguese Press described these events. The three newspapers transcribed are the *Diário de Lisboa*, the *Diário da Manhã* and the *Diário de Notícias*. The main sources used for this paper are articles by opinion makers of the referred newspapers, which gave the conflict a more personal point of view.

**Key Words:** Decolonization, Cold War, Political Crises, Portuguese Press, Patrice Lumumba, UN, Congo

Resumo .....	IV
Abstract .....	V
Índice .....	VI-VII
Introdução – Objecto de Estudo, Método e Fontes .....	1
Primeira Parte .....	5
Capítulo 1 – Descolonização e Guerra Fria .....	5
1.1) Descolonizações do pós Segunda Guerra Mundial e do início da Guerra Fria, com especial enfoque nas descolonizações em África.....	5
1.2) Guerra Fria no contexto Africano.....	11
Capítulo 2 – Colonialismo e Descolonização Belga durante a Guerra Fria.....	19
2.1) A colonização Belga (1908/1960).....	20
2.1.1) Exposição Universal de 1958 em Bruxelas .....	25
2.2) Os anos finais da colonização Belga .....	27
Capítulo 3 – “A Crise do Congo” .....	29
3.1) A Independência de um Novo Estado Africano .....	29
3.2) Crise Política, Motins e Secessões .....	31
3.3) O Assassínio de Patrice Lumumba .....	33
3.4) Intervenções Estrangeiras .....	37
3.5) Ascensão de Joseph Désiré Mobutu .....	43
Segunda Parte .....	47
Capítulo 1 – Portugal e a Crise do Congo .....	47
1.1) O Império Português em África .....	47
1.2) Estado Novo e a Nova Ordem Mundial depois da Segunda Guerra Mundial ...	50
1.3) A oposição internacional face à presença Portuguesa em África .....	51
Capítulo 2 - A Crise do Congo vista pela imprensa portuguesa .....	55
2.1) A independência, o início da crise, as secessões e a ajuda externa .....	56

2.2) O início do caos .....	61
2.3) A secessão do Katanga .....	67
2.4) Intervenções estrangeiras .....	70
2.5) Crise política e Golpe de Estado .....	76
2.6) O assassinato de Patrice Lumumba .....	80
2.7) Morte de Dag Hammarsköld .....	84
2.8) Fim do Governo de Gizenga .....	87
2.9) Fim da Secessão do Katanga .....	88
2.10) Segundo Golpe de Mobutu .....	91
Conclusão .....	95
Anexos .....	99
Cronologia da História do congo .....	99
Artigos de Opinião .....	103
Diário da Manhã .....	103
Diário de Lisboa .....	118
Diário de Notícias .....	126
Bibliografia .....	133



## **Introdução – Objecto de Estudo, Método e Fontes**

Para a maior parte das pessoas, o Congo é conhecido apenas através das notícias actuais, ou então como antiga colónia da Bélgica (aliás, a única desse “jovem” país europeu). A verdade é que depois de conhecer a história deste gigantesco país africano é impossível ficar indiferente à brutal realidade que os diferentes povos viveram e ainda vivem. Confesso que antes de ter este projecto, tinha a ideia de realizar um trabalho sobre as relações entre a Bélgica e Portugal durante o século XX, mas ainda sem períodos cronológicos definidos. Depois surgiu o interesse na colónia belga do Congo, não só por ser vizinha de Angola, como pela relação que teve com Portugal durante a história. A verdade é que Portugal teve uma relação próxima e muito antiga com o Estado que hoje é conhecido como Congo. Os navegadores portugueses, capitaneados por Diogo Cão, foram os primeiros europeus a chegar à foz do rio Congo e a estabelecer contactos com o “Reino do Kongo” em 1487.

A história actual da República Democrática do Congo espelha bem como decorreram a generalidade das colonizações realizadas em África, onde a violência foi em grande medida exagerada pelos colonizadores. A conquista e partilha do continente africano pelos europeus foi realizada tão rapidamente como a sua própria descolonização. Em alguns casos, a descolonização foi empreendida de maneira gradual e ordeiramente, como aconteceu com algumas das antigas colónias africanas pertencentes ao Reino Unido, noutros, as descolonizações foram mal planeadas, por vezes com recurso à guerra como aconteceu com as colónias portuguesas. O que aconteceu no Congo foi, em certa medida, caso único no contexto africano, no que concerne à violência desmedida. Como podemos constatar nas palavras do antropólogo americano Robert B. Edgerton, “A história do Congo é a saga de um mal sem tréguas por parte dos seus líderes, quer se trate de europeus ou congolese, e no entanto, em todos os estágios deste história, pessoas comuns recusaram desistir da sua compaixão uns pelos outros, da sua busca de felicidade e da sua esperança num futuro melhor”<sup>1</sup>. Desde o início da colonização europeia do território, que o Congo fora palco de uma gestão desumana e imoral dos seus recursos e dos seus vários povos. Obtida em 1960

---

<sup>1</sup> Robert Edgerton, “*The history of the Congo is one of unremitting evil on the part of its leaders, whether Europeans or Congolese, yet at every stage of this history ordinary people refused to surrender their compassion for one another, their quest for happiness, and their hope for a better future*”, *The troubled Heart of Africa*, pág. XI, 2002

por via diplomática à Belgica, a independência do Congo não trouxe, ao contrário do que os primeiros líderes do novo estado esperavam, um período de paz e prosperidade que contrastasse com o período colonial. Em vez disso, levou a um conflito conhecido simplesmente por “Crise do Congo”, que durou entre 1960 a 1965 e que incluiu o assassinio de um primeiro-ministro democraticamente eleito, duas secessões dentro do próprio estado e à sua consequente reintegração, a crise nas forças armadas, a morte de um Secretário-Geral da ONU, a guerra civil de dois governos opostos, um com vertente Socialista o outro Ocidental, com apoios vindos dos dois blocos da Guerra Fria e que culminou com a subida de um ditador que governou o país durante três décadas.

Sendo que Angola, naquele tempo uma colónia portuguesa, se situa a sul do Congo, naturalmente impôs-se uma questão pertinente: Quais foram as implicações que a Crise do Congo teve sobre Angola e Portugal? São muitas as questões que se podem colocar para investigar posteriormente este tema, mas neste trabalho será abordado apenas o impacto mediático que a Crise do Congo teve na imprensa portuguesa.

O principal objectivo da dissertação de mestrado é avaliar o modo como a Crise do Congo, que cronologicamente se situa entre a independência em 1960 e a ascensão do General Mobutu em 1965, se repercutiu na imprensa portuguesa da época. Trata-se de um acontecimento marcante na história de África durante o período das independências, inserindo-se ainda no contexto da Guerra Fria. A “Crise do Congo” também teve impacto para o Estado Novo, devido à instabilidade política e social que acabou por influenciar os movimentos de libertação de Angola, como a UPA.

Em primeiro lugar, como já foi frisado antes, vivia-se a Guerra Fria, que implicou a divisão do mundo em dois blocos. Em segundo lugar, era um período em que as potências coloniais europeias, que antes dominaram quase todo o globo, confrontadas com a luta pela libertação dos povos africanos, viram-se forçados a conceder a independência às suas respectivas colónias. A vaga independentista do pós-guerra criou um novo bloco de países, chamados os não-alinhados, que se caracterizavam por serem países pobres recém-independentes e que não seguiam nenhuma das ideologias dos dois blocos. A independência do Congo não era excepção, fazendo fronteira com Angola a norte, da qual estava separado apenas pelo rio Zaire. A sua independência fez com que o governo português da época tivesse especial atenção a esse acontecimento, especialmente com o início da “crise”. Não era só a instabilidade política e social que se



vivia no Congo que preocupava o governo português, mas sim o facto da crise se inserir no contexto das independências das antigas colónias europeias e da possível influência soviética. É preciso não esquecer, primeiro, que Portugal e o regime do Estado Novo não reconheciam o direito à autodeterminação dos povos das suas colónias, reforçando a sua legitimidade ao defender nas instâncias internacionais que eram províncias ultramarinas e segundo, que o Estado Novo era anti-comunista.

Na problemática, a principal questão é saber como foi a Crise do Congo acompanhada e analisada pela imprensa em portuguesa bem como analisar as principais posições de cada jornal em estudo. Sendo impossível analisar todos os artigos de opinião sobre os acontecimentos do Congo, tendo em conta o interesse sobre a situação política e social nesse país e a quantidade de jornais portugueses que escreveram sobre isso, este trabalho irá centrar-se sobre três jornais: o *Diário de Notícias*, o *Diário da Manhã* e o *Diário de Lisboa*. Deverá ser analisado o que cada um dos jornais escreveu acerca dos principais acontecimentos que marcaram a crise do Congo, bem como os artigos de opinião e textos editoriais sobre o tema.

O trabalho vai ser dividido basicamente em duas partes: a primeira parte referente a factores de ordem externa. No primeiro capítulo serão contextualizados os processos de descolonização do pós-guerra, com especial enfoque nas descolonizações em África e no impacto da Guerra Fria no contexto africano. Para isso será necessário recorrer à bibliografia básica sobre estes assuntos. O capítulo dois será dedicado ao caso específico da colonização do Congo pela Bélgica desde o final do século XIX até à independência, embora a colonização no período do pós-guerra seja a parte mais relevante. A Exposição Universal de 1958 em Bruxelas terá um lugar especial neste capítulo por ter sido a primeira a ser realizada depois da Segunda Guerra Mundial e por ter dedicado uma parte da sua exposição ao Congo. A última parte do capítulo dois será deixada para contextualizar o Congo no seio das descolonizações africanas e da Guerra Fria. O capítulo três da primeira parte será dedicado à Crise do Congo, mas será apenas usada bibliografia de apoio e nenhuma das fontes, pois essas só serão usadas na segunda parte do trabalho. Esse capítulo irá debruçar-se já especificamente sobre a crise do Congo. Serão expostos todos os acontecimentos importantes, desde a ascensão e queda de Lumumba até à chegada ao poder do general Mobutu.

A segunda parte do trabalho será dividida em dois capítulos. O primeiro vai debruçar-se sobre Portugal e a sua relação com o conflito do Congo. Vão ser abordados os aspectos da política do Estado Novo em África, a questão do império português, que tinha a oposição do resto do mundo, as relações entre Portugal e a Bélgica, assim como o Estado Novo no contexto da Guerra Fria. O capítulo dois é dedicado ao estudo da Crise do Congo através da investigação dos jornais da época. Será nesta última parte que as questões da tese serão respondidas. Como é muito difícil falar sobre todos os acontecimentos que se desenrolaram durante a Crise do Congo, serão apenas analisados os acontecimentos mais importantes, como o assassinio de Patrice Lumumba, a morte do Secretário-Geral da ONU Dag Hammarskjöld e a ascensão de Mobutu.

Há bastante bibliografia sobre a Crise do Congo, uma vez que se trata de um acontecimento histórico marcante, decorrente desde o período colonial da Bélgica até aos dias de hoje. Existem muitas obras, incluindo artigos sobre o Congo e mais concretamente sobre a Crise do Congo. Uma famosa obra de Joseph Conrad, chamada *Heart of Darkness*, publicada em 1902, descreve situações de fascínio e os horrores da colonização que cativaram muitos leitores acerca do Congo e de África. Esta obra, não tendo relevo científico para a realização deste trabalho, tem no entanto o interesse humano de ser um clássico que retratou a situação do Congo colonial. Sobre as descolonizações e a Guerra Fria será usada bibliografia de base, como a *Era dos Extremos* de Hobsbawm, a *Guerra fria* de Lewis Gaddis, ou *Colonialismo e Descolonizações* de Marc Ferro. Nos capítulos dois e três, as principais obras usadas serão sobre a história do Congo, como *The Troubled Heart of Africa* de Robert Edgerton, *European Atrocity, African Catastrophe* de Martin Ewans, assim como outras obras e artigos. A bibliografia ficará completa com obras de referência sobre o Estado Novo português e a sua política em África. Como já foi dito antes, para representar a imprensa portuguesa, as fontes usadas serão os três jornais de referência e os seus conteúdos, para responder às questões colocadas. Tendo em conta o *Diário de Notícias* como um jornal de grande referência em Portugal e geralmente pró-regime, o *Diário da Manhã* como imprensa oficial da União Nacional, O *Diário de Lisboa* como neutral mas de tendência anti-regime, podemos afirmar que são órgãos que representam a imprensa portuguesa da época, a partir de diferentes pontos de vista.

## **Primeira Parte**

### **Capítulo 1 – Descolonização e Guerra Fria**

“Os fracos começavam a descobrir oportunidades para enfrentar os fortes. A natureza do poder estava a mudar porque o medo do poder, como ele era concebido tradicionalmente, estava a diminuir. Os tacos começavam efectivamente a transformar-se em flamingos e as bolas em ouriços.”<sup>2</sup>

O fim da Segunda Guerra mundial e o início da Guerra Fria ditou o fim dos impérios coloniais europeus que se encontravam esgotados e devastados. Neste primeiro capítulo, dividido em duas partes, será feito um breve contexto histórico sobre o fim do imperialismo europeu, o início da Guerra Fria e as descolonizações em África.

#### **1.1) Descolonizações do pós Segunda Guerra Mundial e do início da Guerra Fria, com especial enfoque nas descolonizações em África.**

No início do século XX, os impérios europeus tinham em seu poder a quase totalidade do globo terrestre e acreditavam genuinamente na sua superioridade face aos povos colonizados. Nessa época, estava bem patente na mente dos europeus como na dos povos colonizados que era impossível vencer uma guerra com os colonizadores. Os impérios europeus conseguiram impor o seu modelo aos países colonizados graças à sua superioridade militar e tecnológica. A colonização de grandes parcelas de território em África e Ásia era justificada pelos Europeus pelo “aproveitamento de recursos necessários ao progresso da humanidade” e também de ensinar aos povos colonizados “os valores e crenças da raça branca”. O sentimento dos Europeus era de superioridade racial, social e na fé inabalável do “brio da sua civilização”<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Gaddis, John Lewis, *A Guerra Fria*, pág. 128, 2005

<sup>3</sup> Alexandre, Manuel Valentim, *A Descolonização Portuguesa em Perspectiva Comparada*, pág. 32, 2005

Acontecimentos como a derrota da Rússia na guerra contra o Japão em 1905 e a Primeira Guerra Mundial (1914/1918) tiveram um efeito devastador na Europa e deram sinal que os impérios não eram invencíveis. A guerra entre a Rússia e o Japão foi um acontecimento histórico, por ter sido a primeira vez que um Estado europeu fora derrotado por uma nação não europeia. Os acontecimentos catastróficos da Primeira Guerra Mundial deixaram a Europa mais enfraquecida economicamente, a favor dos Estados Unidos e com uma falsa sensação de paz entre as potências beligerantes. Não podemos esquecer que o desfecho da Primeira Guerra Mundial pôs fim a quatro impérios Europeus; o Alemão, o Austro-Húngaro, o Otomano e o Russo. As colônias alemãs em África e Ásia foram repartidas pelos vencedores. A Alemanha, que foi a principal derrotada, teve que se sujeitar às exigências do Tratado de Versalhes, assinado a 28 de Junho de 1919, que a responsabilizou pelo conflito juntamente com o império Austro-húngaro, e viu todos os seus territórios ultramarinos serem oferecidos à Grã-Bretanha e à França. Os Estados Unidos da América, liderados pelo Presidente Wilson, foram os grandes mediadores do pós-guerra ao tentaram criar as condições necessárias para impedir novos conflitos no futuro, como foi o caso da Sociedade das Nações em 1919. A posição assumida pelos Estados Unidos, patente nos famosos (14 Pontos de Wilson) para a reconstrução Europeia, passava pelo direito da auto-determinação dos povos, incluindo os que eram colonizados. Esta medida tinha em vista os interesses dos povos colonizados, embora na prática não tivesse sido muito utilizada, “ficou consagrado oficialmente que a colonização deveria ter em conta os direitos e interesses dos indígenas”<sup>4</sup>. A proclamação dos Estados Unidos, feita pelo Presidente Wilson, tinha também a intenção de “servir de contra-manifesto às pretensões da Rússia bolchevique em acabar com o imperialismo”<sup>5</sup>, sendo o Ponto 5 dos catorze, aquele que mais se aproximava das pretensões da Rússia bolchevique e consistente com as afirmações do Presidente Wilson em tempo de guerra.<sup>6</sup>

Nos vinte anos que se seguiram, a paz no mundo equilibrou-se fragilmente numa teia dividida em três blocos ideológicos, antagónicos entre si, que viria a culminar na Segunda Guerra Mundial (1939/1945). Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França representavam o bloco democrático, capitalista e liberal, muitas vezes denominado

---

<sup>4</sup> Alexandre, Manuel Valentim, *A Descolonização Portuguesa em Perspectiva Comparada*, pág. 33.

<sup>5</sup> Manela, Erez, *The Wilsonian moment*, pág. 41, 2007.

<sup>6</sup> Alexandre, Manuel Valentim, *A Descolonização Portuguesa em Perspectiva Comparada*; Venner, Dominique, *O Século de 1914*, pág. 116-120, 2009.

como o “mundo livre”. A recém-criada União Soviética (1917) tornou-se no primeiro estado genuinamente comunista que representava sozinha o bloco mais à esquerda. Depois da Primeira Guerra Mundial, a crise política e económica que se viveu na Europa durante os anos 1920 criou um clima de instabilidade social. O fracasso das democracias recém-criadas na Europa em conseguir manter a ordem foi uma das razões para o aparecimento do fascismo. A ascensão dos grupos fascistas foi uma resposta “aos traumatismos da Primeira Guerra, à cultura Europeia que tinha Nietzsche como referência, à crescente ameaça do Bolchevismo, e à necessidade da nova aristocracia responder aos novos desafios da época”, sendo a Itália e a Alemanha os expoentes máximos desse sistema. Estas ideologias entravam todas em confronto entre si, o que viria a lançar a faísca para a Segunda Guerra Mundial. No final do conflito, em 1945, o fascismo e o nazismo foram os grandes derrotados, deixando de um lado o Ocidente, com os Estados Unidos à cabeça, e, do outro lado, o bloco Comunista, ainda que só tendo como protagonista a União Soviética.<sup>7</sup>

Depois da Segunda Guerra Mundial, a União Soviética estava muito longe de ter o poder militar efectivo que os Estados Unidos tinham. Principalmente porque a União Soviética encontrava-se severamente debilitada pela guerra. Acredita-se que cerca de 27 milhões de soviéticos tenham perdido a vida no conflito e, para além disso, a maior parte da indústria e das redes de transporte encontravam-se destruídas e os campos agrícolas tornaram-se baldios. Ao contrário disso, os Estados Unidos, que também participaram no conflito, tiveram a vantagem de combater longe do seu território, mantendo assim as suas fábricas intactas, a sua agricultura sempre a produzir e os seus meios de transporte a escoar a sua produção. Para além disso, ainda havia o aspecto da superioridade militar e tecnológica. No final da guerra os Estados Unidos tinham armas nucleares e o conhecimento para as fabricar, coisa que os soviéticos não. Depois, embora o Exército Vermelho tivesse mais efectivos do que o exército americano, e fosse uma ameaça para a segurança da Europa, os americanos tinham o controlo do mar com a sua poderosa marinha e o controlo dos céus com a sua força aérea.<sup>8</sup>

A Inglaterra e a França, apesar de terem ambas grandes impérios coloniais, estavam muito debilitadas, especialmente a última que sofreu a ocupação Alemã entre 1940/1944. A Inglaterra continuava a ser a economia mais forte da Europa e dona de um

---

<sup>7</sup> Venner, Dominique, *O Século de 1914*, pág. 171.

<sup>8</sup> Painter, David S., *The Cold War, An International History*, The world in 1945, pág. 4-14, 1999.

império imenso que incluía a Commonwealth, criada em 1926 para garantir uma certa autonomia às colónias britânicas. Ainda assim, foi o primeiro país que compreendeu a necessidade de dar a independência a algumas das suas colónias, a começar pela Índia e a Birmânia em 1947 e 1948 respectivamente. A Inglaterra e a França começaram também a sair dos seus protectorados no Médio Oriente onde viria a nascer o Estado de Israel em 1948. Um factor que também foi importante para o início das descolonizações, em primeiro lugar na Ásia, foi a humilhação que o Ocidente sofreu com as vitórias japonesas no Sudoeste Asiático e no Pacífico. A derrota do império russo na guerra de 1905 e o avanço japonês na conquista das possessões inglesas, francesas e holandesas na Ásia, mostraram aos povos colonizados que ao contrário do que era plausível naquele tempo, os europeus não eram invencíveis, embora tivessem armamento e tecnologia superiores. Embora, independentemente da perda de hegemonia europeia, também se tenha tornado difícil para as potências coloniais controlarem os seus vastos territórios, o que requeria uma constante canalização de fundos económicos necessários para a reconstrução das suas próprias metrópoles. Além disso, as potências coloniais começaram a confrontar-se com um novo fenómeno que até ao século XX só acontecia em países Ocidentais, que foi o surgimento de partidos políticos organizados em algumas colónias que se “pretendiam revolucionários e nacionalistas”<sup>9</sup>. Mas que geralmente tinham um carácter anti-colonialista e com um único objectivo; a independência. Alguns dos novos movimentos independentistas causavam apreensão ao Ocidente por terem uma ideologia claramente comunista, como o Vietminh do Vietname, ou o Front de Libération National da Argélia. Estes factores levaram a várias intervenções armadas dos colonizadores. Países como a França consideravam mesmo que a integridade nacional estava em risco e que a sua posição na Guerra Fria se “Expressava contra a ameaça soviética”<sup>10</sup>. Já algumas das queixas que os colonizados reclamavam aos colonizadores na sua luta pela independência era mais reconhecimento e oportunidades, que até então não conseguiram obter<sup>11</sup>.

Os primeiros acontecimentos importantes que marcaram o início da Guerra Fria, tiveram início mal acabou a Segunda Guerra Mundial, embora a Guerra Fria tivesse tido a característica “peculiar de não existir, objectivamente, perigo de guerra mundial”<sup>12</sup>. O

---

<sup>9</sup> Ferro, Marc, *História das Descolonizações*, pág. 313, 1996.

<sup>10</sup> Ferro, Marc, *História das Descolonizações*, pág. 368.

<sup>11</sup> Painter, David S, *The Cold War*, pág. 4-14.

<sup>12</sup> Hobsbawm, Eric, *A Era dos Extremos*, pág. 226, 1996.

rápido avanço dos russos na Europa de Leste, que culminou com a conquista de parte do território da Alemanha em 1945, as exigências de Moscovo em colaborar numa partilha conjunta com os aliados, de vários territórios estratégicos, como os estreitos turcos, ou as colónias italianas do norte de África, fez com que os aliados temessem um domínio Soviético demasiado influente que escapasse ao seu controlo. Os Estados Unidos perceberam que, para impedir que a influência comunista se espalhasse pela Europa, teriam que ajudar na sua reconstrução económica. Depois dos Estados Unidos, em Março de 1947, terem efectuado um programa de assistência económica e militar à Grécia, que se encontrava em guerra civil e também à Turquia, elaboram, em Junho desse mesmo ano, o Plano Marshall, que ostentava o nome do Secretário de Estado que o anunciou. O Plano Marshall ia ao encontro da chamada Doutrina Truman, que tinha como objectivo conter o avanço do comunismo e a rápida acção americana na Grécia, Turquia e Irão conseguiram impedir esse mesmo avanço e garantir o acesso ao petróleo iraniano. Embora o Plano Marshall também incluísse os países dentro da esfera soviética, os russos acabaram por não aceitar a ajuda, prejudicando a relação entre a Rússia e os seus satélites, sendo a Jugoslávia - que viria a cortar relações com a União Soviética em 1948 - o exemplo mais importante. O Bloqueio de Berlim, entre Junho de 1948 a Maio de 1949, foi outro acontecimento importante que marcou o início da Guerra Fria, quando Estaline decidiu bloquear os acessos por terra de Berlim Ocidental, algo que os aliados ocidentais resolveram com uma ponte aérea. Depois deste acontecimento, os americanos juntamente com os seus aliados estreitaram ainda mais os seus laços ao criarem a NATO, que tinha como objectivo proteger a Europa e o mundo Ocidental contra uma possível agressão soviética.<sup>13</sup>

A crise no Irão (1953) e a Crise do Suez (1956) foram episódios em que o Ocidente conseguiu manter o controlo sobre o avanço soviético. A crise do Irão, em 1953, consistiu numa tentativa de nacionalização do petróleo daquele país por parte do governo de Mossadegh, que punha em causa os interesses dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha na região e causou o receio de uma aproximação soviética ao Médio Oriente. A Crise do Suez, em 1956, também teve a sua origem numa nacionalização, mais precisamente a do Canal do Suez, que liga o mar Mediterrâneo ao mar Vermelho, realizada por Abdel Nasser, que em 1952 destituiu o rei Faruk do Egipto. Para o Rei Faruk, Nasser não passava de um peão dos ingleses, era um homem que se considerava

---

<sup>13</sup> Gaddis, John Lewis, *A Guerra Fria*, pág. 38-45; Painter, David, *The Cold War*, pág. 14-23.

anti-imperialista e tinha uma visão de estado muito ampla. Entre as suas ideias, estava a de construir uma barragem no rio Nilo perto de Assuão e a da nacionalização do Canal do Suez. A posição dos Estados Unidos era sempre de inquietação devido à influência da União Soviética numa área sensível do Médio Oriente como era o Canal, já que se sabia que os Egípcios recebiam armas dos russos através da Checoslováquia. A nacionalização do Canal partiu do pressuposto de que as taxas pagas pelos navios iriam pagar a Barragem de Assuão, o que em primeiro lugar viria a acabar definitivamente com a influência britânica na região e em segundo, poderia consumir definitivamente a tomada de poder por Nasser no Egipto e na região. Nasser era conhecido por não gostar da presença Britânica no Egipto e por ser contra o imperialismo. Embora tenha afirmado aos americanos, depois destes tentarem convencê-lo a não pedir ajuda à União Soviética que “a solidariedade do mundo livre significava imperialismo e dominação”<sup>14</sup>. O governo e a ideologia de Nasser representavam o início de um nacionalismo tipicamente árabe, que viria a ter repercussões em todo o mundo árabe daí em diante. Para além de se caracterizar como anti-imperialista, era também anti-Ocidental e anti-Sionista, além disso tinha uma vertente próxima do socialismo que o aproximava da União Soviética. Numa reunião entre o Secretário de Estado Foster Dulles e Nasser em Maio de 1953, este último afirmou que o imperialismo britânico era a principal ameaça à região e não o comunismo, podendo-se dizer por outras palavras que não queria os Estados Unidos a interferir nos assuntos do Egipto: “Se insistirem em jogar, vão estragar o jogo dos outros”. Para Nasser, o futuro passava pelo nacionalismo árabe que tinha de derrotar todos os inimigos internos e externos, “A partida desenrola-se entre duas equipas, o Comunismo e o Nacionalismo”<sup>15</sup>.

Quando a Crise do Suez começou, em Outubro de 1956, os Estados Unidos mantiveram-se de fora, por medo de um conflito generalizado e também por causa da invasão soviética da Hungria que ocorrera no mesmo ano. Já na altura os Americanos, assim como os britânicos, tinham retirado o seu financiamento de 70 milhões de Dólares cada um, destinados à Barragem de Assuão. A Inglaterra e a França, juntamente com Israel, lançaram uma campanha militar para controlar o Canal, que ainda era controlado pelos dois primeiros, mas após uma semana de conflito e a ameaça da intervenção soviética os estados que se levantaram contra a medida de Nasser retiraram

---

<sup>14</sup> Ferro, Marc, *História das Colonizações*, pág. 373.

<sup>15</sup> Westad, Odd Arne, (“The match is between two teams, Communism and Nationalism”), *The Global Cold War*, pág. 124, 2007.



os seus exércitos do local. A posição dos Estados Unidos sempre fora contra a iniciativa militar da Inglaterra e França, tendo o Secretário de Estado John Foster Dulles afirmado que “a opinião pública norte-americana não se encontrava disposta a apoiar a acção militar contra o Egipto, por interpretá-la como sendo motivada por ambições imperialistas e colonialistas”<sup>16</sup>. O fim deste pequeno conflito ditou a consagração da vontade que Nasser tinha em acabar com o imperialismo no seu país e abriu a porta a outros conflitos no mundo árabe contra o domínio Europeu.<sup>17</sup>

À medida que algumas colónias foram adquirindo a sua independência, tentaram ao mesmo tempo afastar-se da esfera de influência dos dois blocos. A Conferência de Bandung, na Indonésia, realizada entre 18 e 24 de Abril de 1955, reuniu Estados dos continentes Asiático e Africano e estabeleceu um padrão de não-alinhamento, com uma ideologia anti-imperialista e anti-colonial. Esta conferência conferiu notoriedade internacional a alguns chefes de estado, nomeadamente ao presidente Nasser do Egipto, ao Marechal Tito da Jugoslávia, ao presidente da Indonésia Sukarno e a Chu En-Lai que era primeiro-ministro República Popular da China. As nações do não-alinhamento faziam parte do chamado “Terceiro-Mundo”, que incluía os países mais pobres do planeta. Como escreveu Eric Hobsbawm, os países do Terceiro Mundo “diferiam do Primeiro Mundo num aspecto fundamental. Formavam uma zona mundial de revolução”<sup>18</sup>. O Terceiro Mundo era composto por antigas colónias que se libertaram, muitas vezes pela força, radicalizadas pela repressão colonial que sofreram às mãos dos seus antigos senhores.<sup>19</sup>

## 1.2) Guerra Fria no contexto Africano

No início da Guerra Fria a questão africana, mais especificamente Subsaariana, era ainda pouco importante no contexto mundial. No início dos anos 1950, toda a África, à excepção da África do Sul, Libéria, Egipto e Etiópia, ainda estava sob tutela

---

<sup>16</sup> Rodrigues, Luís Nuno, *As Advertências de John Foster Dulles*. (Revista Relações Internacionais), pág. 153, 2006.

<sup>17</sup> Painter, David, *The Cold War*, págs 44-47; Ferro, Marc, *Colonization*, págs. 316-326.

<sup>18</sup> Hobsbawm, Eric, *A Era dos Extremos*, pág. 423.

<sup>19</sup> Hobsbawm, Eric, *A Era dos Extremos*, págs. 423-425; Painter, David, *The Cold War*, pág. 44-45; Parker, Jason, *Cold War II: The Eisenhower Administration*, pág 870, 2006.

européia, e servia como importantes fontes de rendimento e matérias-primas à indústria Europeia. A principal preocupação dos Estados Unidos era a do avanço do comunismo no continente. A fragilidade dos impérios europeus em África tornou-se evidente no pós-guerra, uma vez que mesmo as nações mais poderosas como a França e a Inglaterra já não tinham capacidade de manter as suas colónias e reconstruir as suas economias na metrópole. A França e a Inglaterra foram também as primeiras nações coloniais em África a perceber a necessidade de proceder a reformas que garantissem a manutenção das suas colónias no pós-guerra, como por exemplo a integração política das populações do ultramar, através do investimento na educação, com o “Colonial Development and Welfare Act”<sup>20</sup>. E também em infra-estruturas de apoio que garantissem a sustentabilidade das colónias. As elites europeias receavam que o poder e influência americana pudessem pôr em risco a sua autoridade em África, até porque sabiam que em questões africanas os Estados Unidos não tinham muito conhecimento: “Do ponto de vista da perspectiva Europeia, os Estados Unidos por vezes surgiam como o verdadeiro “Continente Escuro”, no que dizia respeito a África”<sup>21</sup>.

Inicialmente, os Estados Unidos da América, apesar de serem contra o colonialismo europeu, tinham noção de que o continente africano era muito importante para a reconstrução da Europa em termos de matérias-primas essenciais à indústria. Mas o crescimento dos movimentos anti-coloniais, simbolizados pela Conferência de Bandung, levou os Estados Unidos, durante a administração Eisenhower, a repensarem a sua estratégia para o continente africano, visto que o anti-colonialismo nos anos 1950 começava a crescer.<sup>22</sup>

A participação dos Estados Unidos no futuro político de África não podia ser descartada, na visão dos norte-americanos, por inúmeros factores. Primeiro, os Estados Unidos tinham-se tornado uma superpotência indiscutível, com uma grande influência económica e militar. Depois, era imperativo não deixar o comunismo ganhar terreno em África, combatendo-o ao desenvolver o capitalismo e criar redes de comércio, numa acção que se caracterizou por “um papel no combate ao comunismo através da

---

<sup>20</sup> Alexandre, Valentim, *A Descolonização Portuguesa em Perspectiva Comparada*, pág. 43-44.

<sup>21</sup> Westad, Orne Add, (“From a European perspective, the United States sometimes stood out as the real “Dark Continent” as far as Africa was concerned”), *The Global Cold War*, pág. 132.

<sup>22</sup> Rodrigues, Luis Nuno, *The United States and Portuguese Decolonization*, pág. 184, 2013; Marcos, Daniel, *Eisenhower, Portugal e o «ano da África» nas Nações Unidas*, pág. 6-7, 2011.

prosperidade e do desenvolvimento do comércio”<sup>23</sup>. Já durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos asseguraram a continuidade da extracção de matérias-primas em África para a indústria, mas o maior envolvimento depois da guerra era visto pelos europeus como a tentativa americana de domínio económico do continente africano. Embora sendo tradicionalmente uma nação anti-colonialista pela sua história e pelos seus princípios básicos, os Estados Unidos sabiam que não havia maneira de empreenderem a sua estratégia geopolítica sem terem que lidar com a insatisfação dos europeus. O primeiro grande objectivo era conseguir manter uma boa relação com os parceiros europeus, que faziam parte da recém-criada NATO e a (ainda pequena mas em crescimento) classe africana mais rica e erudita. Os americanos tinham, para além disso, um desconhecimento sobre a história e a sociedade africana que não os poderia ajudar na sua estratégia para o continente.<sup>24</sup>

À medida que os primeiros passos em direcção à autonomia política de algumas colónias francesas e inglesas eram dados em África, crescia a preocupação em manter o equilíbrio de poder do Ocidente e do Leste com as pequenas e pouco experientes elites africanas. Mas a partir daqui, a posição americana passou a ceder à ideia de que teria que lidar com uma África onde os próprios habitantes seriam os seus próprios representantes. Como escreveu o historiador John Kent, “o idealismo Americano estava a adaptar-se a si próprio a um mundo perturbado no qual agora até a posição dos africanos tinham que ser considerada, no contexto da Guerra Fria”<sup>25</sup>. Neste sentido, os Estados Unidos tinham noção de que não era do seu interesse dar a independência a uma colónia que não estivesse, segundo o seu critério, politicamente preparada para tal. Esta conjuntura foi uma realidade que durante toda a década de 1950 marcou grande parte da política externa americana. Só a partir dos anos 1960, durante a administração Kennedy, é que os Estados Unidos começaram a agir com mais vigor para apoiar a auto-determinação dos povos em África. A acção dos Estados Unidos seguia uma lógica que consistia em pressionar países colonizadores, como por exemplo Portugal, para mudar a sua política em relação aos seus territórios africanos. Para tal, os Estados Unidos “acreditavam que a ONU podia ser um importante e benéfico lugar para pressionar Portugal”, embora, a França achasse que esta “não era uma organização adequada para

---

<sup>23</sup> Kent, Jonh, (“a role in combating communism through prosperity and increased trade”), *United States Reaction to Empire*, pág. 197, 2005.

<sup>24</sup> Kent, John, *United States Reaction to Empire*, pág. 198.

<sup>25</sup> Kent, John, (“American Idealism was adapting itself to a troubled world in which even the position of Africans now had to be considered in the Cold War”), *United States Reaction to Empire*, pág. 203.

regular problemas desta ordem”, acreditando antes que Portugal “pudesse mudar de atitude”<sup>26</sup>. O conflito no Congo (1960-1965) foi o primeiro episódio de luta armada, no contexto da Guerra Fria que aconteceu em África, em que os americanos intervieram.<sup>27</sup>

No pós-guerra, a União Soviética, apesar de ter sob o seu controlo cerca de metade do continente europeu, era um país que se encontrava devastado pela guerra. Grande parte da sua indústria e meios de transporte encontravam-se destruídos e a sua produção agrícola tinha sido seriamente afectada pelos anos de guerra. Ainda assim, contava com um exército terrestre muito poderoso, capaz de empreender uma guerra de conquista do continente europeu. Antes mesmo de olhar para África como uma oportunidade de expandir o comunismo, a União Soviética buscou o controlo dos territórios que dominava na Europa de forma a aumentar as suas áreas de influência. Com o fim da Primeira Guerra Mundial surgiram as duas ideologias que viriam a dominar o mundo, embora só depois da Segunda Guerra Mundial, o Wilsonialismo e o Leninismo. Ambas eram anti-coloniais e apoiavam o direito à auto-determinação dos povos, embora fossem completamente antagónicas. As jogadas realizadas por Estaline no pós-guerra, como o bloqueio de Berlim e o golpe comunista de Praga em 1948, serviram para expulsar a presença americana na Europa de Leste e poder lançar as bases para a luta contra o Ocidente. Mas tendo vivido a experiência da Segunda Guerra e tendo agora em seu poder armas nucleares (1949), a União Soviética sabia que um conflito com os Estados Unidos na Europa só podia levar à destruição mútua, levando a que grande parte da luta viesse a ser travada através da propaganda ideológica.<sup>28</sup>

Enquanto que a luta travada na Europa e na Ásia, com a Guerra da Coreia logo em 1950, se caracterizou por ter períodos “quentes”, no Terceiro Mundo e especialmente em África, pelo menos no princípio, a luta travou-se no campo político. Quando Krushev sucedeu a Estaline em 1953, pregou as palavras de Lenine ao afirmar que os povos colonizados lutavam justamente pela sua independência contra os que os exploravam e que sendo a União Soviética o primeiro estado proletário, era da sua obrigação e do seu interesse ajudar esses povos. Esta posição estratégica tomada pelos soviéticos era importante para enfraquecer a influência do Ocidente no Terceiro Mundo.

---

<sup>26</sup> Marcos, Daniel, *Salazar e De Gaulle*, pág. 91, 2007.

<sup>27</sup> Kent, John, *United States Reaction to Empire*, Rodrigues, Luís Nuno, *The United States and Portuguese Decolonization*.

<sup>28</sup> Kanet, Roger, *The Superpower quest for Empire*, pág. 332-333, 2006; Gaddis, John Lewis, *A Guerra Fria*, págs. 96-97.

Desde cedo os soviéticos tornaram-se os principais apoiantes dos países árabes na luta contra o Ocidente e especialmente contra Israel, pelas suas riquezas petrolíferas e pela posição estratégica de certos estados que eram importantes para garantir a liderança soviética. Foram os principais apoiantes de Abdel Nasser no Egipto, especialmente através do fornecimento de armas e na ajuda para a construção da barragem de Assuão. O desfecho do conflito do Suez em 1956 garantiu para a Rússia uma pequena vitória na Guerra Fria, já que conseguiu passar a mensagem ao Ocidente de que a ajuda que prestava dava frutos. A partir daí, os soviéticos passaram a defender, durante as reuniões da ONU, o fim do colonialismo europeu e o que consideravam o imperialismo económico dos Estados Unidos. A luta pelo Terceiro Mundo tornou-se numa espécie de jogo, em que “as duas super potências encaravam o mundo colonial e pós colonial como um campo de batalha no qual a compatição tinha todas as características de um jogo de soma zero”<sup>29</sup>. Onde também se considerava que quem conseguisse ganhar terreno face ao outro, inevitavelmente ganhava mais influência.<sup>30</sup>

No início da década de 1960, a União Soviética já tinha relações com vários governos de estados recém independentes, como o Mali, o Gana ou a Guiné, que tinham afrouxado as relações com os seus antigos colonizadores. Só sofreram o primeiro revés em África quando tentaram ajudar o Primeiro-Ministro do Congo, Patrice Lumumba, que lhes tinha pedido auxílio, no momento em que as Nações Unidas juntamente com os Estados Unidos intervieram no conflito, cortando a ajuda Soviética ao fecharem os aeroportos do país. Até meados da década de 1960, a União Soviética conseguiu criar uma rede de ajuda a países do Terceiro Mundo, que até então lutavam para se libertarem do poder das suas antigas colónias, embora a ajuda se traduzisse essencialmente em fornecimento de armas, treino militar e ajuda técnica e económica. Como escreveu o professor Kanet Roger, “em termos gerais, o envolvimento soviético nas guerras quentes do Terceiro Mundo resumiu-se em grande parte a encorajamento político e apoio, treino militar, provisão de equipamento e aconselhamento”<sup>31</sup>. Durante a guerra Israelo-Árabe de 1967, assim como a guerra de Israel e do Egipto em 1969-1970, os Soviéticos ainda chegaram a operar vários radares e plataformas de lançamento de

---

<sup>29</sup> Kanet, Roger, (“the two superpowers viewed the colonial and postcolonial world as a field of battle in which competition had all the characteristics of a zero-sum game”), *The Superpower Quest for Empire*, pág. 334.

<sup>30</sup> Kanet, Roger, *The Superpower Quest For Empire*, pág 334.

<sup>31</sup> Kanet, Roger, (“But overall Soviet involvement in hot wars throughout the Third World remained largely to political encouragement and support, military training, the provision of equipment, and advice”), *The Superpower Quest for Empire*, pág. 336

mísseis, embora por vezes revelando-se desastrosa a sua ajuda, como no caso da Guerra de 1967 em que os Árabes sofreram uma pesada derrota.<sup>32</sup>

A partir da década de 1970, os Estados Unidos, abalados pela Guerra do Vietname e pelo escândalo de Watergate, viram a sua posição internacional enfraquecida, o que deu a possibilidade à União Soviética de participar mais activamente em conflitos no Terceiro Mundo. A sua ajuda passou a ser mais preponderante em situações de guerra civil, abrangendo sobretudo vários movimentos armados de ideologia Marxista que lutavam pelo domínio do seu país contra outros movimentos ajudados pelo Ocidente, como, por exemplo, o MPLA em Angola.<sup>33</sup> Durante todo este período, desde o início da Guerra Fria, a União Soviética tentou sempre criar relações com o Terceiro Mundo com o objectivo de cortar os laços que esses países tinham com o Ocidente. Como escreveu Kanet Roger: “Eles (União Soviética) escalaram o seu envolvimento directo no mundo em desenvolvimento para enfraquecer os estados jovens relativamente aos seus laços históricos com o Ocidente”; com fim a que “a política Soviética tinha tentado sistematicamente ganhar clientes e aliados entre os grupos nacionais de libertação e os estados recentemente independentes”<sup>34</sup>.

A Organização das Nações Unidas, criada em 1945, com o objectivo de preservar a paz mundial através de boas relações económicas e políticas entre os estados, era constituída principalmente por países ocidentais. Embora a União Soviética também fosse membro de pleno direito na Organização, era natural que inicialmente “o Conselho de Segurança reflectisse as perspectivas e interesses do mundo Ocidental”<sup>35</sup>. As descolonizações a seguir à Segunda Guerra Mundial, especialmente em África, seriam as principais fontes de preocupação da ONU a partir da década de 50. À medida que vários estados foram adquirindo a independência, a Assembleia Geral das Nações Unidas foi ganhando mais elementos, que passaram a equilibrar mais a balança de poder, na medida em que o peso dos Estados anti-coloniais foi aumentando. Dos

---

<sup>32</sup> Kanet, Roger, *The Superpower Quest for Empire*, pág. 335-336.

<sup>33</sup> Kanet, Roger, *The Superpower Quest for Empire*, pág. 336-338.

<sup>34</sup> Kanet, Roger, (“They were escalating their direct involvement in the developing world to wean young states away from their historical ties to the West; Soviet policy had systematically attempted to gain clients and allies among national liberation groups and newly-independent states”), *The Superpower Quest for Empire*, pág. 338.

<sup>35</sup> O’Sullivan, Christopher, (“The Security Council reflected the views and interests of the Western world”), *The United Nations, Decolonization, and Self-Determination in Cold War Sub-Saharan Africa, 1960-1994*, pág. 105, 2005.

originais 51 estados membros em 1945, dos quais 39 eram ocidentais, as Nações Unidas passaram a ter 118 estados, dos quais 63 não faziam parte do grupo de países ocidentais em 1965. Só em 1960, houve dezassete países que se tornaram estados membros das Nações Unidas, dos quais dezasseis eram Africanos. O envolvimento das Nações Unidas em África foi crescendo à medida que as colónias foram adquirindo as suas independências. Com a escalada da Guerra Fria e as pretensões autonomistas dos povos africanos, este continente tornou-se no principal foco de atenção das Nações Unidas. A pesada herança do colonialismo europeu, muitas vezes bastante repressivo e o passado da escravatura, assim como os interesses que os Estados Unidos e a União Soviética tinham no continente, tornaram-se obstáculos à mediação das Nações Unidas nos muitos conflitos que foram acontecendo em África.<sup>36</sup> Como escreveu Cristopher O'Sullivan, “os problemas de longo prazo que surgiram do domínio colonial em África, a complexa natureza da descolonização e as consequências devastadoras da Guerra Fria, fizeram com que a África Subsariana se tornasse na maior área de envolvimento das Nações Unidas a partir de 1960”<sup>37</sup>.

Durante as décadas de 1950 e 1960, as Nações Unidas foram acolhendo no seu seio países africanos que, na sua maioria, viriam a trazer problemas à organização nas décadas seguintes, por esta não estar preparada para resolver as questões territoriais, culturais, sociais e económicas que foram negligenciadas durante o período colonial e também na altura da própria independência, pelos países colonizadores. A intromissão da União Soviética e dos Estados Unidos nos assuntos africanos, no contexto da Guerra Fria, não ajudou à manutenção da estabilidade no continente e tornou-se claro, com o movimento dos países não-alinhados, saídos da Conferência de Bandung, de entre os quais vários países africanos, que a ONU teria de controlar os interesses desse movimento que se tornou numa força que contrabalançava com os interesses dos dois Blocos. A primeira grande intervenção das Nações Unidas em África seria no Congo em 1960.<sup>38</sup>

---

<sup>36</sup> O'Sullivan, Christopher, *The United Nations, Decolonization, and Self-Determination in Cold War Sub-Saharan Africa, 1960-1994*, pág. 103-104.

<sup>37</sup> O'Sullivan, Christopher, (“The long-term problems stemming from colonial domination in Africa, the complicated nature of decolonization, and the devastating consequences of the Cold War ensured that sub-Saharan Africa would become the United Nations' major area of involvement after 1960”) , *The United Nations, Decolonization, and Self-Determination in Cold War Sub-Saharan Africa, 1960-1994*, pág. 104

<sup>38</sup> O'Sullivan, Christopher, *The United Nations, Decolonization, and Self-Determination in Cold War Sub-Saharan Africa, 1960-1994*, pág. 104-106.





## Capítulo 2 – Colonialismo e Descolonização Belga durante a Guerra Fria.

O famoso escritor britânico Joseph Conrad escreveu em 1902 um reconhecido romance intitulado *Heart of Darkness*, que relatava a sua experiência vivida no Congo Belga em 1890 como capitão de um navio a vapor. Só esteve no Congo durante 6 meses, durante os quais testemunhou a crueldade e os excessos da colonização Europeia.

O reino da Bélgica, criado em 1831 como consequência da Revolução de 1830 que levou à secessão com os holandeses, encontrava-se na segunda metade do século XIX rodeado por grandes potências, como a França e a recém-criada Alemanha, sem ter meios de se expandir ou mesmo de garantir a sua segurança. O segundo rei dos belgas, Leopoldo II (subiu ao trono em 1865), apercebeu-se que se a Bélgica quisesse garantir um lugar entre as nações mais poderosas da Europa tinha que possuir colónias. Do seu ponto de vista, Leopoldo afirmava que possuir um território ultramarino podia garantir à Bélgica segurança e de prosperidade económica, dando como exemplo a vizinha Holanda, que prosperava com a sua Companhia das Índias Orientais. O continente africano, que até 1850 era muito desconhecido pelos Europeus, era cobiçado pelas suas riquezas e territórios ainda por descobrir. Depois de ter explorado hipóteses de adquirir colónias na China e no Pacífico, o rei Leopoldo II achou que o continente africano seria a solução para a sua ambição colonial. Em 1876, o rei Leopoldo II organizou em Bruxelas uma conferência internacional sobre geografia, para trazer o continente africano à discussão e futura partilha entre os europeus. Mais tarde, contratou o jornalista Americano Henry Stanley para explorar a região do rio Congo e estabelecer contactos e tratados com líderes tribais locais. A Conferência de Berlim (1884-1885), organizada por Otto von Bismarck, foi a consequência das pretensões imperialistas dos principais Estados Europeus, nomeadamente da Bélgica, que reclamava os territórios do Congo que a França também invocava. A Conferência era a oportunidade de Bismarck “se tornar num mediador de possíveis conflitos internacionais”<sup>39</sup>. Além disso, a Conferência era também “um meio de assegurar os objectivos comerciais da Alemanha”<sup>40</sup>. A principal consequência da Conferência de Berlim foi a partilha do continente Africano pelas potências tinham ambições imperiais relativamente a ele. Nesta partilha realizada

---

<sup>39</sup> Ferro, Marc, *Decolonization*, pág. 73.

<sup>40</sup> Ewans, martins, *European Atrocity, African Catastrophe*, pág. 95, 2002.

a régua e esquadro, foi reconhecimento a Leopoldo II o direito ao seu estado privado: O Estado Livre do Congo. Assim começou a história colonial da Bélgica.<sup>41</sup>

## 2.1) A colonização Belga (1908/1960)

Entre 1885 a 1908, o Estado Livre do Congo foi oficialmente consagrado como propriedade do rei dos belgas, Leopoldo II, que herdou um território gigantesco e muito rico, mas sem nenhuma infra-estrutura económica montada nem meios de transporte. O próprio Stanley informou o rei, desde o início, que sem uma rede de transporte ferroviário no Congo que permitisse o escoamento dos produtos, a colónia só daria prejuízo à coroa. “Os transportes eram cruciais, porque o valor económico do Congo, naquele tempo, era baseado no comércio, que na sua maioria requeria um meio de transporte volumoso”<sup>42</sup>. Durante o período em que o rei Leopoldo II foi “senhor” do Congo, a colónia foi ganhando importância económica a nível internacional com a produção de marfim e borracha, sendo que também foi crescendo a crítica quanto ao tratamento dos nativos e ao comportamento dos colonizadores. Num tema que não vai ser aprofundado nesta tese, o rei Leopoldo dividiu o Congo em duas zonas: a “Zona Livre de Comércio” e o “Domínio da Coroa”; ocupou as terras que não tinham ninguém (Terres Vacantes) e atribuiu-as a quem quisesse explorá-las mediante uma taxa de ocupação. Esta gestão do território permitiu a Leopoldo manter o Congo financeiramente e fazer uma fortuna muito grande, mas que não tinha em conta o destino dos nativos, que nas mãos dos seus novos senhores não tinham nem direitos, nem liberdade. “O Estado Livre do Congo fora o epítome do mal colonial moderno”<sup>43</sup>. Para além dos colonizadores belgas, através dos seus métodos, não terem desenvolvido a economia local, o mais grave foi a destruição da estrutura social que imperava no território antes da colonização.<sup>44</sup>

---

<sup>41</sup> Ferro, Marc, *Decolonization*, pág. 72-73 e 86; Ewans, Martin, *European Atrocity, African Catastrophe*, págs. 95-102; Brunschwig, Henri, *A Partilha de África*, pág. 31-47.

<sup>42</sup> Depelchin, Jacques, *From the Congo Free State to Zaire (1885-1974)*, pág. 119, 1992.

<sup>43</sup> Frieden, Jeffry, *Global Capitalism*, pág. 102, 2008.

<sup>44</sup> Frieden, Jeffry, *Global Capitalism*, pág. 97-103; Ewans, Martin, *European Atrocity, African Catastrophe*, pág. 157-165.

A 15 de Novembro de 1908, num processo muito rápido, o Estado Livre do Congo passou para as mãos do parlamento belga. O fim da propriedade privada do rei Leopoldo II teve como causa principal a pressão diplomática dos ingleses e americanos, que lideravam a opinião internacional, influenciados pelo famoso relatório Casement, que descreveu promenorizadamente a situação dos nativos e os esquemas e negócios duvidosos do rei. Mas mesmo com a anexação do território, votada pelo parlamento belga, a verdade é que a Bélgica “não estava preparada para governar o Congo porque ainda não tinha experiência como potência colonial, além disso, em 1908 o Congo continuava a ser um território muito vasto e desconhecido pelos europeus”<sup>45</sup>. Apesar da perda da sua propriedade privada, o rei Leopoldo II ainda conseguiu obter algumas vantagens, ao convencer ao governo Belga de então a que pagasse a dívida de 110 milhões de Francos deixada por ele acrescida de 95.5 milhões de Francos para concluir os seus projectos não acabados, como forma de agradecimento pelos seus esforços feitos no Congo<sup>46</sup>.

Depois da responsabilidade pelo Congo ter passado para o parlamento belga, tornou-se claro que nem o parlamento, nem o novo rei, Alberto I (1909-1934), que sucedeu ao pai, tinham uma visão estratégica para a Colónia Africana. A única região do Congo verdadeiramente rica em recursos naturais era o Katanga, que se situava geograficamente a sul, onde a concessão de parcelas de território a companhias belgas para extração mineira levou a um forte crescimento económico. A “Union Minière du Haut Katanga”, criada em 1906 a partir de várias companhias belgas e inglesas, era a sociedade empresarial que explorava a região do Katanga, sendo o principal motor de desenvolvimento do Congo. Para além do cobre, que foi a principal razão da criação da companhia, a Union Minière, nas suas muitas empresas, também explorava ferro, chumbo, cobalto, ouro, diamantes, manganésio e urânio. Entre outras produções, que não passavam pela extração mineira, mas que passaram a ser igualmente significativas, contavam-se o algodão e outros produtos agrícolas. Naturalmente, com a descoberta de tanta riqueza, houve um grande fluxo de imigrantes belgas e de outros países europeus para a região do Katanga, o que fez crescer exponencialmente a capital, Elizabethville. Em 1920, o Congo Belga já contribuía significativamente não só para a economia Belga, como também para a economia mundial, já que era considerado como o quarto

---

<sup>45</sup> Edgerton, Robert, *The Troubled Heart of Africa*, pág. 156.

<sup>46</sup> Edgerton, Robert, *the Troubled Heart of Africa*, pág. 155.

maior produtor de cobre mundial e as suas exportações já ultrapassavam os doze milhões de Libras, seis vezes o valor de 1913<sup>47</sup>.

Enquanto continuava o crescimento económico no Katanga, os homens nativos eram obrigados a ir trabalhar nas minas, deixando as mulheres e as crianças a trabalhar nos campos, o que criou inevitavelmente problemas relacionados com a fome e a doença. Elizabethville, capital do Katanga, contava nos anos 1920 com milhares de africanos confinados num pequeno bairro, o que originou muitos problemas de saúde e higiene. Para além das más condições de vida, os nativos não tinham acesso à mesma educação dos europeus. Os responsáveis belgas simplesmente nunca se deram ao trabalho de promover a educação aos nativos, “por considerarem que estes não estavam preparados e porque o acesso ao ensino superior só estava aberto aos filhos dos europeus”<sup>48</sup>. Este preconceito do homem branco em relação ao homem africano vinha desde o tempo da partilha de África, no século XIX, em que o colonizador europeu justificava a sua missão civilizadora pela incapacidade dos nativos de se governarem a si próprios”<sup>49</sup>. Desde o período de Leopoldo II, a escassa educação dada aos congoleses provinha das missões Católicas e Protestantes, embora o tempo de escola fosse de apenas dois anos. O objectivo das missões religiosas era, acima de tudo, o de envagelizar as populações nativas, nem sempre com muito sucesso, já que muitas vezes os padres e catedráticos não acreditavam na evagelização de todos os Congoleses e estes, na maioria das vezes não conseguiam sair da sua condição tribal. A situação dos nativos melhorou com as reformas de Jules Renkin, que foi o primeiro Ministro das Colónias, que praticamente acabou com os maus tratos induzidos pelos responsáveis do governo, deu mais poder aos senhores locais e desenvolveu serviços médicos e sociais, embora tendo passado muito tempo até que se conseguissem ver algumas alterações e melhoramentos.<sup>50</sup>

Durante a Primeira Guerra Mundial, a Bélgica ficou sob domínio Alemão e o Congo ficou a cargo dos poucos administradores que governavam o grande território. A “Force Publique” - única força de defesa do Congo, mal armada e mal preparada, enviou forças junto à fronteira dos Camarões, na altura uma colónia alemã a norte do

---

<sup>47</sup> Edgerton, Robert, *The Troubled Heart of Africa*, pág. 158.

<sup>48</sup> Kana, André Kabanda, *L'interminable Crise du Congo-Kinshasa*, pág. 49, 2005.

<sup>49</sup> Alexandre, Valentim, *A Descolonização Portuguesa em Perspectiva Comparada*, pág. 32.

<sup>50</sup> Ewans, Martin, *European Atrocity, African Catastrophe*, pág. 240-241; Kana, André Kabanda, *L'interminable Crise du Congo-Kinshasa*, pág. 49.

Congo, com o intuito de proteger o território ultramarino da Bélgica. A economia do Congo sofreu com a guerra, mas mesmo assim assegurou o fornecimento de cobre e de outros materiais essenciais ao esforço de guerra. A agricultura decresceu muito o que levou à fome em muitos locais e com o final da Primeira Guerra Mundial sobreveio a Gripe Espanhola, que ceifou muitas vidas nos centros urbanos do Congo. A seguir ao conflito, o governo belga lançou um intensivo programa de obras públicas, que incluíam a construção de portos, estradas, centrais eléctricas, refinarias e, para as populações, casas modernas, escolas e instalações sanitárias. Foi a seguir à Primeira Guerra que outra região do Congo, o Kasai, conheceu um desenvolvimento muito importante, devido às suas reservas de diamantes que aumentavam a reputação do Congo como uma colónia rica. Durante os anos 1920, o Congo conheceu um forte crescimento, permitindo que os próprios nativos passassem a ter melhores condições de vida e de saúde embora existisse ainda segregação racial, sobretudo ao nível da saúde e educação<sup>51</sup>. Os hospitais do Congo eram segregados e as crianças africanas não tinham o direito a frequentar as mesmas escolas das europeias, ficando-se apenas pelas escolas das missões. Os belgas também não tinham interesse em criar uma elite congoleza educada. Os que os belgas chamavam de *évolués* eram os nativos que tinham sido educados nas missões religiosas, que estavam perfeitamente integrados numa sociedade Ocidental, neste caso a sociedade belga. Eram uma nova elite intelectual que os belgas receavam poder vir a criar uma consciência anti-colonialista. “Havia a preocupação em não dar uma educação ocidentalizada aos Africanos...Eles só iriam desenvolver sentimentos anti-coloniais ou mesmo sentimentos Comunistas”<sup>52</sup>.

A queda da bolsa de Wall Street em 1929 foi para o Congo, como para o resto do mundo, uma catástrofe económica que prejudicou os negócios e a vida a muitos cidadãos Belgas que aí viviam. O preço das matérias-primas, que eram a fonte principal da economia do Congo, caiu a pique e muitos negócios fecharam, levando muitos belgas a regressarem à metrópole. Só a partir de 1935 é que a economia do Congo voltou a crescer, graças à recuperação da indústria do cobre e à descoberta de novas jazidas de chumbo e zinco. O produto interno bruto per capita tornou-se num dos mais elevados em África, fazendo com que os próprios nativos, com trabalho remunerado, tivessem a capacidade de comprar boas habitações e bens de primeira necessidade. Ao

---

<sup>51</sup> Edgerton, Robert, *The Troubled Heart of Africa*, pág. 158-171.

<sup>52</sup> Ewans, Martins, *European Atrocity, African Catastrophe, Leopold II, The Congo Free State and its Aftermath*, pág. 241.

contrário do que possa parecer, a economia congoleza beneficiou com a Segunda Guerra Mundial. As obras públicas realizadas no período de entre guerras tornaram o território suficientemente autónomo para conseguir gerir as actividades económicas sem influência externa. Além disso a necessidade de matérias-primas, sobretudo por parte dos países aliados, fez com que a extração mineira fosse mais produtiva do que tinha sido antes. A produção de cobre entre 1940 a 1944 foi de 800.000 toneladas, em comparação com todo o período da Primeira Guerra Mundial, que só produziu 85.000 toneladas<sup>53</sup>.

A prosperidade do Congo continuou no pós-guerra, caracterizando-se por uma rápida urbanização, em que tanto africanos como europeus abriram e expandiram negócios de variadas categorias. Antes do início da Guerra Fria e da vaga de descolonizações do pós-guerra, pode dizer-se que o Congo vivia um tempo de grande prosperidade e uma aparente paz social, se bem que existisse segregação racial. Os trabalhos forçados, com salários baixos, continuavam a ocorrer. “Só no ano de 1952 foram formalizadas mais de 20 mil penas relacionadas com falhas dos nativos com as tarefas obrigatórias na agricultura”<sup>54</sup>. “Em 1958, o salário de um nativo era consideravelmente inferior ao de um branco, por exemplo, um nativo que fosse assistente de médico ganhava 37 mil francos, enquanto que o seu homólogo belga ganhava 137 mil francos”<sup>55</sup>. A educação e a saúde mais uma vez conheceram avanços, graças a lucros obtidos durante a Segunda Guerra Mundial. Doenças como a malária e a doença do sono conseguiram ser controladas pelas autoridades. Também foram fundadas várias escolas primárias com ajuda do estado, mas onde só se ensinavam matérias básicas e agricultura. Raramente as crianças nativas prosseguiam para a escola secundária e muito menos para a universidade. Só em 1954, por pressão de algumas famílias brancas no Congo, é que os primeiros africanos foram aceites em universidades, como a Universidade Católica de Lovaina de Léopoldville e a Universidade Estadual de Elisabethville. Mas até à data da independência, em 1960, só havia dezassete africanos que tinham terminado cursos universitários, embora nenhum tivesse atingido o grau de doutor, de advogado ou de engenheiro.<sup>56</sup>

---

<sup>53</sup> Edgerton, Robert, *The Troubled Heart of Africa*, pág. 171-172.

<sup>54</sup> Ewans, Martin, *European Atrocity, African Catastrophe*, pág. 239.

<sup>55</sup> Ewans, Martin, *European Atrocity, African Catastrophe*, pág. 242.

<sup>56</sup> Ewans, Martin, *European Atrocity, African Catastrophe*, pág. 240-242; Edgerton, Robert, *The Troubled Heart of Africa*, 172-176; Kana, André Kabanda, *L'Interminable Crise du Congo-Kinshasa*, págs. 49-50.

### 2.1.1) Exposição Universal de 1958 em Bruxelas.

A Exposição Universal de 1958 foi um acontecimento muito importante para a Bélgica, que “na rápida reconstrução do pós-guerra, serviu como uma grande manifestação de prestígio nacional”<sup>57</sup>. As chamadas “Éxpositions Universelles”, cuja primeira edição foi realizada em 1851 em Londres, tinham como objectivo mostrar os avanços tecnológicos, científicos, industriais e sociais do mundo ocidental, realizados pelo país organizador, que aproveitava também para mostrar o seu próprio contributo para a civilização. A Expo 1958 não fugiu à regra, querendo mostrar a capacidade organizativa e avanço da Bélgica no plano internacional, “pondo a sua capital e o país no mapa”<sup>58</sup>. Não sendo a Bélgica propriamente inexperiente na organização destes eventos, visto que já os tinha organizado em 1885, 1894, 1897, 1905, 1910, 1913, 1930 e 1935, a Expo 58 destacou-se pela sua inovação, ao fazer referência às novas tecnologias e à era atómica, tendo o *Atomium* como principal atracção do evento. Destacou-se, igualmente, pelo interesse que despertaram os pavilhões dos Estados Unidos e da União Soviética, devido ao clima de Guerra Fria.

Uma das quatro secções nas quais a Expo 58 esteve dividida foi dedicada à exibição da acção da Bélgica nas suas possessões na África central. A Expo 58 foi vista pelos organizadores do evento como uma oportunidade de mostrar aos outros países a sua “missão civilizadora” em África, tendo em conta o cinquentenário da tomada de posse do Congo em 1908, assim como a capacidade de um pequeno país em desenvolver áreas atrasadas e de grande dimensão<sup>59</sup>. Como já antes tinha sido exposto em anteriores exposições belgas, a secção do Congo e do Ruanda-Urundi mostrava tudo: desde o desenvolvimento industrial, à actividade das missões religiosas na evangelização, aos progressos na saúde, agricultura e educação dos nativos e até à própria exibição dos vários estilos de vida dos nativos<sup>60</sup>. Embora já em exposições anteriores, os nativos tivessem sido expostos para o público como se fossem criaturas de um zoo humano, esta exposição mostrou um colonizador muito paternalista em relação aos nativos, o que o incompatibilizava com a era do pós-guerra e das vagas de

---

<sup>57</sup> Devos, Rika, *Expo 58, The Catalyst for Belgium's Welfare State Government Complex*, pág. 649, 2011.

<sup>58</sup> Devos, Rika, *Expo 58: The Catalyst for Belgium's Welfare State Government Complex*, pág. 649.

<sup>59</sup> Dunn, Kevin, *Imagining the Congo*, pág. 61, 2003.

<sup>60</sup> Stanard, Matthew, *Bilan du Monde pour un Monde Déshumanisé*, pág. 271-272, 2005.

descolonização. Além disso, os responsáveis belgas do evento só tentaram transmitir uma imagem positiva de si e da sua colonização como um todo e mostrar na secção do Congo o “atraso africano”<sup>61</sup>. Esta secção tinha como objectivo lúdico dar a conhecer ao público em geral as sociedades nativas, o seu avanço civilizacional e a importância da Bélgica no seu desenvolvimento. Isto deu a entender que a Bélgica justificava as suas possessões ultramarinas como algo de positivo e necessário, num período em que o anticolonialismo estava a crescer em todo o mundo. A utilização da Expo 58 como “veículo de propaganda a favor do império belga na África central tinha sido cumprido”<sup>62</sup>. Os organizadores da Expo 58 conseguiram atingir um dos objectivos da secção do Congo: que o povo Belga sentisse orgulho “pelos feitos belgas na África central”, e que, por todo o país, “as referências à secção do Congo são feitas com orgulho e auto-satisfação”<sup>63</sup>. Mas no que concerna ao tratamento dos indígenas que foram trazidos a Bruxelas para participar na Expo 58, a realidade desde o início foi “que as autoridades belgas os mantiveram sob o seu apertado controlo, devido à preocupação de possíveis interacções com a população belga”<sup>64</sup>.

A Expo 58, que começou a 17 de Abril e foi até 19 de Outubro, recebendo mais de 41 milhões<sup>65</sup> de visitantes, de entre os quais muitos belgas que repetiram a visita, tornou esse evento num sucesso internacional. A secção da exposição dedicada ao Congo, Ruanda-Urundi foi a mais visitada, embora representasse uma imagem eurocentrica da cultura e da população congoleza - visão predominantemente racista e desumana, criada artificialmente pelos belgas<sup>66</sup>. Aliás, a maneira como os congolezes, nomeadamente os *évolués*, foram tratados e a sua cultura foi desprezada e mal interpretada durante a Expo 58, levou a uma maior consciencialização nacionalista e anti-colonialista que ia ao encontro das novas vagas independentistas da época. “Muitos estudiosos consideram que a realização da Expo 58 precipitou a independência do Congo”<sup>67</sup>.

---

<sup>61</sup> Stanard, Matthew, *Bilan du Monde pour un Monde Déshumanisé*, pág. 275.

<sup>62</sup> Stanard, Matthew, *Bilan du monde pour un Monde Déshumanisé*, pág. 280.

<sup>63</sup> Stanard, Matthew, *Bilan du Monde pour un Monde Déshumanisé*, pág. 279.

<sup>64</sup> Stanard, Matthew, *Bilan du Monde pour un Monde Déshumanisé*, pág. 277.

<sup>65</sup> Stanard, Matthew, *Bilan du Monde pour un Monde Déshumanisé*, pág. 267.

<sup>66</sup> Stanard, Matthew, *Bilan du Monde pour un Monde Déshumanisé*, pág. 283.

<sup>67</sup> Stanard, Matthew, *Bilan du Monde pour un Monde Déshumanisé*, pág. 289.



## 2.2) Os anos finais da colonização Belga.

Os anos finais do domínio belga nas suas colónias Africanas foram marcados pelo início de instabilidade social, alimentados pela ideologia das novas vagas independentistas e pela mundialização da Guerra Fria, a juntar à crescente insatisfação da opinião pública belga em manter o império, com medo de um conflito generalizado em África.

O início do ano de 1959 é palco de múltiplos motins em Léopoldville, causados pelo crescente desemprego, criado por uma recessão económica saída da guerra da Coreia, que fez com que os preços dos bens de primeira necessidade disparassem; além disso, também coincidiu com o início da consciencialização política dos nativos e com a acção da Associação Bakongo (ABAKO)<sup>68</sup>, que fora formada em 1950. A consciência política dos congolezes começou por nascer no seio daqueles que eram conhecidos como os *Évolués*, que eram aqueles que segundo os belgas, tinham recebido uma educação e adoptado maneiras e estilos de vida ocidental. Tendo sido educados nas missões Católicas e Protestantes, os chamados *évolués* começaram por formar pequenos grupos que essencialmente serviam para preservar as suas tradições étnicas, de entre as quais a língua. A formação da consciência e de uma classe política de congolezes era motivo de preocupação para os belgas, sobretudo para a administração belga e para os empresários e os funcionários que tinham as suas vidas no Congo, porque sabiam que significava a possível perda da sua fonte de riqueza. A única maneira da administração central conseguir impedir que os motins se generalizassem por toda a colónia foi a de concederem alguns dos pedidos dos movimentos políticos que começavam a mostrar-se.<sup>69</sup>

A independência do Congo levantava várias questões ao Ocidente, sobretudo de ordem económica, devido à matéria-prima que alimentava as indústrias de empresas ocidentais, mas também de ordem política, devido à preocupação com o avanço do comunismo. Além disso, durante os anos 1950, “a Bélgica encontrava-se, à semelhança de Portugal, alheada das novas vagas de independência que percorriam o continente africano e até, segura da sua posição paternalista em relação à sua colónia. A questão da

<sup>68</sup> Ewans, Martins, *European Atrocity, African Catastrophe*, pág. 243.

<sup>69</sup> Ewans, Martin, *European Atrocity, African Catastrophe*, pág. 243; Kana, André Kabanda, *L'Interminable Crise du Congo-Kinshasa*, pág. 78-82.

independência do Congo era tão remota para a política da Bélgica, que um estudo realizado por um académico belga em 1955, causou grande consternação na sociedade belga por afirmar que seria possível, num prazo de 30 anos, dar a independência ao Congo, mediante uma emancipação política que fosse dada gradualmente”<sup>70</sup>.

Os Estados Unidos, durante a administração Eisenhower, apesar de quererem reafirmar a sua política anti-colonialista, não queriam de modo nenhum afastar os seus aliados da NATO, como era o caso da Bélgica; nem dar à União Soviética a possibilidade de avançar sobre os territórios recém-independentes ou em vias de independência<sup>71</sup>. O Congo era muito importante para o fornecimento de urânio para os Estados Unidos e foi de lá que veio o urânio das primeiras bombas atômicas lançadas sobre o Japão.

Independentemente da questão económica que constituía a perda do Congo, o principal receio que o governo e a opinião pública Belga tinham prendia-se com um possível conflito. “Os belgas não tinham estômago suficiente para argumentar e estavam determinados a todo o custo em não usar o exército belga para suprimir um movimento independentista com uma crescente auto-confiança”<sup>72</sup>. Quando, no início dos anos 1950, foi permitido formar partidos políticos no Congo, estes tinham geralmente uma base étnica, como os Abako (Association des Bakongo), que tinham como principal objectivo defender as suas respectivas culturas, mas foi das fileiras dos círculos (*Cercles*) onde os *évolués* se organizaram que nasceria o desejo e as exigências de um Congo livre. Foi nos *Cercles*, que tinham sido associações urbanas com o objectivo de dar formação e a ajudar os *évolués*, que Patrice Lumumba começou a dar os primeiros passos na sua curta carreira política. Em 1958, Lumumba, juntamente com Cyrille Adoula e Joseph Ileo formam o MNC (*Mouvement National Congolais*), o primeiro partido congolês de cariz não tribal e pró-independência. Na sequência do discurso que o presidente francês Charles de Gaulle proferiu na capital da colónia vizinha do Congo francês, em que falou abertamente na oferta da independência a essa colónia, os *évolués* do Congo “aplaudiram e exigiam a sua própria independência”<sup>73</sup>. Não faltava muito para a independência do Congo e para os eventos que se seguiriam.

---

<sup>70</sup> Ewans, Martin, *European Atrocity, African Catastrophe*, pág. 242.

<sup>71</sup> Kent, John, *Descolonização e Guerra Fria*, pág. 39, 2011.

<sup>72</sup> Ewans, Martins, *European Atrocity, African Catastrophe*, pág. 243.

<sup>73</sup> Edgerton, Robert, *The Troubled Heart of Africa*, pág. 182.

### Capítulo 3 – “A Crise do Congo”

“A independência do Congo constitui o culminar do trabalho concebido pelo génio do rei Leopoldo II”<sup>74</sup>

Abertura do discurso do dia da independência do Congo pelo rei Balduino da Bélgica a  
30 de Junho de 1960.

#### 3.1) A Independência de um Novo Estado Africano.

Após a Exposição Universal de 1958 em Bruxelas, a Bélgica justificava a sua presença no Congo através de uma relação paternalista. “Paternalismo, com a sua evidente ênfase no homem branco como *pai* e do africano como *filho*, tornou-se no quadro da ocupação belga do Congo”<sup>75</sup>. A sociedade congoleza continuava a ser bastante desigual, havendo apenas uma pequena parcela de congolezes com cargos importantes e educação superior, conhecidos por *évolués*, que se organizaram em partidos e ao longo da década de 1950 foram começando a exigir a independência.<sup>76</sup>

Entre 4 e 7 de Janeiro de 1959, ocorrem motins em Léopoldville depois de as autoridades belgas terem proibido o partido ABAKO de realizar uma conferência a favor da independência. Dos motins resultaram 59 congolezes mortos e uma autoridade belga sem argumentos para poder contrapor as exigências dos movimentos políticos congolezes. Este acontecimento marcou o panorama político e social do Congo até à independência, porque os partidos políticos, nomeadamente a associação ABAKO, que exigiam sobretudo igualdade social, passaram a defender a independência total do Congo.

O discurso adoptado pelos *évolués* era eficaz no sentido de dar às populações nativas a esperança de se verem livres do domínio europeu, pelo que teve o apoio de grande parte dos indígenas. Pecou, no entanto, pela falta de capacidade em transmitir aos congolezes uma ideia de “direitos e deveres dos cidadãos” para com o país e com o

---

<sup>74</sup> Dunn, Kevin, *Imagining the Congo*, pág. 66.

<sup>75</sup> Dunn, Kevin, *Imagining the Congo*, pág. 68.

<sup>76</sup> McCalpin, Jermaine, *Historicity of a Crisis, The Origins of the Congo War*, pág. 36, 2002.

próximo, bem como a “responsabilidade política, administrativa, económica e social”<sup>77</sup> que implicaria a tomada do poder no Congo. Aliás, quase todos os partidos políticos que existiam, cerca de 50 na altura da independência, tinham características dos seus grupos étnicos, excepto o Mouvement National Congolais de Patrice Lumumba, que advogava o centralismo do governo. Estes partidos, que conseguiam agregar os membros das suas respectivas tribos, não davam hipóteses de concretização de uma união fácil de todos os congolese. Assim, os belgas sabiam que nem eles estavam prontos para dar a independência, nem o povo congolês estava pronto para recebê-la. Isto sem falar da falta de congolese com cursos superiores: havia apenas 17 na altura da independência, um número tão pequeno que ilustra a incapacidade do poder colonial para criar uma elite capaz de governar o Congo.<sup>78</sup>

Em consequência dos motins de Janeiro de 1959 e da pressão cada vez mais intensa dos movimentos políticos, que exigiam a independência, o governo belga começou por conceder alguns privilégios, como por exemplo a inclusão de africanos (embora apenas como observadores) nos quadros da administração do Congo, numa política de “africanização” dos quadros. Estas medidas tomadas pelos belgas prendiam-se com a necessidade de manter sob controlo os nativos (que mostravam uma hostilidade crescente para com a presença europeia no território) assim como pelo receio de uma guerra aberta, como aconteceu na Argélia com os Franceses.

O verdadeiro passo para a independência do Congo chegaria com a organização da “*Tables Rondes Politiques*”, conferências em mesa redonda, realizadas em Bruxelas entre 20 de Janeiro e 20 de Fevereiro de 1960. Do lado belga havia representantes do governo e do parlamento e, pela facção congolese, havia 45 efectivos, membros dos principais partidos políticos congolese, como os ABAKO de Kasavudu, o MNC de Lumumba ou as “*Confédérations des Associations Tribales du Katanga*” de Tshombé. No final da Conferência, realizada no Hotel Plaza em Bruxelas, ficou acordado que a independência do Congo seria concedida a 30 de Junho e foi elaborado um esboço com os princípios da futura constituição congolese. Ficou acordado também que os quadros administrativos do Congo continuariam a manter os europeus durante vários anos, para manter a ordem até que os congolese fossem capazes de prosseguir sozinhos. A celeridade do processo de independência do Congo que saiu da conferência deveu-se

---

<sup>77</sup> Kabana Kana, André, *L’interminable Crise du Congo – Kinshasa*, pág. 79.

<sup>78</sup> McCalpin, Jermaine O, *Historicity of a Crisis, the Origins of the Congo War*, pág. 36-37.

muito à forte instabilidade social que se vivia na colónia belga, onde a administração já nem controlava certas regiões, a que se juntava ao imparável processo da descolonização em África, para além da deterioração da economia congoleza e da sua crescente dívida pública.<sup>79</sup>

A independência ficou marcada para o dia 30 de Junho de 1960, que simbolizava o “Congo antes de 1885”, uma vez que o rei Léopoldo II tomou posse do território no dia 1 de Junho desse ano<sup>80</sup>, mas as eleições para a escolha do presidente da república e do primeiro-ministro ocorreram a 22 de Maio. O partido de Lumumba, MNC, vence as eleições, coligando-se com o Partido Solidário Africano, para a Câmara dos Representantes, e Lumumba torna-se no primeiro Primeiro-Ministro da República Democrática do Congo. Depois, com a eleição dos representantes dos distritos para o senado, as duas câmaras elegem o primeiro Presidente da República do Congo, o líder do partido ABAKO, Joseph Kasavubu.

### **3.2) Crise Política, Motins e Secessões.**

A independência do Congo é celebrada numa cerimónia em Léopoldville no dia 30 de Junho de 1960, onde estiveram presentes o rei da Bélgica, Balduino I e os membros do governo belga. A cerimónia, que tinha um objectivo diplomático para os belgas, acabou por se revelar num fracasso de relações públicas. No discurso proferido no parlamento congolês, o rei desfez-se em elogios ao seu tio Leopoldo, louvando a visão que ele teve para o Congo, mas sem fazer alusão à maneira como se processou o colonialismo belga e às vítimas que deixou. Para piorar a situação, discursou também o Primeiro-Ministro Lumumba, ao contrário do que estava previsto, tendo criticado duramente o colonialismo Belga e humilhado a comitiva Belga ao insultar o rei Leopoldo. A partir desse momento, Patrice Lumumba seria considerado *Persona non grata* para os Belgas e posteriormente para os Americanos.<sup>81</sup>

---

<sup>79</sup> Nzongola-Ntalaja, Georges, *The Congo from Leopold to Kabila*, pág. 87-88, 2002; McCalpin, Jermaine O, *Historicity of a Crisis, the Origins of the Congo War*, pág. 36-38.

<sup>80</sup> Kabana Kana, André, *L'interminable Crise du Congo – Kinshasa*, pág. 83.

<sup>81</sup> Edgerton, Robert, *The Troubled Heart of Africa*, pág. 36; McCalpin, Jermaine O, *Historicity of a Crisis, The Origins of the Congo War*, pág. 38.

O discurso de Patrice Lumumba na cerimónia de independência do Congo resultou no seu isolamento político a nível internacional, mas também a nível nacional. A começar pelo partido de Lumumba, o Mouvement National Congolais, que em 1959 se dividiu em dois por querelas internas, o MNC-Lumumba e o MNC-Kalonji, sendo que o primeiro advogava um estado centralizado e o segundo um estado federal. Depois, o outro grande partido, a associação ABAKO de Kasavubu, para além de ser de cariz tribal, optava também por um modelo federativo e ficou mais próxima do Ocidente ao longo do conflito.

Nos dias que se seguiram à independência, teve início um motim nas fileiras da *Force Publique*, a força militar que defendia o Congo, que se propagou por todo o país. Depois da independência, o Tenente General da *Force Publique*, Émile Janssens, queria continuar a manter o antigo sistema onde só os brancos detinham posições de oficiais e os nativos não tinham direito a subir na carreira. A adicionar a isto, Lumumba decidiu não aumentar os salários na *Force Publique*, o que resultou na amotinação dos soldados negros contra os seus superiores brancos e ao conseqüente ataque e assassinio de cidadãos brancos no Congo. Esta situação deixou o governo de Lumumba muito descredibilizado tanto a nível nacional como internacional. Pouco tempo depois, o governo belga enviou milhares dos seus soldados para proteger os cidadãos belgas que viviam no Congo, violando com isto a soberania do novo Estado.<sup>82</sup>

A situação política e social do Congo ficou mais complicada quando a 11 de Julho a província do Katanga, rica em minerais e sede da Union Minière se declarou independente com Moses Tshombé como Presidente, seguida a 14 de Junho pela secessão do Kasai do Sul, rica em diamantes, com Kalonji como Presidente. Estas duas secessões “abriram as portas à internacionalização da crise Congoleza”<sup>83</sup> ao acentuar dos interesses estrangeiros no Congo. No caso do Katanga, a posição anti-Lumumba do presidente Tshombé e a sua proximidade com os belgas devido aos negócios do minério contribuíram para a secessão. Tshombé sempre se mostrou contrário ao federalismo de Lumumba, sendo aliás este o principal problema político do Congo, a diferença entre os “Unitaristas” que apoiavam a centralização do governo e os “Federalistas” que

---

<sup>82</sup> Nzongola-Ntalaja, Georges, *The Congo From Leopold to Kabila*, pág. 97-99

<sup>83</sup> Kabanda Kana, André, *L'Interminable Crise du Congo-Kinshasa*, pág. 100.

advogavam a partilha do poder político. Aquando da independência do Katanga, Tshombé afirmou que a região se “separou do caos”.<sup>84</sup>

A secessão das duas regiões mais ricas da República Democrática do Congo levantou problemas que o estado central não conseguia resolver. O Primeiro-Ministro, Patrice Lumumba, pediu ajuda às Nações Unidas, inicialmente para ajudar a pôr em ordem a ANC (*Armée Nationale Congolaise*) e expulsar as forças Belgas que tinham sido enviadas por Bruxelas para proteger a população branca. Lumumba tinha a intenção de usar as forças da ONU para pôr fim ao separatismo Katangês e do Kasai do Sul. Através da *Resolution 143*, que permitia o envio das tropas da ONUC (United Nations Operation in the Congo), as Nações Unidas iniciaram a sua participação na Crise do Congo, embora logo desde o início houvesse críspação entre Lumumba, que queria usar as tropas para subjugar o Katanga, e o Secretário-Geral da ONU, Dag Hammarsköld, que não queria envolver a ONU num assunto interno do estado do Congo. O fim da secessão do Katanga teria lugar durante o mês de Janeiro de 1963. A secessão do Kasai do Sul terminou mais cedo com as intervenções sucessivas das forças Congolesas no território a enfraquecerem o fraco poder local de Kalonji. A 30 de Dezembro de 1961 o território voltou para o controlo do estado central.<sup>85</sup>

### 3.3) O Assassínio de Patrice Lumumba.

Figura incontornável da Crise do Congo, Patrice Lumumba, nascido em Onalua a 2 de Julho de 1925 e membro da tribo dos Tetela, fora eleito o primeiro Primeiro-Ministro da República Democrática do Congo nas eleições legislativas de 22 de Maio de 1960. Escolhido para formar governo, Lumumba adopta, desde o início, uma política que tinha como intenção tornar o estado congolês centralizado e “unitarista”. O principal argumento de Lumumba era o de “evitar uma Balcanização do Congo”<sup>86</sup>, que demonstrava, em primeiro lugar, o seu receio face aos interesses que a Bélgica e as empresas internacionais tinham sobre as regiões mais ricas do Congo (Katanga, Kasai

---

<sup>84</sup> Nzongola-Ntalaja, Georges, *The Congo From Leopold to Kabila*, pág. 99-101

<sup>85</sup> Dunn, Kevin, *Imagining the Congo*, pág. 63 e 99; Nzongola-Ntalaja, Georges, *The Congo from Leopold to Kabila*, pág. 99-106.

<sup>86</sup> Kabanda Kana, André, *Interminable Crise du Congo-Kinshasa*, pág. 104.

do Sul) e, em segundo lugar, a noção de que no seio da população Congoleza e da própria classe política existiam vozes discordantes em relação ao centralismo do estado.<sup>87</sup>

A carreira política de Lumumba começou nos *Cercles* de Stanleyville, onde os *Évolués* se reuniam para falar de questões políticas e sociais. Em 1955 tornou-se chefe regional dos *Cercles de Stanleyville* e depois aderiu ao Partido Liberal da Bélgica onde trabalhou como editor. Depois de ter passado 12 meses na prisão por acusação de desvio de fundos, Lumumba é libertado em 1956 e ajuda a fundar o MNC em 1958.<sup>88</sup>

Em Dezembro de 1958 assiste, como representante do MNC, à conferência Pan-Africana, organizada pelo presidente do Gana, Kwame Nkrumah, onde adopta as ideias do Pan-Africanismo e advoga a independência do Congo. Lumumba é novamente preso em 1959, em consequência dos motins que se espalharam um pouco por todo o Congo, acusado de incitação à violência<sup>89</sup>. Libertado ainda nesse ano, assiste às conferências de mesa redonda em Bruxelas em Janeiro de 1960, onde as autoridades Belgas decidem conceder a independência ao Congo.<sup>90</sup>

A ascensão de Lumumba foi quase tão rápida como a sua queda. Apesar de não ter feito um curso superior, como a maioria da classe política congoleza na altura da independência, Lumumba tinha uma grande capacidade argumentativa e era muito eloquente. A sua popularidade “estava ligada ao facto do seu discurso desafiar a visão dominante da Bélgica no projecto colonial”<sup>91</sup>. Nos discursos que fazia em prol da autonomia do Congo, era muito aceso e emotivo, criticando duramente a colonização belga, as desigualdades sociais entre brancos e africanos e a expropriação das riquezas naturais do Congo. Mesmo antes da independência, o governo belga já considerava Patrice Lumumba como um líder indesejado no futuro do Congo, temendo uma possível proximidade ao comunismo. Pela natureza do seu discurso político e pelas suas duras críticas aos belgas e às empresas ocidentais que tinham interesses estratégicos no Congo, Lumumba era considerado “anti-belga” e “anti-católico” e mesmo alguns

---

<sup>87</sup> Frattini, Eric, *CIA, Joias de Família*, pág. 94, 2014.

<sup>88</sup> Dunn, Kevin, *Imagining the Congo*, pág. 74.

<sup>89</sup> Dunn, Kevin, *Imagining the Congo*, pág. 75.

<sup>90</sup> Edgerton, Robert, *The Troubled Heart of Africa*, pág. 181-184; Dunn, Kevin, *Imagining the Congo*, pág. 74-75.

<sup>91</sup> Dunn, Kevin, *Imagining the Congo*, pág. 74.



sectores da administração Eisenhower chamavam-no de “Fidel Castro Africano” pelo receio de ver o Congo nas mãos da União Soviética<sup>92</sup>.

Mas Lumumba também tinha inimigos no seio da classe política congoleza. Era sabido que Lumumba e Moses Tshombé, o líder da independência do Katanga, eram inimigos e discordavam na questão da organização do estado. Depois, o grande partido da oposição, a associação ABAKO, liderada por Kasavubu, também não partilhava a ideia de um estado centralizado e punha-se do lado do Ocidente. Mesmo no próprio partido de Lumumba houve a divisão entre os que apoiavam a centralização (MNC-L) e os que advogavam o federalismo de Kalonji (MNC-K).<sup>93</sup>

Quando a independência do Congo foi proclamada, Lumumba procurou construir um país sem interferências estrangeiras e com o apoio dos seus aliados políticos, que acabaram por nunca existir. Quando começaram os distúrbios e as secessões do Katanga e do Kasai do Sul, Lumumba não foi capaz de suprimir a revolta e restaurar a ordem no Congo, pois não tinha as condições necessárias, nem os meios militares para o fazer. Os motins na *Force Publique* deixaram o país sem defesa e sem hierarquias para dirigi-lo. O envio de tropas belgas para o Congo, no sentido de proteger a população branca, foi visto por Lumumba como uma invasão e como um atentado à soberania de um país independente. Perante esta situação Lumumba pede ajuda à ONU, que aceita mediante a retirada das tropas Belgas, mas em consequência da permanência de tropas no Katanga, Lumumba decide pedir ajuda à União Soviética. O pedido de ajuda à Rússia de Krutchev alarmou não só os seus partidários e o Presidente do Congo, Kasavubu, como também o mundo ocidental. Lumumba começou a ser visto como um agente comunista, enviado pela União Soviética e era retratado pela imprensa Ocidental como “Defraudador”, “Irresponsável” ou “Desesperado” entre muitos outros. James K. Penfield do *U.S. Bureau os African Affairs* enviou um telegrama ao departamento de estado Norte-Americano a mostrar a sua preocupação pela “falta de maturidade e habilidade” do governo Congolês e pela “Influência Comunista” que Lumumba demonstrava<sup>94</sup>.

Depois da decisão de Lumumba de apelar à ajuda Soviética, tornou-se imperativo para os belgas e para os americanos afastá-lo do poder e fizeram planos para

---

<sup>92</sup> Kabanda Kana, André, *Interminable Crise du Congo-Kinshasa*, pág. 107.

<sup>93</sup> Nzongola-Ntalaja, Georges, *The Congo from Leopold to Kabila*, pág.83 e 107.

<sup>94</sup> Dunn, Kevin, *Imagining the Congo*, pág. 91-93.

o seu assassinio. Para a CIA “era evidente que Patrice Lumumba entregava o país aos soviéticos, e portanto o político devia ser «neutralizado»”<sup>95</sup>. Podemos ler no recente livro do escritor Eric Frattini, *CIA – Jóias de Família*, no qual está dedicado um capítulo à «operação 5412», que esta tinha como objectivo afastar Lumumba do poder. Segundo o autor, os dados relativos à operação 5412 sobre Lumumba aparecem na página 00690 do relatório das «jóias de família», num documento escrito pelo director da CIA, Willian Colby<sup>96</sup>. Sabendo que Lumumba tinha muitos inimigos no seio da própria classe política Congoleza, a hipótese de assassinio patrocinado pela CIA foi posta de lado, embora fosse considerado pelos americanos que “a solução para a Crise do Congo era o afastamento definitivo de Lumumba”<sup>97</sup>. O que aconteceu foi que em Setembro de 1960, o Presidente Kasavubu demitiu Lumumba das suas funções, presumivelmente por pressão americana. Num esforço para manter ainda um certo grau de ordem e poder, Lumumba demite também o Presidente Kasavubu, em pleno parlamento. Enquanto durou este braço de ferro pelo poder, a 14 de Setembro de 1960, o coronel Mobutu realizou um golpe de estado patrocinado pelos americanos, deixando sem poder tanto o Presidente do Congo como Patrice Lumumba.<sup>98</sup>

Embora tivesse ficado efectivamente sem poder executivo, Lumumba, numa tentativa desesperada, tentou chegar a Stanleyville, actual Kisangani, onde se encontravam os seus aliados políticos. Inicia a sua fuga a 27 de Novembro, mas foi apanhado com os seus aliados a 1 de Dezembro de 1960 e levado para o campo militar de Hardy em Thysville, perto da capital. Depois de passar mais de um mês preso nesse campo militar, Lumumba e dois dos seus amigos e aliados políticos são enviados a 17 de Janeiro de 1961 para o estado recém-independente do Katanga, por supostos motivos de segurança. Mas no próprio dia em que chegam e depois de serem espancados e torturados, Patrice Lumumba, juntamente com Maurice Mpolo e Joseph Okito acabam por ser assassinados por fuzilamento.<sup>99</sup>

Passados mais de 50 anos sobre o assassinio de Lumumba, a sua figura continua a ser alvo de muita controvérsia e para muitos até se tornou num mito. Fortemente

---

<sup>95</sup> Frattini, Eric, *CIA – Jóias de Família*, pág. 96.

<sup>96</sup> Frattini, Eric, *CIA – Jóias de Família*, pág. 103.

<sup>97</sup> Dunn, Kevin, *Imagining the Congo*, pág. 94.

<sup>98</sup> Dunn, Kevin, *Imagining the Congo*, pág. 93, 96; Frattini, Eric, *CIA – Jóias de Família*, pág. 93-104; Nzongola-Ntalaja, Georges, *The Congo from Leopold to Kabila*, pág. 106-108.

<sup>99</sup> Dunn, Kevin, *Imagining the Congo*, pág. 64; Edgerton, Robert, *The Troubled Heart of Africa*, pág. 193-196; Nzongola-Ntalaja, Georges, *The Congo from Leopold to Kabila*, pág. 110-111.

nacionalista e com um discurso muito radical, Patrice Lumumba criou inimigos tanto no Congo como fora dele. Em 1966, o novo líder do Congo, Mobutu Sese Seko, que esteve também envolvido na queda, e posteriormente no assassinio de Lumumba, declarou-o herói nacional.<sup>100</sup>

### 3.4) Intervenções Estrangeiras.

A Crise do Congo levou à intervenção de várias forças estrangeiras que disputaram interesses económicos e posições de força, ou que vieram simplesmente para manter a paz.

A ONU, criada em 1945 com o objectivo de facilitar o diálogo entre as nações do mundo e impedir a guerra, encontrou em África, no início dos anos 1960, o seu principal foco de preocupação face aos desafios que os novos estados independentes trouxeram para o panorama internacional. Como o historiador Christopher O'Sullivan escreveu, “o envolvimento da ONU em África foi crescendo em paralelo com o processo de descolonização” e a “África Subsaariana representou enormes desafios em clima de Guerra Fria, sendo que muitos acabaram em fracasso”<sup>101</sup>. Em África, a ONU teve de lidar com as “consequências da má administração colonial”, a “influência dos colonos brancos da África Austral”, que lutavam pela continuação do seu legado em África, das muitas guerras civis, “financiadas e perpetuadas pelas facções da Guerra Fria” e pelas “crises humanitárias” que se sucederam no continente africano. As décadas de colonização europeia, desde o final do século XIX, de que perdurou a memória do “tráfico de escravos”, a “opressão violenta” dos nativos e a “destruição e fragmentação” das sociedades nativas contribuíram para a “crise pós-colonial” com que a ONU teve de lidar<sup>102</sup>. O imperialismo europeu deixou problemas únicos que a ONU teve de enfrentar, principalmente porque a presença colonial em África perdurou até um período posterior ao de outros locais, como a Ásia e Médio Oriente, onde já existiam sociedades bem organizadas e historicamente mais antigas que as sociedades africanas e onde a

---

<sup>100</sup> Dunn, Kevin, *Imagining the Congo*, pág. 114.

<sup>101</sup> O'Sullivan, Christopher, *the United Nations, Decolonization, and Self-Determination in Cold War Sub-Saharan Africa, 1960-1994*, pág. 103.

<sup>102</sup> O'Sullivan, Christopher, *the United Nations, Decolonization, and Self-Determination in Cold War Sub-Saharan Africa, 1960-1994*, pág. 103-104.

consciência política no início dos anos 1960 ainda era muito embrionária. Além disso, no mesmo período, a Guerra Fria já estava globalizada. As descolonizações africanas, especialmente nas décadas de 1950 e 1960 (16 novos países independentes só em 1960), causaram grandes transformações na ONU, na medida em que a supremacia das nações ocidentais começara a perder alguma da sua influência na organização que despertava para a consciência dos povos do Terceiro Mundo.<sup>103</sup>

A ONU conheceu o seu primeiro grande desafio na África Subsaariana quando se deu precisamente a Crise do Congo. A intervenção das forças de segurança no Congo foi das primeiras intervenções em grande escala e terminou mal, pois não conseguiu manter a paz no território, terminou com uma crise económica e nela perdeu a vida o próprio Secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjöld.<sup>104</sup>

Quando o Congo se tornou independente no verão de 1960, “pouco fora feito para preparar os seus habitantes para a independência”<sup>105</sup>, e a fragmentação política e social que se deu logo a seguir à independência foi prova disso. O Primeiro-ministro Patrice Lumumba pede auxílio às Nações Unidas a 14 de Julho de 1960 para expulsar os soldados do exército Belga, que tinham sido enviados para proteger os cidadãos europeus a viver no Congo, e também para suprimir a revolta no Katanga e acabar com a secessão daquela região. A ONU mobilizou mais de vinte mil homens, numa coligação multinacional, embora desde o início houvesse desacordo entre Lumumba e Hammarskjöld, porque o segundo queria manter a missão da ONU segundo os parâmetros que estavam instituídos nos regulamentos da organização, que diziam respeito à não interferência em assuntos internos dos países. Patrice Lumumba queria usar as forças de manutenção de paz para fazer uma guerra que retomasse o poder sobre a região mineira do Katanga e isso não estava de acordo com a vontade do Secretário-Geral.<sup>106</sup>

A figura de Hammarskjöld era muito proeminente por ser considerado mais liberal e menos afecto à vontade dos Estados Unidos do que o seu predecessor, o

---

<sup>103</sup> O’Sullivan, Cristopher, *The United Nations, Decolonization, and Self-Determination in Cold War Sub-Saharan Africa, 1960-1994*.

<sup>104</sup> O’Sullivan, Cristopher, *The United Nations, Decolonization, and Self-Determination in Cold War Sub-Saharan Africa, 1960-1994*. Pag. 107.

<sup>105</sup> O’Sullivan, Cristopher, *The United Nations, Decolonization, and Self-Determination in Cold War Sub-Saharan Africa, 1960-1994*. Pag. 107.

<sup>106</sup> O’Sullivan, Cristopher, *The United Nations, Decolonization, and Self-Determination in Cold War Sub-Saharan Africa, 1960-1994*.

norueguês Trygvie Lie. Quis que a ONU fosse reconhecida como porta-voz e protectora dos novos países independentes e para isso usou o seu estatuto como Secretário-Geral não cedendo às exigências de Lumumba <sup>107</sup>. A postura de Hammarsköld e do Conselho de Segurança começou a ser criticada pelos russos quando foi encetado o golpe militar de Setembro de 1960, patrocinado pelos Estados Unidos, onde o Chefe das Forças Armadas Congolesas, o General Mobutu, tomou controlo do país e prendeu o Presidente Kasavubu e o próprio Patrice Lumumba. Com o assassinato de Patrice Lumumba em Janeiro de 1961, Hammarsköld teve de enfrentar críticas muito duras, por não ter conseguido impedir a morte do Primeiro-Ministro e ter deixado que a situação política e social do Congo se tivesse arrastado para um clima de caos.<sup>108</sup>

Depois da morte de Lumumba e das sucessivas críticas, especialmente dos russos, dirigidas a Hammarsköld, nas quais se exigiu inclusive a sua demissão, as Nações Unidas decidiram utilizar a força para expulsar os soldados belgas e mercenários estrangeiros no território do Katanga e impedir uma guerra civil no país, através da *Resolution 161*. As ONUC (*United Nations Operation in the Congo*), que eram as tropas destacadas para o Congo pelas Nações Unidas, tiveram a sua primeira acção belicosa no dia 28 de Agosto de 1961 com a operação Rumpunch e depois, a 13 de Setembro, com a operação Morthor, ambas realizadas na região do Katanga e com o objectivo de tomar posições estratégicas e de desarmar os mercenários e os soldados belgas. Entre estas operações militares, Hammarsköld, que entretanto já estava “absorvido” pela Crise do Congo, voa para o Katanga a 17 de Setembro de 1961, numa missão diplomática para negociar um cessar-fogo com Tshombé. Na madrugada de 18 de Setembro, o avião onde Hammarsköld seguia despenhou-se, matando todos os que iam a bordo, criando mais um mito acerca da Crise do Congo e de muitas teorias da conspiração.<sup>109</sup>

A presença no Congo das Forças de Segurança das Nações Unidas continuou até 1964, já com o novo Secretário-Geral, o Birmanês U Thant. Durante o resto da sua presença, as ONUC conseguiram controlar o Katanga e por um fim à secessão daquela região mineira do Congo, com a operação *Gram Slam* durante os meses Dezembro de

---

<sup>107</sup> Rich, Paul, *The Death of Dag Hammarsköld, the Congolese Civil War and Decolonization in Africa, 1960-1965*, pág. 358, 2012.

<sup>108</sup> O’Sullivan, Christopher, *The United Nations, Decolonization, and Self-Determination in Cold War Sub-Saharan Africa, 1960-1994*, pág. 108.

<sup>109</sup> Rich, Paul, *The Death of Dag Hammarsköld, the Congolese Civil War and Decolonization in Africa, 1960-1965*; Nzongola-Ntalaja, Georges, *The Congo from Leopold to Kabila*, pág. 113-115.

1962 e de Janeiro de 1963. As operações de paz das Nações Unidas no Congo continuaram durante as décadas seguintes, desta vez sob domínio do ditador pró-ocidental Mobutu, embora as intervenções realizadas durante a Crise do Congo tivessem sido as mais importantes e ao mesmo tempo as que registaram alguns fracassos, sobretudo como consequência de se tratar de “um país demasiado fragmentado” política e socialmente, assim como por ter sido a primeira e única vez em que falecia de forma trágica um Secretário-Geral<sup>110</sup>.

Apesar de não ter participado activamente no conflito do Congo, a Inglaterra prestou muita atenção a esse acontecimento. Vivendo em clima de Guerra Fria, a Inglaterra sentiu a ameaça de uma possível intervenção Soviética no Congo. A preocupação do governo inglês baseava-se em dois factores; o primeiro e mais importante era devido ao facto de a Inglaterra ter sob seu controlo várias colónias, como a Rodésia e a Niassalândia, que faziam fronteira com o Congo. Para os britânicos era importante manter a estabilidade social e impedir o surgimento de movimentos autonomistas. O segundo factor relacionava-se com os interesses económicos que a região do Katanga representava para algumas empresas inglesas, como a *Tanganyka Concessions*, que detinha 14.5% das acções da *Union Minière*, que era preciso proteger. Depois da secessão do Katanga, pouco depois da independência, a Inglaterra procurou sempre restabelecer a ordem no Congo. Mantendo-se na sombra dos Estados Unidos e da ONU, a Inglaterra tinha preferência por líderes que fossem pró-ocidentais, como Cyrille Adoula e especialmente Joseph Mobutu. Depois de Lumumba ter sido assassinado, figura da qual os Ingleses não gostavam, a preocupação centrou-se no regime Lumumbista de Gizenga sediado em Stanleyville e apoiado pelo bloco soviético. Embora nunca tendo participado activamente, nem tendo destacado nenhuma tropa para o Congo, a Inglaterra tentou sempre pressionar a ONU e os Estados Unidos com o intuito de salvaguardar um regime pró-ocidental. A Inglaterra nunca quis entrar no conflito e as suas preocupações acabaram por ser infundadas, porque conseguiram manter os seus interesses no Katanga e impedir o estabelecimento de um regime pró-soviético no Congo<sup>111</sup>.

---

<sup>110</sup> O'Sullivan, Christopher, *The United Nations, Decolonization, and Self-Determination in Cold War Sub-Saharan Africa, 1960-1994*, pág. 108; Nzongola-Ntalaja, Georges, *The Congo from Leopold to Kabila*, pág. 115.

<sup>111</sup> James, Alan, *Britain, the Cold War, and the Congo Crisis, 1960-63*, 2008.

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos tiveram a Europa como principal foco de atenção, para impedir que a influência soviética se expandisse pelo continente. Para isso, os Estados Unidos preocuparam-se em recuperar economicamente a Europa, sobretudo os países que tinham colônias em África, nas quais detinham interesses económicos essenciais à recuperação da economia europeia. O continente africano só começou a ter importância estratégica para os Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, quando os povos nativos passaram a ter uma consciência política mais aberta e a exigir a independência às potências colonizadoras. O principal desafio dos Estados Unidos, neste contexto, era ganhar o apoio dos africanos e ao mesmo tempo preservar a aliança com os europeus<sup>112</sup>.

Até ao final da década de 1950, os Estados Unidos preocuparam-se mais com o Norte de África, onde se situavam várias bases inglesas, francesas e americanas e onde os regimes estavam ideologicamente próximos da União Soviética. A África do norte, que era árabe, tinha mais importância estratégica do que a África Subsaariana, porque os americanos receavam que uma tomada de poder de governos comunistas nesses Estados pudesse causar um estrangulamento, visto que geograficamente a Europa ficaria cercada<sup>113</sup>.

A Crise do Congo foi a primeira grande preocupação dos americanos na África Subsaariana no contexto da Guerra Fria. Lumumba seria para os americanos uma espécie de personificação do “diabo”. A razão do medo que Lumumba gerou no Ocidente já foi abordada. O seu pedido de ajuda à União Soviética para expulsar as tropas belgas do Congo, em meados de Agosto de 1960, levou os americanos a designarem-no de “agente vermelho disfarçado” para difundir o comunismo em África, e também de “Castro Africano”<sup>114</sup>. Os Estados Unidos tiveram influência na queda de Lumumba, visto que conseguiram pressionar o Presidente Kasavubu a destituí-lo do cargo de Primeiro-Ministro, e ajudaram Coronel Mobutu a tomar o poder pela força através de um golpe militar em Setembro de 1960. Os americanos também conseguiram convencer o Secretário-Geral da ONU, Dag Hammarsköld, que “se Lumumba continuasse no poder, a viragem para o comunismo no Congo seria inevitável”<sup>115</sup>. O medo da possível “penetração soviética” no Congo tinha implicações económicas para

---

<sup>112</sup> Kent, John, *United States Reaction to Empire, Colonialism, and Cold War in Black Africa, 1949-1957*.

<sup>113</sup> Nwaubani, Ebere, *Eisenhower, Nkrumah and the Congo Crisis*, pág. 599, 2001.

<sup>114</sup> Nwaubani, Ebere, *Eisenhower, Nkrumah and the Congo Crisis*, pág. 609.

<sup>115</sup> Nwaubani, Ebere, *Eisenhower, Nkrumah and the Congo Crisis*, pág. 610.

os americanos, devido às grandes riquezas naturais do país, entre as quais, por exemplo, o urânio (foi do Congo que veio a matéria para as primeiras bombas atômicas).<sup>116</sup>

Depois do assassinato de Lumumba no início de 1961, os americanos apoiaram o Presidente Kasavubu e o Chefe das Forças Armadas, Joseph Mobutu, que mais tarde, em Novembro de 1965, derrubou o Presidente e o governo de Évariste Kimba num golpe militar. Ainda durante o ano de 1961, os partidários de Lumumba liderados por Antoine Gizenga, estabeleceram um governo rival na região Leste do Congo com sede em Stanleyville, embora tivesse chegado ao fim no início de 1962, com um bloqueio que o governo de Léopoldville realizou, pressionado pelos americanos.<sup>117</sup>

Quanto à presença soviética na Crise do Congo, ela caracterizou-se sobretudo pela ajuda humanitária com motivos ideológicos, que a União Soviética prodigalizava aos partidários de Lumumba, nomeadamente ao Governo de Gizenga, embora sempre com o objectivo de evitar um conflito com o Ocidente.<sup>118</sup>

O historiador Russo, Sergei Mazov, num artigo dedicado ao tema da política externa da União Soviética durante a Guerra Fria no contexto africano, afirma que o papel dos russos na Crise do Congo não foi muito significativo devido à “correlação complicada entre a segurança e os imperativos ideológicos que existiam na política externa Soviética”<sup>119</sup>, assim como pelo medo de um conflito generalizado com o Ocidente. Quando o Congo caiu no caos e na anarquia logo a seguir à independência, o governo de Lumumba pediu ajuda à ONU para intervir e estabelecer a ordem. Tanto os Estados Unidos, como a União Soviética apoiaram a intervenção das Nações Unidas no Congo, mas por razões diferentes, já que Nikita Krutchev queria aproveitar a oportunidade para “expandir a influência soviética como o principal opositor do colonialismo e imperialismo” e a administração Eisenhower queria sobretudo impedir o estabelecimento de uma presença comunista no Congo. Antes de Lumumba ser derrubado em Setembro de 1960, os soviéticos ainda conseguiram enviar centenas de camiões, um número desconhecido de aviões e também técnicos e conselheiros militares, alguns dos quais Checoslovacos<sup>120</sup>. Estes eventos precipitaram a queda de Lumumba e depois do golpe militar de Mobutu em Setembro de 1960, as embaixadas da

---

<sup>116</sup> Dunn, Kevin, *Imagining the Congo*, pág. 91-92; Frattini, Eric, *CIA – Joias de Família*, pág. 93-104.

<sup>117</sup> Edgerton, Robert, *The Troubled Heart of Africa*, pág. 206

<sup>118</sup> Mazov, Sergei, *Soviet Aid to the Gizenga Government in the Former Belgian Congo*, pág. 425, 2007.

<sup>119</sup> Mazov, Sergei, *Soviet Aid to the Gizenga Government in the Former Belgian Congo*, pág. 435.

<sup>120</sup> Edgerton, Robert, *The troubled Heart of Africa*, pág. 193.



União Soviética e da Checoslováquia foram fechadas e os seus elementos foram expulsos do Congo. Os materiais bélicos que os russos deixaram para as forças de Lumumba viriam a ser utilizados pelo exército de Mobutu.

Depois do assassinato de Patrice Lumumba em Janeiro de 1961, a União Soviética virou a sua atenção para o governo Lumumbista e pró-Russo do antigo Vice-Primeiro Ministro Antoine Gizenga, sediado em Stanleyville. Nesse período, Gizenga tentou sempre, desesperadamente, pedir ajuda militar e humanitária a Krutchev. A ajuda militar soviética, e mesmo a ajuda humanitária, ao Governo de Gizenga era muito difícil de realizar; primeiro porque essa região do Congo se situava no interior do continente africano, rodeada por países que estavam mais próximos do Ocidente e depois porque as forças da ONU, pressionadas pelos Estados Unidos, criaram um bloqueio a essa região de modo a que não recebesse ajuda externa. Deste modo, a ajuda soviética baseou-se sobretudo no envio de dinheiro para comprar armas, enviado através de países aliados como o Egipto e o Gana, ou então no envio directo de armas e munições para esses países, para depois o fazerem chegar ao governo de Gizenga. Gizenga foi deposto em Janeiro de 1962, porque depois de ter sido convidado a fazer parte do governo de Cyrille Adoula, as relações complicaram-se e as tropas que lhe eram leais foram derrotadas. A intervenção russa acabou por não ser capaz de manter um governo pró-soviético no poder, em parte porque a nível da política externa, Khrutchev tinha como prioridade a Europa, a África árabe e a Ásia, não querendo arriscar-se a perder influência noutras zonas do globo em prol de uma África Subsaariana que era pouco conhecida dos russos.<sup>121</sup>

### **3.5) Ascensão de Joseph Désiré Mobutu.**

No dia 24 de Novembro de 1965, o Chefe das Forças Armadas Congolesas, o Coronel Joseph Désiré Mobutu, enceta um golpe de estado militar sem derramamento de sangue, através do qual depõe o Presidente Kasavubu e o Primeiro-ministro Évariste Kimba, pondo formalmente um fim à crise política e social que caracterizou o Congo a partir da sua independência. Quando Mobutu tomou o poder, o Congo tinha-se “tornado

---

<sup>121</sup> Mazov, Sergei, *Soviet Aid to the Gizenga Government in the Former Belgian Congo*.

sinónimo de retrógrado, bárbaro, incompetente e feroz”, tendo-se transformado “num símbolo da incapacidade dos africanos de se governarem a si próprios”.<sup>122</sup>

Nascido a 14 de Outubro de 1930, Joseph Mobutu começou cedo uma carreira militar que se revelaria promissora no futuro. Depois de passar 7 anos na *Force Publique*, Mobutu dedica-se ao jornalismo em 1956, conseguindo emprego no jornal da capital L’Avenir. Em 1958 assiste à Expo 1958 em Bruxelas, onde recebe treino de jornalismo e realiza a cobertura do evento. É nesse ambiente que conhece e faz amizade com Lumumba e afiliando-se ao MNC, Lumumba nomeou-o seu assistente pessoal. Com a independência do Congo em 1960 e os eventos catastróficos que se seguiram, Mobutu vai conhecer um crescimento na sua vida política e social, muito graças à vontade da “Sureté Belge” e da “CIA”. Quando foram realizadas as conferências em Bruxelas para a independência do Congo, em Janeiro de 1960, Mobutu já tinha “dado nas vistas” como potencial aliado do Ocidente, ao conseguir manter uma presença forte no meio dos partidários de Lumumba<sup>123</sup>.

Depois da independência, quando começou o motim na *Force Publique* contra os oficiais brancos, Lumumba demitiu o Tenente General da *Force Publique*, Émile Janssens, e põe no seu lugar Victor Lundula, antigo médico do exército Congolês, e elege como Chefe de Estado Maior das Forças Armadas Congolesas o jovem Mobutu, de apenas 30 anos<sup>124</sup>. O desafio de Mobutu em manter sob controlo o exército e impedir a escalada para uma guerra civil complicou-se com a secessão do Katanga, que levou Lumumba a pedir ajuda à União Soviética e ao receio dos Estados Unidos. Mobutu depois aproveita a situação política caótica entre Kasavubu e Lumumba para realizar um golpe de estado a 14 de Setembro de 1961. Depois de Lumumba ter sido assassinado em Janeiro de 1961, Mobutu é promovido a Major-General do Exército pelo Presidente Kasavubu, que queria preservar o poder e cair nas graças dos americanos. Até 1965, o Congo, que já tinha resolvido o problema das secessões e acabado com o regime de Gizenga apoiado pelos soviéticos, viu Mobutu consolidar o seu poder progressivamente, “estando implicado nas mais altas instâncias do poder e decisões políticas” e tendo no exército pessoas da sua confiança<sup>125</sup>.

---

<sup>122</sup> Dunn, Kevin, *Imagining the Congo*, pág. 109; Edgerton, Robert, *The Troubled Heart of Africa*, pág. 206.

<sup>123</sup> Kabanda Kana, André, *L’Interminable Crise du Congo-Kinshasa*, pág. 116.

<sup>124</sup> Kabanda Kana, André, *L’Interminable Crise du Congo-Kinshasa*, pág. 117.

<sup>125</sup> Kabanda Kana, André, *L’Interminable Crise du Congo-Kinshasa*, pág. 118.

Mobutu aproveitou a fragilidade das instituições políticas depois das eleições legislativas de Março de 1965, na sequência das quais o Presidente Kasavubu elege para Primeiro-Ministro Évariste Kimba em vez do verdadeiro vencedor por maioria, Moïse Tshombé, e, levando a cabo o golpe de estado patrocinado pelos Estados Unidos, toma o poder. Mobutu assume para si o poder absoluto, ao abolir os partidos políticos e reduzir o parlamento congolês a uma simples fachada. Nas décadas seguintes, Mobutu governou o Congo com “*mão de ferro*”, ajudado pelo Ocidente, mais interessado nas riquezas naturais daqueles territórios. Mobutu ficou no poder até Maio de 1997, altura em que foi derrubado por Laurent-Désiré Kabila na Primeira Guerra do Congo (1996-97), e exilando-se primeiro no Togo e depois em Marrocos, acabando por falecer de cancro em Rabat a 7 de Setembro desse ano.<sup>126</sup>

---

<sup>126</sup> McCalpin, Jermaine O, *Historicity of a Crisis, the Origins of the Congo War*, pág. 40-42.



## Segunda Parte

### Capítulo 1 – Portugal e a Crise do Congo.

#### 1.1) O Império Português em África.

No final de Fevereiro de 1885, as potências europeias, reunidas em Berlim, tinham procedido entre elas à partilha do continente africano. Portugal, que no século XV havia explorado as costas daquele continente para encontrar um caminho marítimo para a Índia, deparou-se nessa Conferência com os sonhos e as ambições das maiores potências europeias (Inglaterra, França, Alemanha) em possuírem grandes parcelas de território africano, e viu-se assim privado de muitos territórios a que acreditava ter direito. Henri Brunschwig escreveu que “o verdadeiro imperialismo partilhador data na realidade da generalização, depois de 1890, da noção de esfera de influência, que era contrária à ocupação efectiva”, e também que “a expansão colonial sempre foi uma questão secundária aos olhos das chancelarias europeias, subordinada ao jogo das alianças e das rivalidades na Europa”, querendo dizer com isto que a Conferência de Berlim foi resultado das rivalidades europeias que procuravam um equilíbrio de poder através da partilha de África. Henri Brunschwig também escreveu que “a aceleração da partilha foi função dos nacionalismos e do progresso técnico da Europa”, querendo dizer com isto que a “conquista” de África pelas nações europeias seguiu uma lógica de projecção da influência nacional através do progresso técnico e científico<sup>127</sup>. O grande território do Congo, rico em ouro e diamantes, ficou para administração do rei da Bélgica, Leopoldo II e Portugal ficou com o território situado a sul do rio Zaire que é hoje Angola. Explorado pela primeira vez pelo navegador Diogo Cão em 1482, o território do antigo Reino do Congo serviu de entreposto comercial para os portugueses. Tendo os portugueses sido os primeiros europeus a explorar esse território acreditavam que tinham direito a ele. Depois da Conferência de Berlim, Portugal passou a

---

<sup>127</sup> Brunschwig, Henri, *A Partilha de África*, pág. 73, 1971.

administrar os territórios que actualmente correspondem a Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.<sup>128</sup>

Depois da Conferência de Berlim, Portugal consegue ter um novo rumo ao criar um novo império em África, “construído sobre as ruínas de dois antigos impérios”, o das Índias e o Brasileiro. O “Terceiro Império Português”, de acordo com a designação feita pelo historiador Gervase Clarence-Smith, nasceu da necessidade de Portugal adquirir uma nova fonte de rendimento depois da perda do Brasil, independente em 1822. Clarence-Smith escreveu também que “a retórica nacionalista e imperialista teve a sua importância no processo da expansão”, pois para além de “surgir como tampão das ideologias de classe”, também ia ao encontro da história de Portugal, em que a “grandeza imperial desempenhava um papel fundamental no discurso nacionalista”<sup>129</sup>. Durante o processo da partilha, Portugal esteve sempre ao lado da Inglaterra porque era “essencial que esta não se encontrasse sozinha num continente hostil, e que Portugal não fosse o seu único aliado”<sup>130</sup>. O Ultimato Inglês em 1890, como consequência do (Mapa Cor-de-Rosa), para além da humilhação de Portugal e do impacto que teve na sociedade, também afastou o sonho de estabelecer um grande império da África Austral, que unisse Angola a Moçambique. Os Ingleses ainda tiveram planos para partilhar os recentemente adquiridos territórios de Portugal com os Alemães, numa série de tratados secretos, “primeiro em 1898 e depois em 1913”. As colónias de Angola e Moçambique seriam cobiçadas pelos mesmos até ao início da Segunda Guerra Mundial<sup>131</sup>.

As colónias em África eram consideradas, por toda a elite portuguesa, cruciais para a sobrevivência de Portugal e para a salvaguarda de um futuro próspero. Quando Salazar chegou ao Governo, encontrou as colónias abaladas “económica e financeiramente, especialmente pela queda do preço dos seus produtos”<sup>132</sup>. O Acto Colonial de 1930, promulgado por Salazar que assumiu a Pasta das Colónias nesse mesmo ano, diminuía a autonomia dos delegados do governo e da concessão a companhias privadas para passar à centralização do poder, concentrado no governo central. As colónias passaram a ser governadas à maneira francesa, “onde tudo dependia

---

<sup>128</sup> Edgerton, Robert, *The Troubled Heart of Africa*, pág. 8-12; Brunschwig, Henri, *A Partilha de África*, pág. 31-47.

<sup>129</sup> Clarence-smith, Gervase, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, pág. 86, 1985.

<sup>130</sup> Rui Ramos, *História de Portugal*, pág. 561.

<sup>131</sup> Clarence-smith, Gervase, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Cap. 4.

<sup>132</sup> Rui Ramos, *História de Portugal*, pág. 658, 2010.

do governo, através do Ministério das Colónias”<sup>133</sup>. A necessidade de proceder a esta reforma deveu-se à crescente crise económica e financeira que abalava as colónias, com a queda acentuada dos preços de muitos produtos, ao medo de um possível separatismo relativamente à metrópole, como se fazia adivinhar na África do Sul e à crença genuína de que as colónias faziam parte integrante do território português e que para isso teriam de ser administradas pelo Governo central. Embora com a centralização do poder efectuada, ficou decidido que “as colónias teriam de se desenvolver a partir dos seus recursos naturais ao controlar as suas relações com o exterior”, como se procedia no modelo francês, o que “na prática condenava as colónias ao subdesenvolvimento porque Portugal não dispunha de meios económicos, técnicos nem capitais necessários ao seu desenvolvimento”<sup>134</sup>.

As dificuldades de Portugal em conseguir governar as colónias eram enormes, ao ponto de ser difícil manter viva a própria população nativa, pois havia ainda muita fome e doenças. Através do Estatuto do Indigenato, os nativos passaram a estar sob a responsabilidade do Estado Português, que reconhecia o direito a manterem os usos e costumes, mas em certos casos podiam ser obrigados a trabalhar caso fosse necessário. O Acto Colonial estipulava que os nativos podiam ser usados para trabalhar de forma a poderem satisfazer as necessidades fiscais. Dividia a população em três: os nativos, os assimilados e os brancos. A assimilação era a única hipótese para os nativos para poderem tornar-se cidadãos e adquirirem alguns dos privilégios dos demais cidadãos Portugueses. Para isso era requerido, entre outras coisas, que os nativos soubessem falar Português, ler, escrever e que trabalhassem. O grande problema do Acto Colonial com o seu Estatuto do Indigenato era o do futuro da população nativa das colónias, que viria a ser um dos grandes desafios de Portugal depois da Segunda Guerra Mundial. A não existência de uma política a longo prazo para o futuro das colónias parece ter-se prendido com a necessidade de salvaguardar o novo regime do Estado Novo e também com a profunda crença que Portugal não podia sobreviver sem ter um império ultramarino<sup>135</sup>.

---

<sup>133</sup> Ramos, Rui, *História de Portugal*, pág. 658.

<sup>134</sup> Ramos, Rui, *História de Portugal*, pág. 659; Menezes, Filipe, *Salazar, uma Biografia Política*, pág.119-127, 2010; Clarence-Smith, Gervase, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, pág. 153.

<sup>135</sup> Ramos, Rui, Monteiro, *História de Portugal*, pág. 658-661; Menezes, Filipe, *Salazar, uma Biografia Política*, pág.119-127.

## 1.2) Estado Novo e a Nova Ordem Mundial depois da Segunda Guerra Mundial.

Com o fim da Segunda Grande Guerra uma nova ordem mundial ficou estabelecida, que dividiu o mundo em dois blocos ideologicamente antagônicos, com a União Soviética e os Estados Unidos liderando cada um deles. O Estado Novo em Portugal viu-se imerso numa nova realidade geopolítica em que já não era aceite o seu modo de organização social, que tinha sido derrotado na Segunda Guerra Mundial. Os crimes da Alemanha Nazi e do império do Japão durante a guerra, julgados em Nuremberga e em Tóquio, criaram, nas potências vencedoras, uma aversão generalizada ao fascismo. Embora Portugal fosse um estado sobretudo autoritário, não deixou se revestir de características que a Alemanha Nazi ou o fascismo Italiano tinham exibido nos seus projectos políticos, como o partido único, a polícia política, a propaganda, a censura, a doutrinação das populações, entre muitas outras. Ainda assim, o Estado Novo conseguiu manter-se no poder graças à sua neutralidade durante o conflito e, mais importante, também ofereceu aos Estados Unidos os serviços da base das Lajes nos Açores. Portugal conseguiu sair da Segunda Guerra Mundial com “uma imagem benigna” e “uma neutralidade colaborante com os aliados”, segundo António Costa Pinto, e “por isso sofreu um isolamento menor do que a Espanha de Franco”<sup>136</sup> no novo panorama internacional da Guerra Fria.

Depois da Segunda Guerra Mundial, Salazar procurou justificar o colonialismo português a partir da sua natureza única, e a partir da importância que o colonialismo representava na preservação da influência do Ocidente no mundo. A salvaguarda do Império Colonial Português foi o principal desafio que Salazar e o Estado Novo tiveram de enfrentar para a própria sobrevivência do regime e desde cedo se compreendeu que o novo quadro geopolítico mundial era contrário à manutenção dos impérios coloniais. Para tentar evitar alguma conotação com o colonialismo, o Estado Novo mudou o nome das colónias para designá-las por “Províncias Ultramarinas” na revisão constitucional de 1951, afirmando perante a comunidade internacional que o Ultramar era parte integrante de Portugal e que as suas gentes eram portuguesas. A teoria do “Luso-Tropicalismo”, do sociólogo brasileiro Gylberto Freyre, foi amplamente usada pelo Estado Novo para justificar a presença portuguesa em África, advogando que “os portugueses tinham uma

---

<sup>136</sup> Pinto, António Costa, *O Fim do Império Português*. Pág. 14, 2001.



capacidade, que os outros povos europeus não tinham, em integrar-se e compreender as populações indígenas”<sup>137</sup>. Mas em 1947, Portugal é confrontado pela Índia, que reclama a devolução de Goa, Damão e Diu. Quando entrou para as Nações Unidas, em 1955, Portugal foi confrontado constantemente relativamente à questão colonial. O problema colonial valeu a Portugal um isolamento internacional cada vez maior, provocado não só pelos Estados Unidos e pela União Soviética, como também pelas colónias recém-independentes, presentes em cada vez maior número nas Nações Unidas. A única vantagem que o Estado Novo teve até ao início da Guerra Colonial em 1961, para não ficar totalmente isolado internacionalmente, foi a continuação da cedência da Base das Lajes na ilha Terceira aos Estados Unidos. Foi este o principal factor, que no princípio, permitiu a Portugal ser membro da NATO em 1949. Além disso, o Estado Novo Português, apesar de não ser democrático, era visto, sobretudo pelos americanos, como sendo anticomunista, o que provavelmente contribuiu para a sobrevivência do regime durante três décadas. O início da luta armada em Angola, no ano de 1961, desencadeou a derradeira resistência portuguesa pela manutenção do seu império colonial, levando ao crescente isolamento internacional do regime Salazarista.<sup>138</sup>

### **1.3) A oposição internacional face à presença Portuguesa em África.**

Os Estados Unidos consideravam o colonialismo português em África como uma questão complexa porque, por um lado, existia a preocupação em manter o acesso à Base das Lajes e por outro o cuidado em manter-se fiel à tradição anti-colonialista americana. A base aérea dos Açores tinha servido aos Aliados de ponte entre a América e a Europa durante a Segunda Guerra Mundial e durante os primeiros anos da Guerra Fria, altura em que os Estados Unidos se mostraram menos preocupados com a questão colonial portuguesa. Ainda durante a administração Truman, as relações com Portugal iriam ao encontro da “cordialidade entre as nações, da participação de Portugal na economia, na política e na defesa do Ocidente e do desenvolvimento económico das

---

<sup>137</sup> Valentim, Alexandre, *A Descolonização Portuguesa em Prespectica Comparada*, pág. 51.

<sup>138</sup> Pinto, António Costa, *O Fim do Império Colonial Português*, cap. 1; Redondo, Juan Carlos Jiménez, *Franco e Salazar*, Cap. 5; Alexandre, Valentim, *A Descolonização Portuguesa em Prespectiva Comparada*; Ramos Rui, *História de Portugal*, pág. 667-668; Menezes, Filipe Ribeiro, *Salazar, uma Biografia Política*, pág. 383-385.

suas colónias”<sup>139</sup>, embora não existindo a preocupação da autodeterminação. A grande preocupação dos Estados Unidos em relação às colónias, no geral, era o receio que uma rápida e mal preparada independência pudesse dar lugar a regimes dominados por movimentos pró-soviéticos. Durante a administração Eisenhower, já nos anos 1950, a posição dos Estados Unidos em relação ao colonialismo português continuaria a ser de relativa indiferença, continuando a manutenção da Base das Lajes a ser a principal prioridade.

O *Status Quo* da questão colonial portuguesa viria a mudar com a chegada de John F. Kennedy à presidência dos Estados Unidos em 1961. Nesse ano, o embaixador dos Estados Unidos na Índia, John Kenneth Galbraith afirmou que “o império português sobreviveu não por mérito especial, mas através de uma combinação de razões intimamente ligadas a atrasos, tenacidade e mero acaso”<sup>140</sup>. A administração Kennedy decidiu uma nova estratégia política sobre África que se traduziu por um maior apoio à autodeterminação, mas sempre tendo em atenção o “perigo comunista” de movimentos pró-soviéticos. “O embaixador americano em Portugal na altura, Charles Burke Elbrick, informou Salazar da preocupação americana com a posição deteriorante em que Portugal estava a ficar, tanto em África como na ONU, e indicou que a política portuguesa tinha que mudar radicalmente a sua posição e preparar as suas colónias para a autodeterminação”<sup>141</sup>. A primeira vez que os Estados Unidos se opuseram à questão colonial portuguesa foi através do voto, numa moção da ONU contra o colonialismo em Angola, em 1961. Nesse mesmo ano, considerado por Salazar como o *Annus Horribilis*, teve início uma onda de insurgência e de oposição ao regime do Estado Novo através da tomada das possessões portuguesas na Índia, do assalto ao paquete Santa Maria, da tentativa de golpe de Botelho Moniz e do início da luta armada em Angola. A moção relativa à situação em Angola, em que os Estados Unidos votaram contra, deu a entender que através de Administração Kennedy aquele país tinha mudado a sua opinião.<sup>142</sup>

A grande fonte de críticas face ao colonialismo português veio quase sempre da ONU, especialmente dos novos estados-membros que tinham adquirido a sua

---

<sup>139</sup> Rodrigues, Luís Nuno, *The United States and the Portuguese Decolonization*, pág. 165.

<sup>140</sup> Schneidman, Witney W, *Confronto em África*, pág.38, 2005.

<sup>141</sup> Rodrigues, Luís Nuno, *The United States and the Portuguese Decolonization*, pág. 168.

<sup>142</sup> Rodrigues, Luís Nuno, *The United States and the Portuguese Decolonization*; Pinto, António Costa, *O Fim do Império Português*, pág. 16-19.

independência, assim como de antigas potências colonizadoras. A partir da década de 1960 “a ONU tornar-se-ia mesmo no principal campo de batalha diplomático contra o colonialismo português”<sup>143</sup>, sendo que só nesse ano 17 novos estados africanos entraram na Comunidade das Nações. As Nações Unidas viram a sua balança de poder a mudar de eixo, agora que a maioria dos seus membros pertencia ao grupo de países do conjunto Afro-Asiático, que eram anti-colonialistas. A partir dos anos 1960, a ONU passou a ter uma posição marcadamente anti-colonialista e advogava que os países colonizadores adoptassem reformas políticas que tivessem em vista a rápida autodeterminação das suas colónias. Portugal era sem dúvida o principal alvo, visto que depois da independência do Congo, praticamente só ele permanecia como principal potência colonizadora.<sup>144</sup>

Em 1961, Portugal era um país muito pobre com um território ultramarino imenso, que se encontrava à beira do isolamento internacional. Nos anos seguintes, “muitas nações africanas aprovaram sanções contra Portugal e a ONU já tinha três comissões de trabalho sobre as colónias portuguesas”<sup>145</sup>. O Estado português ainda tentou, num contra ataque diplomático do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, nos seus discursos nas Nações Unidas, justificar a presença de Portugal em África como necessária para o combate ao comunismo. O Estado português, vivendo em negação, não queria aceitar a ideologia dos Estados que defendiam o princípio da autodeterminação, e muito menos uma descolonização imediata das suas colónias. Esta atitude resultou no isolamento de Portugal (visível, por exemplo, em várias comissões da Organização Mundial de Saúde). Esse isolamento viria a continuar até à Revolução dos Cravos.<sup>146</sup>

A Bélgica sofreu também a reprovação da ONU em relação ao seu império colonial. À semelhança de Portugal, a Bélgica era um pequeno estado com um grande império, embora tivesse sofrido mais cedo a pressão por parte da ONU. A Bélgica, que foi um dos membros fundadores da ONU, demorou mais de uma década a conceder a independência ao Congo. A descolonização do Congo ocorreu mais cedo do que a das colónias do império português, porque para além de existir uma elite política congoleza

---

<sup>143</sup> Pinto, António Costa, *O Fim do Império Português*, pág. 20.

<sup>144</sup> Pinto, António Costa, *O Fim do Império Português*, pág. 20-24; Santos, Aurora Almada, *Portugal e a Resolução da ONU em 1960*, pág. 68-69.

<sup>145</sup> Pinto, António Costa, *O Fim do Império Português*, pág. 21.

<sup>146</sup> Pinto, António Costa, *O Fim do Império Português*, pag. 20-24; Reis, Bruno Cardoso, *Portugal and the UN*, pág. 251-276, 2013.

que clamava pela independência, também a Bélgica acreditava na preservação dos laços económicos com o Congo. Para justificar à ONU a colonização do Congo, a Bélgica apresentou uma tese que afirmava que “nativos ou populações minoritárias de outras regiões do mundo não recebiam direitos civis básicos”<sup>147</sup>, pelo que a colonização do Congo não podia ser considerada ilegal.<sup>148</sup>

---

<sup>147</sup> Reis, Bruno Cardoso, *Portugal and the UN*, pág. 269.

<sup>148</sup> Reis, Bruno Cardoso, *Portugal and the UN*, pág. 268-270.

## Capítulo 2 - A Crise do Congo vista pela imprensa portuguesa.

Como já se viu nos capítulos anteriores, a Crise do Congo foi um acontecimento dramático e tão importante durante a Guerra Fria, que naturalmente recebeu uma cobertura considerável por parte da imprensa mundial. Neste capítulo será abordada somente a imprensa portuguesa, mais particularmente três jornais da época: os matutinos *Diário da Manhã* e *Diário de Notícias*, cujos directores eram respectivamente Barradas de Oliveira e Augusto de Castro e por fim o vespertino *Diário de Lisboa*, que tinha como director Norberto Lopes. Saliente-se que a crise do Congo foi suficientemente séria para que a Agência Nacional de Informação destacasse um enviado especial, Dutra Faria, que enviava os seus artigos de opinião para o *Diário de Notícias*. Também Veiga Pereira, do *Diário de Lisboa*, esteve presente no Congo.

A Crise do Congo, que começou poucos dias depois da independência da ex-colónia belga em Julho de 1960 e só terminou com a ascensão do General Mobutu em Novembro de 1965, foi demasiado longa e contém inúmeros episódios, relatados pelos jornais. Por essa razão decidi focar-me nos principais acontecimentos que marcaram este conflito. Os acontecimentos em análise serão, na primeira parte, a independência do Congo, o início dos motins da *Force Publique*, a secessão do Katanga e o início das intervenções estrangeiras; na segunda parte, a fricção política e o primeiro Golpe de Estado de Mobutu; na terceira parte, o assassínio de Patrice Lumumba; na quarta parte, a morte de Dag Hammarsköld, Secretário-Geral da ONU; na quinta parte, o fim da secessão do Katanga e do Governo de Gizenga; na sexta e última parte, o segundo Golpe de Estado que leva ao poder o General Mobutu. Este capítulo estará, portanto, dividido nestes seis tópicos.

De acordo com a informação que se pode encontrar nos jornais, *Diário de Lisboa*, *Diário da Manhã* e *Diário de Notícias*, é possível concluir desde já que os acontecimentos da Crise do Congo tiveram um impacto muito grande na imprensa portuguesa, com referências diárias e frequentemente artigos de primeira página. Existe, ao longo de todo o período em questão, uma grande diversidade de notícias sobre o assunto, embora a maioria da informação viesse das grandes agências de informação, como a Reuters, a France Presse ou Agência Nacional de Informação. Embora tivessem sido escritos muitos artigos de opinião, que são, aliás, as principais fontes desta

dissertação, a maioria da informação acerca do conflito chegou aos jornais através das agências noticiosas. O *Diário da Manhã* destaca-se por ter sido o jornal onde se encontrou o maior número de artigos de opinião.

Pelo que se pode constatar nos artigos e nas notícias, independentemente da posição ideológica dos três jornais em estudo, estes quiseram sempre passar a ideia de que a Crise do Congo se deveu à inexperiência do povo Congolês. A título de exemplo podemos referir o artigo de Veiga Pereira, publicado no *Diário de Lisboa* a 6 de Julho de 1960, no qual o autor afirmava que “a futura independência Congoleza era preparada ainda sob o signo do paternalismo que definiu a política colonial Belga até à Segunda Guerra Mundial”<sup>149</sup>. O receio geral do Ocidente era de que o Congo pudesse vir a tornar-se comunista, especialmente porque Lumumba era visto como um «agente ao serviço de Moscovo». Como se pode ler na notícia do *Diário da Manhã*, “Lumumba afirmou que se as tropas belgas não saírem do Congo pedirá ajuda a Moscovo”<sup>150</sup>. Pela proximidade geográfica com Angola, era natural que o assunto fosse muito mediatizado pela imprensa portuguesa, especialmente tendo em conta o enquadramento da crise pelo prisma da defesa de Portugal e do Ocidente no contexto da Guerra Fria, que tanto era propagandeado naquela época pelo Estado Novo.

## **2.1) A independência, o início da crise, as secessões e a ajuda externa.**

No início, antes da independência formal do Congo, as notícias que chegavam aos diários portugueses denotavam já preocupação e incerteza sobre o processo de independência e sobre o futuro daquela região africana. No dia 22 de Maio de 1960, a menos de um mês e meio da independência oficial, realizam-se as primeiras eleições legislativas no Congo, em que foram eleitos o Presidente da nova República, Joseph Kasavubu, e o novo Primeiro-Ministro, Patrice Lumumba. Independentemente dos resultados das eleições, os jornais portugueses focaram-se no crescente aumento dos conflitos e da insegurança que se vivia. No *Diário de Lisboa* podemos ler: “O país afunda-se na anarquia num ritmo inquietante” e “As autoridades belgas tentam manter a

---

<sup>149</sup> Pereira, Veiga, *Diário de Lisboa*, 6 de Julho de 1960, pág 12.

<sup>150</sup> *Diário da Manhã*, 19 de Julho de 1960, pág. 3

ordem, mas ninguém lhes obedece”<sup>151</sup>. O *Diário de Notícias* reporta que “O êxodo dos europeus aumenta no Congo belga, onde renascem velhas rivalidades”<sup>152</sup>. Já o *Diário da Manhã*, fazendo igualmente referência à crispação política vigente após as eleições, relata: “Recontros Sangrentos durante as eleições no Congo Belga; a afluência eleitoral degenerou em recontros sangrentos entre partidos políticos rivais nos bairros indígenas de Kamina, povoação ao sul do Congo Belga”<sup>153</sup>. O jornal começa também a chamar a atenção para a possibilidade de intervenção da União Soviética com o seu artigo de opinião, «Jogo Russo no Congo Belga»: “Não pode ser-nos indiferente o que se passa no Congo Belga. Não por curiosidade, bem entendido. Nem porque fundamentalmente nos interessa o que se passa na casa alheia. Simplesmente o Congo Belga é território nosso vizinho”.

Explica depois a luta entre as diferentes etnias que se organizaram em partidos políticos, como os Balubas e os Lulus, que se guerreavam entre si, “Os velhos agrupamentos tribais tomaram aspectos de partidos políticos e estes – além de se acusarem uns aos outros de trapaça nas eleições – juntam a tais hábitos novos de bons democratas os recalcados ódios das questões antigas”. Enquanto descreve a situação das lutas étnicas, o *Diário da Manhã* avisa sobre a presença da União Soviética no Congo quando fala de uma presença oculta que descreve como sendo consequência “das manobras do comunismo”, terminando com um libelo: “a Rússia acompanha os acontecimentos, a Rússia manobra, a Rússia faz o seu jogo. A Rússia teima em ser nossa vizinha – e há sempre quem se preste a fazer-lhe a vontade”.<sup>154</sup>

Apenas alguns dias antes da independência formal, através de uma cerimónia em que estaria presente o rei dos Belgas, Balduino, ninguém acreditava, mesmo conhecendo as intensas rivalidades tribais e políticas, que a situação nos dias que se seguiriam se degradaria tão rapidamente: o Congo cairia no caos político e social. A agência noticiosa France Presse destaca, no dia 28 de Junho: “Léopoldville mantém-se serena à espera da independência”<sup>155</sup>. Ocorrendo tudo sob um clima de intensa

---

<sup>151</sup> France Press, *Diário de Lisboa*, 22 de Maio de 1960, pág. 16.

<sup>152</sup> *Diário de Notícias*, 23 de Maio de 1960, pág. 5

<sup>153</sup> ANI, *Diário da Manhã*, 24 de maio de 1960, pág. 3

<sup>154</sup> Nota internacional, *Diário da Manhã*, 25 de maio de 1960, pág. 1

<sup>155</sup> France Press, *Diário de Lisboa*, 28 de Junho de 1960, pág. 16.

segurança policial devido à magnitude do evento: “Energéticas medidas de segurança foram tomadas na capital do Congo que hoje proclamará a sua independência”<sup>156</sup>.

No dia da cerimónia da independência, os jornais destacaram, através das várias agências noticiosas, que o acontecimento se desenrolara num clima de «paz e alegria», havendo apenas a registar um incidente com o rei Balduino: “Incidente com o rei Balduino à chegada a Léopoldville. A espada de gala do rei foi-lhe arrancada por um congolês vestido à europeia”<sup>157</sup>. O *Diário de Lisboa*, no dia 30 de Junho, reporta na sua primeira página a notícia: “A República do Congo nasceu em ambiente de alegria e ampla confraternização”<sup>158</sup>.

Portugal fez-se representar na cerimónia de independência do Congo pelo Almirante Sarmiento Rodrigues, antigo ministro do Ultramar, que, juntamente com o embaixador Dr. Negrão de Lima, chefe da delegação brasileira, quiseram estreitar laços com a nova elite política do Congo e garantir o futuro das duas comunidades no novo país. O Almirante afirmou, à chegada a Portugal depois da independência, que o Governo tinha “o dever de ajudar os novos Estados africanos”, e que os portugueses “são geralmente considerados como elementos de grande estabilidade para a vida económica do novo estado, sendo, em muitos casos, a espinha dorsal da estrutura comercial de várias cidades do interior”. O texto enfatiza a importância que o Almirante dava à comunidade portuguesa, que estava ligada ao comércio no Congo, ao dizer que “são eles os detentores da mais vasta rede de estabelecimentos comerciais que tratam directamente com os Congolezes”<sup>159</sup>.

No *Diário da Manhã* podemos ler, no Sábado dia 2 de Julho, na sua rubrica, nota internacional, um artigo interessante sobre a necessidade do novo Estado em criar uma nacionalidade congolês que se sobreponha às inúmeras tribos para conseguirem enfrentar um futuro em conjunto. Começa por salientar a importância que Portugal atribui ao Congo, relativo à sua proximidade com Angola, assim como a necessidade de manter boas relações. O artigo afirma ainda que o principal obstáculo à criação do nacionalismo congolês passa por conseguir ultrapassar os seus particularismos tribais: “O Congo tem de criar a sua individualidade nacional ao sobrepor aos particularismos

---

<sup>156</sup> ANI, *Diário da Manhã*, 30 de Junho de 1960, pág. 3

<sup>157</sup> ANI, *Diário da Manhã*, 30 de Junho de 1960, pág. 3

<sup>158</sup> *Diário de Lisboa*, 30 de Junho de 1960, pág. 1.

<sup>159</sup> Almirante Sarmiento Rodrigues, *Diário de Lisboa*, 2 de Julho de 1960, pág. 16.



tribais a noção do interesse comum e mística de pátria. É essencial que o Congo saiba defender-se das influências perniciosas, que não se pouparão a diligências para o desnortarem do seu rumo, sugerindo-lhe o caminho das aventuras e os ideais de falsa grandeza. O Congo tem de se preparar, na pura acepção da palavra, o seu destino Congolês” (Diário da Manhã, 02/07/60)<sup>160</sup>. Como o título do artigo esclarece, o Congo precisa de «experiência», que manifestamente ainda não tinha.

Na altura da cerimónia de independência, a principal questão que se punha em relação ao futuro do Congo, era a sua estabilidade política e social, visto que os seus principais partidos tinham uma matriz tribal, com excepção do MNC de Lumumba. O artigo citado acima faz exactamente alusão a isso. No discurso que o rei Balduino proferiu no dia da cerimónia afirmou que “Os vossos principais perigos estão na inexperiência de governar e nas vossas rivalidades tribais”<sup>161</sup>.

O *Diário de Lisboa* enviou para o Congo o enviado especial Veiga Pereira, que tinha por missão relatar os acontecimentos relativos às cerimónias da independência. Os seus artigos destacaram-se pelos relatos em primeira mão de testemunhos de pessoas que o jornalista entrevistou, quando o caos político e social se instalou. Sobre as impressões dos portugueses residentes no Congo, acerca do seu futuro num Congo independente, Veiga Pereira escreveu: “Os europeus que vivem na República do Congo não receiam o futuro”, embora “portugueses, gregos, judeus e indianos dominem o comércio congolês” segundo Veiga Pereira sentiam-se “especialmente hostilizados pela população negra, desde os incidentes registados em Léopoldville a 1 de Janeiro do ano passado”<sup>162</sup>. Embora, à primeira vista, se pudesse perceber um “receio” dos europeus em relação ao seu futuro no novo país, Veiga Pereira descreve, ainda antes do início dos motins da *Force Publique*, um ambiente de confraternização “Branços e negros descobriram-se semelhantes e próximos”. Na opinião de Veiga Pereira, houve mesmo vontade por parte dos belgas de criar relações de amizade com os congolese: “Colho a impressão de que os belgas são honestos ao seu desejo de conquistar a amizade dos congolese. Talvez em nenhuma parte seja tão nítido o desenvolvimento de novas relações entre brancos e negros, seja a independência, como nos «dancings». Há poucos meses, há semanas, os negros eram acusados ainda de terem o projecto de se

---

<sup>160</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 2 de Julho de 1960, pág. 1

<sup>161</sup> *Diário da Manhã*, 1 de Julho de 1960, pág. 5

<sup>162</sup> Veiga Pereira, *Diário de Lisboa*, 2 de julho de 1960, pág. 1.

apropriarem das brancas e de as dividir entre si. Julgava-se viverem obcecados pelo desejo de possuírem as mulheres dos europeus. Não se nota porém, uma especial predilecção dos negros pelas brancas”<sup>163</sup>. A julgar pelo conteúdo, existia um certo preconceito que os europeus tinham sobre os negros, que momentaneamente pareceu a Veiga Pereira deixar de existir. Além disso, parece ter havido uma vontade do *Diário de Lisboa* de dar uma imagem positiva do Congo depois das cerimónias de independência. Veremos depois, com o início dos motins da *Force Publique*, como a situação de aparente calma e paz, vista pelos jornais, se transformou rapidamente em caos e desordem social.

O artigo de Veiga Pereira, escrito a 5 de Julho, aponta para a importância que teve o paternalismo belga na formação do novo país. Para Veiga Pereira, a política que conduziu mais rapidamente à independência do Congo estava relacionada com o paternalismo dos belgas: “A futura independência congoleza era preparada ainda sob o signo do paternalismo que definiu a política colonial belga até á Segunda Guerra Mundial”. Mostra que os belgas nunca viram o Congo como uma província, ao contrário dos portugueses, mas sim como um território colonial “*radicalmente distinto*”, dizendo depois que a independência do Congo nunca foi posta em causa, apenas os prazos que a colónia deveria percorrer até à autonomia. Contextualizando os últimos anos da colonização belga, Veiga Pereira escreve que “os belgas prosseguiram a sua política de rápido desenvolvimento económico e social mas mantinham-se ignorantes dos dirigentes negros que começavam a surgir aqui e ali” (...) “a discriminação racial continuava a vigorar, a africanização dos quadros não se fazia de forma a absorver o crescente número de diplomados pelas escolas médicas”. Prosseguindo com a sua afirmação, Veiga Pereira vai descrevendo os acontecimentos que levaram à independência do Congo, referindo que “o crescente mal-estar económico da «elite» intelectual era reforçado no plano político pelos movimentos de independência que haviam começado a percorrer África”. Depois sobre a recessão de 1956 que trouxe a desvalorização de vários produtos fez com que “o movimento de independência galgasse o círculo restrito de uma «elite» e se transformasse num movimento de massas”. No fim, Veiga Pereira termina escrevendo que a independência

---

<sup>163</sup> Veiga Pereira, *Diário de Lisboa*, 5 de Julho de 1960, pág. 1 e 3

do Congo se caracterizou pelo facto de ter passado “directamente do estatuto colonial para a independência, sem passar por fases de autonomia parcial”<sup>164</sup>.

No texto citado acima, Veiga Pereira deixou claramente um aviso de tomada de atenção acerca da inexperiência do povo congolês para construir um futuro sozinho, e a culpa parece recair nos belgas. Para Veiga Pereira, os belgas, negligenciaram em certa medida o aparecimento e crescimento dos movimentos anti-colonialistas e independentistas que, para além de já existirem em alguns países africanos, começaram também a aparecer no Congo, galvanizados pela crise económica de 1956. No entendimento do texto, a independência do Congo deveria ter sido realizada por fases, de modo a preparar o povo congolês para tomar o destino do país.

## 2.2) O início do caos.

Como é que para o público português, numa época em que a televisão estava a dar os primeiros passos e que as notícias eram, acima de tudo, transmitidas pela rádio ou pelos jornais, seria possível transmitir todas as perspectivas de um acontecimento manifestando uma posição política isenta, sobretudo atendendo à existência de censura prévia? Embora Portugal tivesse um regime autoritário a pergunta não deixa de ser pertinente. Deve ter sido difícil, para um português da Metrópole, conseguir entender o porquê da situação dantesca que se iniciou com os motins do Exército Congolês, no dia 4 de Julho, situação que iria mergulhar o recém-independente Estado do Congo numa guerra civil, até à tomada definitiva do poder pelo General Mobutu, em Novembro de 1965. Com o desenrolar dos problemas, os três jornais parecem tomar as suas posições, com pontos de vista ligeiramente diferentes.

O início dos motins parece não ter tido grande destaque, a não ser quando os soldados começaram a marchar sobre o parlamento congolês. O *Diário de Lisboa* destaca que “congoleses das Forças de Segurança marcharam sobre o parlamento de Léopoldville e exigiram a africanização do Exército. Diz-se que a rebelião é provocada pelo descontentamento motivado pela lentidão na africanização daquelas forças”<sup>165</sup>. O

---

<sup>164</sup> Veiga Pereira, *Diário de Lisboa*, 6 de Julho de 1960, pág. 1 e 12.

<sup>165</sup> *Diário da Manhã*, 6 de Julho de 1960, pág.

*Diário da Manhã* e o *Diário de Notícias* também destacam as notícias de referência das agências de informação. No *Diário da Manhã* podemos ler, através da ANI, sobre o “apelo de Lumumba para que volte a ordem à nova República do Congo”. Durante um jantar, Lumumba afirmou “que a manutenção da ordem pública deverá ser um dos principais deveres do governo”, prosseguindo com comentários sobre a Guerra Fria, afirmando que “o Congo não pertence a qualquer daqueles blocos. «Somos africanos. O nosso país manter-se-á numa posição neutral ao negociar com os outros países»”.<sup>166</sup>

No *Diário de Notícias* podemos ler que “as tropas congolezas de Thysville revoltaram-se e marcham sobre Léopoldville. Uma coluna de forças fiéis ao Governo segue ao encontro dos rebeldes – Kasavubu e Lumumba partiram para o local onde estão os amotinados – Demitiu-se o comandante (Émile Janssens) da força pública do Congo. As tropas belgas que se encontram no Congo entraram de prevenção”.<sup>167</sup>

As notícias relatadas acima descrevem apenas os principais acontecimentos que ocorreram durante o início dos motins. Poder-se-á perceber imediatamente que a causa principal dos tumultos está na exigência dos soldados africanos em serem promovidos, assim como a reacção de Lumumba, que parte ao encontro da vontade dos soldados, abrindo a porta às reformas com vista à promoção. É interessante ver, através dos artigos de opinião, a reacção dos jornais *Diário de Lisboa* e *Diário da Manhã* sobre o início dos motins, sobretudo quando a população branca começava a ser alvo de violência por parte das tropas. Foi algo que chocou o Ocidente, que não estava habituado a ver os povos colonizados a atacarem a população europeia. Podemos ler no jornal *Diário de Lisboa* que “Dominada pelo pânico, a população branca foge do Congo onde os amotinados espalham o terror”, e que por ser a cidade mais próxima de Léopoldville, o “Êxodo através do rio Congo para Brazzaville”<sup>168</sup>. No *Diário da Manhã* pode ler-se, através da ANI que “A rebelião dos soldados congolezes está a tomar o aspecto de movimento antieuropeu”, e que “Os soldados não obedecem às ordens dos sargentos e oficiais europeus”<sup>169</sup>. Nesta altura, já se começa a descrever a situação no Congo como «dramática e trágica».

---

<sup>166</sup> ANI, *Diário da Manhã*, 6 de Julho de 1960, pág. 3

<sup>167</sup> *Diário de Notícias*, 7 de Julho de 1960, pág. 1

<sup>168</sup> *Diário de Lisboa*, 8 de Julho de 1960, pág. 1

<sup>169</sup> ANI, *Diário da Manhã*, 8 de Julho de 1960, pág. 3

O enviado especial do *Diário de Lisboa*, Veiga Pereira, ainda no início dos motins, atribuiu a razão que levou os soldados a amotinar-se às promessas não cumpridas do Governo congolês. Para Veiga Pereira era claro que os “partidos políticos conduziram a luta pela independência e pela campanha eleitoral num terreno de perigosa demagogia”, em que “prometeram a imediata elevação dos salários, a redução do horário de trabalho, a resolução do problema habitacional, a promoção a lugares até agora reservados a europeus, enfim a solução de todas as questões que promoveram o rápido florescimento do movimento modestamente iniciado com o manifesto «Conscience Africaine»”. Veiga Pereira é explícito quando afirma que os congolese se tornaram muito entusiásticos quanto à independência quando diz que se “criou um cambiante de ingénua expectativa, potencialmente perigoso pelo carácter terreno e concreto das bem-aventuranças esperadas”<sup>170</sup>. Neste texto, a ideia de Veiga Pereira não se afasta muito da realidade, pois quando fala da incapacidade do Governo congolês em conseguir manter a ordem, isso assenta na reconhecida falta de experiência política dos governantes, traduzida numa demagogia barata para agradar às populações, que já estavam fartas dos belgas.

No mesmo dia da publicação do texto acima referido, o *Diário da Manhã* publica um artigo sobre os problemas do Congo, afirmando que o grande problema social e político do Congo era o tribalismo e que “o racismo é o problema principal do Congo no aspecto da sua capacidade de cooperar com a Bélgica”. O texto prossegue afirmando: “racismo e tribalismo conjugam-se para comprometer a viabilidade da ordenação e desenvolvimento pacífico do país que ensaia os primeiros passos da sua vida livre. Subsistindo o tribalismo, pode haver e haverá partidos irrequietos e combativos, mas não se atingirá a unidade nacional. Mantendo-se de pé o racismo negro, estará de antemão condenada a ideia da construtiva colaboração entre negros e brancos”<sup>171</sup>. Neste texto, surge o tema do chamado «racismo negro», uma vez que as populações alvo dos ataques do exército amotinado eram os brancos. Na «Nota Internacional» do dia seguinte, o *Diário da Manhã* continua, no seu discurso próprio, a dar a entender a sua opinião aos leitores portugueses sobre a crise que se ia desenvolvendo no Congo. Quando no artigo se escreve que “meia dúzia de dias bastaram para que, no clima político novo e graças à euforia da independência, se dissolvesse a disciplina de uma força que sempre cumprira o seu dever na defesa da

---

<sup>170</sup> Veiga Pereira, *Diário de Lisboa*, 8 de Julho de 1960, pág. 1 e 16.

<sup>171</sup> Nota Internacional, *Diário da manhã*, 8 de Julho de 1960, Pág. 1

ordem”, demonstra-se que os congolese e os africanos não estavam, em geral, preparados para se governarem. A crítica recai sobre Lumumba, que por ter perdido o controlo do exército e da coesão social, resolve proceder a reformas políticas que alimentam o desejo dos militares negros de serem promovidos e de ascenderem a outros estratos sociais. No texto pode ler-se que “em vez de os dominar, Lumumba promove-os”, salientando que a acção de Lumumba não passava de fraqueza e capitulação perante os soldados. O texto salienta ainda a «quase» impossibilidade de Lumumba conseguir voltar a ganhar a confiança da população branca, nomeadamente da população belga, confiança que era considerada muito importante para a continuação dos negócios e de boas relações no Congo: “ainda que Lumumba consiga restabelecer uma aparência de ordem, por meio de manobras no campo político, ser-lhe-á impossível sanear a atmosfera e restituir aos europeus, designadamente aos belgas, a confiança e a serenidade que condicionaram a sua colaboração na vida e trabalho da nova República”<sup>172</sup>.

Como podemos ver no texto seguinte, o *Diário da Manhã* descreve uma situação de verdadeira «anarquia» que se vivia no Congo: “a decomposição da autoridade começou precisamente onde se julgava que ela teria a sua base. Foi a soldadesca delirante que desencadeou o movimento racista, recusando a obediência aos seus oficiais brancos, enxovalhando-os e espancando-os”<sup>173</sup>. Como já se afirmou antes, o ataque dos soldados africanos contra a população branca foi algo que chocou o Ocidente, provavelmente, como o texto acima descreve, porque a violência partiu da instituição que tinha como missão proteger a população civil.

Houve muitos episódios de violência contra a população branca relatados pelos três jornais em estudo. O conteúdo das notícias é virtualmente o mesmo nos três, visto que a maioria das notícias é proveniente das agências de informação. Mesmo havendo algumas variantes, os jornais destacam muito a ajuda que foi prestada às populações em fuga por parte de Angola. O *Diário de Notícias* escreve: “Aterrorizadas, mulheres e crianças europeias maltratadas pelos indígenas procuram refúgio na capital do Congo. Grupos de portugueses e belgas dirigem-se para a fronteira de Angola”<sup>174</sup>. Seguindo de: “A população branca foge apavorada para os territórios limítrofes. Léopoldville e outras

---

<sup>172</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 9 de Julho de 1960, pág. 1 e 7

<sup>173</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 10 de Julho de 1960, pág. 1

<sup>174</sup> *Diário de Notícias*, 8 de Julho de 1960, pág. 1

idades vivem horas dramáticas perante o movimento antieuropeu suscitado pelos soldados negros”<sup>175</sup>. O *Diário de Notícias* descreveu ainda algumas situações de heroísmo e de drama, numa espécie de tentativa para glorificar o esforço e a moral da missão portuguesa em África: “Cenas dramáticas à chegada dos refugiados a Luanda. De joelhos e a chorar, as mulheres beijam a terra portuguesa. “Deus seja louvado por haver portugueses que asseguram um oásis nesta África em tumulto!””, declarou um fugitivo belga. “De um machado em punho, uma portuguesa defendeu, contra uma horda embriagada, a honra de duas filhas”. “Aterraremos de qualquer maneira desde que haja portugueses”, afirmou sobre Léopoldville o piloto de um avião Angolano”<sup>176</sup>.

O *Diário de Lisboa*, ao fazer a cobertura dos acontecimentos em Angola, escreveu: “Estamos muito gratos aos Portugueses de Angola” – Dizem refugiados do Congo que hoje chegaram a Lisboa”, “Estamos muito reconhecidos aos Portugueses de Angola” – declarou a Sr.<sup>a</sup> Jeanne Piron, de nacionalidade belga, que traz consigo os seus cinco filhos, entre os quais um bebé de três meses, gravemente doente. Deixei Léopoldville no sábado passado, com destino a Brazzaville, que se encontrava já cheia de refugiados de todas as nacionalidades. A vida no Congo, para os belgas, tornara-se impossível e quando rebentou a revolta todas as nossas vidas começaram a correr perigo. Os negros tornaram-se hostis para todos os brancos”<sup>177</sup>.

O *Diário da Manhã*, com um discurso mais cru escreveu: “Morreram dois portugueses em Katanga e o Exército Congolês em armas espalha o terror por toda a parte”, e “Os refugiados do Congo acarinhados em Luanda”<sup>178</sup>. No dia 12, quando o *Diário da Manhã* fez um balanço da situação, escreveu assim: “1: Sobretudo nas cidades, os belgas foram sensivelmente mais maltratados do que os portugueses – 2: Quer nas cidades, quer nas pequenas povoações, quanto mais elevadas eram as suas posições ou funções, mais maltratados foram os funcionários e oficiais belgas, bem como as respectivas famílias – 3: O ódio à igreja manifestou-se igualmente em agressões a sacerdotes e assaltos a freiras, pelo menos num convento, em Madimba, num hospital, em Inkisi, e num colégio, em Mbanza e Mboma”<sup>179</sup>.

---

<sup>175</sup> *Diário de Notícias*, 9 de Julho de 1960, pág. 1

<sup>176</sup> *Diário de Notícias*, 10 de Julho de 1960, pág. 1

<sup>177</sup> *Diário de Lisboa*, 12 de Julho de 1960, pág. 1 e 16.

<sup>178</sup> *Diário da Manhã*, 10 e Julho de 1960, pág. 5

<sup>179</sup> *Diário da Manhã*, 12 de Julho de 1960, pág. 1 e 3

Nos casos acima referidos, em que se percebe a magnitude da aflição que a população branca sofreu, os leitores portugueses apercebem-se de que a situação no Congo, em pouco mais de uma semana após a independência, caiu para um estado de anarquia que se instalou assim que a autoridade colonial belga saiu. Para um português que vive na Metrópole, e está ciente da importância que as colónias portuguesas em África têm para Portugal, ler estas notícias só o poderiam ter levado a crer que para além do perigo que representava a proximidade desse caos com Angola, que poderia levar à revolução local, a própria descolonização só traria problemas. Pelo teor das notícias que se podem ler no *Diário da Manhã* e o *Diário de Notícias*, parece haver uma intenção propositada de aproveitar estes acontecimentos a favor da continuação da presença portuguesa em África.

Com os acontecimentos no Congo a aumentar de escala, começou a haver a necessidade, como sempre, de encontrar um culpado. O *Diário da Manhã* escreve na edição do dia 11 de Julho, um artigo em que atribui a responsabilidade do caos social do Congo a Lumumba, que desde o início nunca foi muito bem visto pelo ocidente, dada a sua postura tensa face ao domínio europeu do seu país. Esta postura também teria ficado patente no seu discurso durante a cerimónia de independência, razão pela qual muitos jornais nem relataram o seu discurso. O artigo começa por afirmar que Lumumba não era uma pessoa íntegra: “Insultando os belgas e atribuindo-lhes as culpas de quando sucedeu, Lumumba não deu precisamente um exemplo de integridade moral”. O artigo depois faz referência ao discurso de Lumumba durante a cerimónia de independência, que se caracterizou por ser muito crítico do colonialismo belga, e que mostrava o seu descontentamento, “quem se der ao trabalho de procurar os responsáveis pela anarquia que se instalou no Congo, não deixará de se deter perante as palavras que Lumumba pronunciou na presença do Rei Balduino e que para este representaram uma afronta intolerável”. Terminando no fim por acusar Lumumba de ser anti-europeu: “Foi Lumumba quem, na cerimónia de transferência de poderes e depois do discurso sóbrio e sereno de Kasavubu, exautorou publicamente a acção dos belgas e afirmou os seus sentimentos anti-europeus. Foi dele que partiram o incitamento ao ódio e o estímulo aos baixos instintos da gente desvairada pela embriaguez da independência”<sup>180</sup>.

Ainda antes do início das intervenções estrangeiras, o enviado especial, Veiga Pereira, que entretanto estava entre Luanda e Léopoldville, fazendo um vaivém

---

<sup>180</sup> Nota Internacional, *Diário da manhã*, 11 de Julho de 1960, pág. 1 e 5



noticioso, descreveu a situação desoladora em que o Congo tinha caído. O que parece chocar mais Veiga Pereira, quando chega a Léopoldville, é ver que a cidade se tinha tornado economicamente inactiva, “não era já a capital festiva de um novo Estado a caminho do progresso e do futuro, mas uma cidade de pasmo e terror, onde quase todas as actividades estão paralisadas e que tenta, no entanto, sobreviver à anarquia administrativa e ao caos económico, e evitar sobretudo a intervenção estrangeira”<sup>181</sup>.

### 2.3) A secessão do Katanga.

Proclamada a 11 de Julho de 1960, a secessão do Katanga surge na imprensa como a confirmação, através dos jornais, do estado de caos atingido – em tão breve espaço de tempo – pelo Congo ex-belga. No *Diário de Notícias*, destaca-se a importância da região mineira para a economia do Congo e das empresas estrangeiras que lá trabalham: “O Primeiro-Ministro de Katanga proclamou a independência daquela província do Congo e pediu ajuda à Rodésia, para que envie tropas pára-quedistas” (...) “o Katanga, a mais rica das províncias do Congo, tem cerca de 500000 quilómetros quadrados. A região do Katanga tem uma riqueza natural que ultrapassa a de todas as demais províncias congolezas. Os principais minerais que se encontram no seu riquíssimo subsolo são o cobre, o cobalto, o manganês, o zinco, o carvão, o urânio e o rádio. Mas há também depósitos também de cádmio, de ferro e de metais preciosos. As vastas actividades minerais do Katanga asseguram a todo o Congo 60% das suas receitas. Consequentemente, as companhias que operam no Katanga têm uma influência decisiva na vida económica e social de todo o país”<sup>182</sup>. A região era, não só a mais importante para a economia do país, como também, ao tornar-se independente do Governo central, tornava muito difícil o restabelecimento da ordem e da paz social. Para os belgas, a independência do Katanga significava a manutenção dos seus interesses económicos na região, sendo crucial apoiá-la, mesmo militarmente. Poucos dias depois da secessão do Katanga, que era considerada ilegal pelo Governo central do Congo, chegou mesmo a haver a “ameaça de provocar a crise no Governo de Bruxelas” onde se anunciava: “Os ministros liberais demitir-se-ão se o novo Estado não for reconhecido

---

<sup>181</sup> Veiga Pereira, *Diário de Notícias*, 13 de Julho de 1960, pág. 1 e 9.

<sup>182</sup> *Diário de Notícias*, 11 de Julho de 1960, pág. 1 e 7

pela Bélgica”<sup>183</sup>. O envio de tropas belgas para o Katanga, com vista a proteger o novo Estado, as empresas e a população branca, viria a ser a principal causa para o pedido de ajuda de Lumumba aos soviéticos, depois de tanto os Estados Unidos como a ONU terem recusado ajudá-lo, como veremos mais tarde.

O *Diário de Lisboa*, através da agência Reuters, publica um artigo onde se pode perceber as razões que levaram Tschombé a separar-se do Governo central. O artigo refere que Tschombé, numa entrevista que deu à rádio local, afirmou que “o propósito dos motins era desorganizar o Exército e a Administração, para que pudesse ser estabelecida uma ditadura pessoal, aliada ao comunismo, e para aterrorizar os Europeus, a fim de obrigar estes a abandonar o país”. Depois, o artigo continua a descrever que Tschombé dissera que “o Governo de Lumumba tinha como objectivo abrir caminho a técnicos do bloco comunista oriental”. No fim do artigo pode ler-se que para Tschombé, “a ideia de um Congo unificado era «uma vã utopia», por causa de a região ser diferente em geografia, economia, cultura e carácter étnico”<sup>184</sup>.

Em Julho de 1960, o *Diário da Manhã* dá-nos a sua perspectiva sobre a independência do Katanga através de três artigos de opinião incluídos na secção «Nota Internacional». No primeiro artigo, intitulado «surpresa que surpreende», esclarece que a separação daquela região do antigo Congo belgas se deveu à saída do colonizador, que, para todos os efeitos, garantia a unidade do Estado congolês. Afirma basicamente que os belgas nunca se aperceberam de que a sua presença no Congo era essencial para imprimir “carácter e individualidade. Desde que ela desaparecesse, a expressão «Congo» deixava de ter qualquer significado humano e nem mesmo como apelativo geográfico correspondia à área em que flutuava a bandeira da Bélgica”<sup>185</sup>.

No segundo artigo, intitulado «dois métodos», podemos perceber que o jornal parece tomar o partido de Tschombé quando escreve que “O chefe do Governo do Katanga expôs, com simplicidade e clareza, a decisão que adoptou em face dos acontecimentos que ultimamente se produziram”. Depois o artigo descreve que Tschombé via Lumumba como um agente soviético que ameaçava a influência do Ocidente em África, “Lumumba representa o comunismo internacional” (...) “é possível que tenham razão em toda a linha e que, de facto, Lumumba actue como agente

---

<sup>183</sup> Diário de Notícias, 13 de Julho de 1960, pág. 1

<sup>184</sup> Reuters, *Diário de Lisboa*, 16 de Julho de 1960, pág. 16.

<sup>185</sup> Nota Internacional, *Diário de Notícias*, 12 de Julho de 1960, pág. 1 e 6

das forças ocultas que se empenham em liquidar, na imensa extensão da África Negra, a presença moral do Ocidente”. No fim do artigo podemos ler que “Tschombé, no Katanga, arrepia caminho e coloca o problema no plano de uma estreita cooperação com os brancos”, o que parece afirmar que o líder do Katanga percebeu que, para construir o futuro da região, era necessária uma «estreita colaboração com os brancos»<sup>186</sup>.

No terceiro e último artigo, intitulado «Katanga e os princípios», a secessão do Katanga é vista como a separação de um estado africano que se sentia colonizado por outro Estado africano maior, neste caso o Congo, “A situação no Katanga no quadro político do Congo era tipicamente colonial, se a encararmos sob o ângulo da exploração do seu potencial económico em proveito de Léopoldville”, continuando por dizer que “pelo facto de ser negro, um colonialismo não deixa e ser colonialismo”. Trata-se do princípio da auto-determinação dos povos, que o artigo defende no caso do Katanga, quando reporta que “O caso do Katanga é o protótipo da sabedoria no campo internacional”. Em todo o caso, o Diário da Manhã parece apoiar a independência do Katanga, por querer manter a presença europeia na região e desconfiar da influência soviética no Congo, que é considerada como a causa principal da secessão. Podemos ler no seguimento do artigo que “se o Katanga se tornasse independente, separando-se de um território em que flutuasse a bandeira de uma nação europeia, a iniciativa seria saudada com uma salva de palmas em Moscovo e outra em Nova Iorque. Mas desde que essa não é essa a hipótese e que a separação se opera relativamente a um Estado chamado «Africano», tudo muda de figura. No entanto, parece perfeitamente normal a resolução que se tomou em Elizabethville”<sup>187</sup>. Na opinião do artigo, a independência do Katanga seguia uma lógica que estava de acordo com a vaga de descolonização da época, mesmo não se tratando de uma colónia europeia.

Veremos, com o início da intervenção estrangeira, que a posição deste jornal vai cair sobretudo a favor do Katanga de Tschombé e criticar Lumumba quando este pede ajuda à União Soviética. É de lembrar que, da independência do Congo até á secessão do Katanga, passaram apenas 11 dias, de 1 a 11 de Julho, sendo que em menos de duas semanas, o Congo caiu de um plano de esperança e alegria para a confusão e o caos.

---

<sup>186</sup> Nota Internacional, *Diário de Notícias*, 13 de Julho de 1960, pág. 1 e 2

<sup>187</sup> Nota Internacional, *Diário de Notícias*, 18 de Julho de 1960, pág. 1 e 2

## 2.4) Intervenções estrangeiras.

Quando se iniciaram os motins na *Force Publique*, durante os quais os soldados congolezes, ao exigirem a africanização dos quadros do Exército, começaram a atacar, a pilhar e a matar a população branca a viver no Congo, o Governo belga decidiu intervir com as suas forças militares ainda presentes no território, com o objectivo de proteger a população e manter a ordem. Esta acção, levada a cabo pelos belgas, deixou o Primeiro-Ministro, Patrice Lumumba, indignado por ter achado que se tratava de uma violação de soberania, e terá sido esse, o principal motivo do seu pedido de ajuda estrangeira. Ele queria expulsar os belgas do Congo definitivamente, como o *Diário da Manhã* nos expressa, “Dilema no Congo – Enquanto os naturais pretendem afastar as forças belgas, Bruxelas não o consente antes de ver protegidos todos os Europeus pela ONU”<sup>188</sup>.

Num outro texto, publicado no *Diário de Lisboa*, podemos ler a opinião de Atticus sobre a necessidade que a Bélgica sentiu, de intervir no Congo. Segundo o *Diário da Manhã*, a Bélgica tratou a sua política em relação ao Congo de uma forma dualista, porque para salvaguardar os interesses económicos no Congo, ou fazia uma política de concessões, ou uma política de força, o que podia resultar numa guerra, como aconteceu na Argélia: “o Governo belga viu-se na necessidade de enveredar por esse caminho, contra a sua vontade, a fim de proteger a vida dos belgas residentes naquela antiga colónia”. Atticus termina afirmando que “aos olhos dos congolezes a presença de tropas belgas no seu território era a negação da independência. A tensão entre a Bélgica e a República do Congo acentuou-se, e o Governo belga foi forçado a fazer uma política que não estava nas suas intenções e que suscitou a desconfiança dos Congolezes, convencidos de que ela tinha por fim pôr termo à independência que haviam alcançado”<sup>189</sup>.

Quando o Governo do Congo pediu ajuda externa aos Estados Unidos, já a província do Katanga se tinha separado. No dia 12 de Julho, podemos ler no *Diário de Lisboa* que “O Governo do Congo pediu aos Estados Unidos tropas para manter a ordem”, e “O Governo congolês pediu a intervenção das forças armadas norteamericanas, com o objectivo de estabelecer e assegurar a ordem no território da

---

<sup>188</sup> *Diário da Manhã*, 18 de Julho de 1960, pág. 5

<sup>189</sup> Atticus, *Diário de Lisboa*, 25 de Julho de 1960, pág. 1 e 2.

República do Congo”<sup>190</sup>. No *Diário de Notícias*, podemos ler no dia seguinte que “Para manter a ordem no Congo, o Governo de Lumumba pediu aos Estados Unidos que enviem três mil soldados. Washington endereçou o pedido às Nações Unidas”<sup>191</sup>. O mesmo se pode ler no *Diário da Manhã*, do mesmo dia: “A intervenção militar americana foi solicitada pelo Governo Congolês que se confessa incapaz de manter a ordem. Os Estados Unidos só enviarão tropas no âmbito de uma acção recomendada pelas Nações Unidas”<sup>192</sup>. Como se sabe, os Estados Unidos não iriam querer participar numa intervenção armada, por acharem que se tratava de um problema interno do Congo.

Perante a recusa americana de intervenção militar no Congo, mesmo integrada numa força conjunta da ONU, o Governo de Lumumba pediu ajuda às Nações Unidas. O pedido de ajuda foi aceite, levando o Secretário-geral da ONU, Hammarsköld, a criar uma força de intervenção essencialmente africana, como se pode ler no *Diário de Notícias*: “Por decisão do Conselho de Segurança, uma força das Nações Unidas, constituída na sua maioria por soldados de países africanos, auxiliará a restabelecer a ordem no Congo”<sup>193</sup>. Os elementos que compunham a força militar da ONU, tinham o objectivo de manter a ordem e expulsar os soldados belgas: “A ONU pede à Bélgica que retire as suas tropas do Congo”<sup>194</sup>. A intervenção das forças da ONU suscitou algumas críticas por parte do jornal *Diário da Manhã*, que podemos ler no artigo seguinte em que diz que: “Hammarsköld está com intenções de pedir a nove países que enviem contingentes militares para o Congo; o Gana, a Guiné, a Libéria, o Sudão, Marrocos, a Tunísia, a Etiópia e a República Árabe Unida. Percebe-se no Secretário-Geral a preocupação de circunscrever o problema a África, tomada está no conceito que resulta do controlo geográfico e abstraído de «que nessa ilha enorme existam dois mundos que nada têm de comum no aspecto humano: o mundo negro e o mundo árabe”. Neste artigo, a crítica parece recair sobre a inexperiência da ONU relativamente a esta região africana específica, ao decidir compor as forças da ONU apenas com tropas árabes e negras. Ainda por cima, tendo sido a sua primeira grande intervenção militar desde a sua criação, podemos ler que “por virtude da ignorância desta verdade elementar e de outros defeitos de visão, o alto funcionário das Nações Unidas foi conduzido a adoptar

---

<sup>190</sup> France Presse, *Diário de Lisboa*, 12 de Julho de 1960, pág. 1

<sup>191</sup> *Diário de Notícias*, 13 de Julho de 1960, pág. 1

<sup>192</sup> *Diário da Manhã*, 13 de Julho de 1960, pág. 3

<sup>193</sup> *Diário de Notícias*, 15 de Julho de 1960, pág. 1

<sup>194</sup> *Diário de Lisboa*, 14 de Julho de 1960, pág. 1

uma fórmula, incongruente, para além dos limites da tolerância, dispondo-se a recorrer de cinco nações árabes para uma acção a sul do Saara, em conjunto com quatro países da África Negra”, que podia pôr em risco a paz no continente africano, porque iria basicamente lutar para impedir a secessão de um novo Estado africano. No fim, o artigo critica a decisão da ONU em excluir os países africanos onde ainda havia uma presença ocidental, como Portugal em Angola, que podia ter servido para acabar com a desordem no Congo: “Simplesmente foram excluídos os territórios autenticamente africanos em que subsistem posições políticas ocidentais e onde a presença do branco não foi eliminada ou nem sequer foi posta em causa pelo racismo negro”<sup>195</sup>.

A 16 de Julho, o *Diário da Manhã* acentua a sua crítica à ONU quando afirma que a intervenção das forças de segurança no Katanga para expulsar as tropas belgas só irá prejudicar mais a situação e irá implicar a “censura para o governo de Bruxelas”. Depois afirma que “para os comunistas de todos os matizes e para quantos, por conta própria ou alheia, jogam na carta do abandono de África pelos brancos”, terminando por escrever que “é de recear que, através dos soldados negros que vão para o Congo, irradie pelo Continente o espírito que se manifestou na revolta militar e que eles próprios se tornem portadores da infecção racista”<sup>196</sup>.

O *Diário da Manhã* – sendo mais próximo do Regime e da sua narrativa – tem o discurso mais austero e crítico relativamente aos acontecimentos no Congo, posição visível na sua maneira defensiva de comentar os acontecimentos, em que parece vê-los como uma tentativa de expulsar de vez os europeus do continente africano, conseqüentemente, como uma ameaça directa à “grande pátria portuguesa” que o regime defendia.

A força da ONU, que começou a chegar ao Congo no dia 15 de Julho, como frisa o *Diário de Lisboa* num artigo intitulado “A população de Léopoldville recebeu com aplausos os primeiros soldados da força da ONU”<sup>197</sup>, não correspondeu à vontade de Lumumba, que a queria usar para voltar a tomar o controlo da rica região do Katanga, recentemente independente. Perante o impasse, Lumumba pediria ajuda à União Soviética, selando assim o seu destino com esse acto. A primeira ameaça de Lumumba foi reportada no Sábado, dia 16, podendo ler-se no *Diário de Notícias*:

---

<sup>195</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 14 de julho de 1960, pág. 1 e 7

<sup>196</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 16 de Julho de 1960, pág. 1 e 7

<sup>197</sup> *Diário de Lisboa*, 15 de Julho de 1960, pág. 1

“Violento e dramático, Lumumba ataca Bruxelas: Diplomatas e tropas belgas devem abandonar imediatamente o território Congolês. «Para salvaguardar a nação estamos prontos a estabelecer um pacto com o diabo, mas não com a Bélgica» - declarou Lumumba no parlamento do Congo”<sup>198</sup>. As palavras de Lumumba tiveram eco internacional, também para o *Diário da Manhã*, que justificava a intervenção dos belgas no Congo pela necessidade de proteger os seus cidadãos, “Foi para socorrerem os seus compatriotas que as forças belgas actuaram, em circunstâncias e em termos que excluía qualquer intervenção de carácter político na vida do país. A sua acção cabia no quadro da protecção que qualquer Estado deve aos seus nacionais quando estão em perigo. Apesar disso, entendeu-se que o ocorrido podia servir de pretexto para se suscitar uma questão de alçada internacional”. Depois, o artigo termina considerando que Lumumba justificou o seu pedido de ajuda com a constatação de que corria perigo de vida: “Lumumba achou que era igualmente oportuno telegrafar a Kruchtchev, dizendo-lhe que a sua vida perigava e pedindo-lhe auxílio. O gesto ficou esclarecido quando o mesmo Lumumba declarou no Parlamento que estava pronto para fazer um pacto com o diabo”<sup>199</sup>.

A ajuda à União Soviética foi formalmente pedida no dia 19 de Julho. No *Diário de Lisboa* podemos ler que o Governo de Léopoldville, quando pediu ajuda à União Soviética e a outros países do bloco afro-asiático, declarou que as tropas teriam por missão, “1º - fazer que as tropas belgas retirem pacificamente; 2º - Contribuir para a manutenção da ordem, em conformidade com as decisões do Governo da República; 3º - Evitar qualquer agressão externa”<sup>200</sup>.

Com a entrada da Rússia no conflito do Congo, embora os Estados Unidos se tivessem mantido de fora, a situação não deixava de causar um certo atrito entre os dois blocos, assim como o medo de uma escalada de acontecimentos, dos quais se desconhecia o desfecho, como se pode ler nas palavras de aviso do *Diário da Manhã*: “em círculos autorizados ocidentais afirma-se categoricamente que qualquer intervenção militar Soviética no Congo em luta poderá conduzir «às mais graves consequências»”<sup>201</sup>. Assim que a Rússia aceitou o pedido de Lumumba, fez valer a sua autoridade, com a bênção do Governo congolês, ao exigir à Bélgica a retirada das suas tropas, “A URSS

---

<sup>198</sup> *Diário de Notícias*, 16 de Julho de 1960, pág. 1

<sup>199</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 19 de Julho de 1960, pág. 1 e 6

<sup>200</sup> Reuters, *Diário de Lisboa*, 20 de Julho de 1960, pág. 1

<sup>201</sup> *Diário da Manhã*, 22 de Julho de 1960, pág. 3

exige a retirada das tropas belgas do Congo”<sup>202</sup>. Em mais um artigo de opinião do *Diário da Manhã*, podemos ler que, desde que a União Soviética, através de uma intervenção militar, terminou com a revolução Húngara de 1956, se “considera particularmente apta para interferir, pelo conselho ou pela acção, em todos aqueles casos em que possa estar em jogo o direito dos povos à liberdade”. Ainda segundo o mesmo jornal: “a Rússia aceitou de braços abertos a tese de «agressão belga»” e que “a Rússia formulou um ultimato que no fundo era dirigido às Nações Unidas: ou as tropas belgas retiravam dentro de três dias ou ela, Rússia, chamava a si tal assunto”<sup>203</sup>.

Na opinião do *Diário da Manhã*, a União Soviética age como um Estado imperialista que mais uma vez, conseguiu aproveitar os descontentamentos dos povos colonizados para impor a sua força e vontade. É nesta altura que aparecem notícias que afirmam que os motins na *Force Publique* foram provocados por agentes comunistas infiltrados, que exaltavam e davam ordens aos soldados, para reforçar a ideia da mão dos comunistas no conflito do Congo. Embora já tivesse havido um relato durante os motins em que se fala da presença de agitadores, no *Diário da Manhã* também se pode ler sobre “A presença de agitadores profissionais nos graves acontecimentos do Congo denunciada pelo ministro do interior da nova república”<sup>204</sup>. Mas é com o artigo, do enviado especial da ANI, Dutra Faria, que se pode ler no *Diário de Notícias* que se tem acesso a um relato detalhado, através de testemunhos de pessoas, sobre a presença de indivíduos que participaram na organização do caos. Ali se pode ler: “agentes checos, ligados a agitadores comunistas indígenas, preparados em Moscovo e Praga, têm desempenhado acção dominante nos amotinados na República do Congo”, e ainda: “alguns pretos vestiram o uniforme de soldados, para, a coberto da farda, se vingarem dos brancos a quem tinham ou julgavam ter agravos – disse-nos em Léopoldville um português cujo nome não podemos revelar sem pôr em risco a sua segurança”. Depois continua o seu relato ao entrevistar uma senhora belga que afirma que “viu uma senhora branca na sexta-feira a dar ordens de um «jipe» aos soldados congolezes que andavam a procurar determinados europeus para os prenderem”. Depois há o relato de um belga que declarou que “logo depois dos tumultos de Janeiro do ano passado começavam a chegar ao Congo numerosos checoslovacos, uns como funcionários do consulado, outros dizendo que andavam em missão de estudo, outros ainda para empregados de

---

<sup>202</sup> *Diário de Lisboa*, 21 de Julho de 1960, pág. 1

<sup>203</sup> Nota Internacional, *Diário da manhã*, 23 de julho de 1960, pág. 1 e 8

<sup>204</sup> *Diário da Manhã*, 12 de Julho de 1960, pág. 1



umas determinadas firmas – sempre as mesmas por sinal”. No fim, o autor conclui que, “1: os comunistas principiaram em trabalhar intensamente no Congo após as desordens de Janeiro de 1959, ou mesmo antes; 2: Aos agitadores comunistas indígenas juntaram-se, a partir de certo momento, agentes checos, que não devem ter sido alheios á preparação da revolta da «Force Publique»; 3: Indígenas que não eram soldados vestiram a farda, não, como supunha o português com quem falámos em Léopoldville, para exercerem vinganças pessoais, mas para levarem os amotinados a cometer excessos e crimes que erguessem alta muralha de ódio, para sempre entre Congolezes e Belgas; 4: A esse propósito obedeceu o sistemático desrespeito pela mulher branca, submetida em cadeia a imperdoáveis e indescritíveis vexames onde quer que os soldados ficassem senhores da situação; 5: Determinadas operações, consideradas naturalmente de particular importância ou delicadeza, teriam sido comandadas pessoalmente pelos agentes checos; um deles seria, portanto, a mulher branca que de um «jipe» dava ordens em Léopoldville aos bandos de soldados – ordens que a soldadesca acatava”<sup>205</sup>.

Partindo do princípio de que o relato assenta em testemunhos e factos credíveis, podemos afirmar que o objectivo principal do artigo passa pela descredibilização da acção da Rússia, ao acusá-la de ter planeado a sua intervenção no Congo desde o início – o que reflecte a narrativa do regime então vigente, que considerava todas as iniciativas de cariz nacionalista como reflexos da influência soviética naquela região do globo.

Entretanto, a nível social a situação no Congo estava a piorar. Ainda no *Diário de Notícias* pode ler-se que os “Problemas que afligem o Congo causam sérias preocupações à ONU. Falta de víveres, perigos de ordem sanitária, desemprego e dificuldades financeiras”, e, já sem respeito nem confiança, a Bélgica e o Congo trocam acusações de parte a parte, “O Governo belga acusa o Governo congolês de «incitação ao crime de morte» e apresentou queixa à ONU”<sup>206</sup>. Durante o mês de Agosto, a União Soviética irá fornecer ajuda militar, nomeadamente na forma de alguns aviões e de apoio logístico. Para piorar a situação, a província do Kasai do Sul, liderada por Albert Kalonji, opositor do mesmo partido político de Lumumba, irá separar-se do Congo, criando um outro foco de instabilidade. Lumumba conseguirá manter-se no poder com o seu Governo, só até ao início de Setembro.

---

<sup>205</sup> Dutra Faria, ANI, *Diário de Lisboa*, 16 de Julho de 1960, pág. 5

<sup>206</sup> *Diário de Notícias*, 21 de Julho de 1960, pág. 1

## 2.5) Crise Política e Golpe de Estado.

No início de Setembro de 1960, o Primeiro-Ministro do Congo, Patrice Lumumba, começou gradualmente a perder o controlo sobre a situação caótica que se desenvolveu logo após a independência. Desde a chegada do apoio soviético ao Congo que a pressão dos países ocidentais para afastar Lumumba do poder começou a crescer. Foi assim que o Presidente Kasavubu, perante a pressão internacional e dos dirigentes dos Estados secessionados (Tchombé do Katanga e Kalonji do Kasai) depôs Lumumba, anunciando através da rádio a nomeação de Joseph Ileo para o substituir. O *Diário da Manhã* destaca, “Lumumba foi demitido enquanto o presidente Kasavubu assumiu o comando do Exército e encarregou a ONU de manter a ordem no Congo”<sup>207</sup>. No *Diário de Notícias* do dia 6 destaca-se: “A Notícia estalou como uma bomba em todo o Congo – “Kasavubu demitiu Lumumba e nomeou chefe do Governo o Presidente do Senado”, e que “Lumumba não aceitou a decisão do Presidente da República e incita os seus partidários à resistência”<sup>208</sup>. Sem demoras, Lumumba reagiu à acção de Kasavubu e logo a seguir, com o apoio das duas Câmaras do Parlamento, destituiu o Presidente e assumiu ele próprio a presidência do Congo, assim como os destinos do Exército. O *Diário de Lisboa* relata: “Lumumba proclamou-se chefe do Estado e comandante das Forças Armadas da República do Congo”<sup>209</sup>. Nesta altura, as notícias que iam chegando aos jornais não podiam ser mais confusas, por darem a sensação de que o Congo tinha caído na mais completa anarquia. Basicamente houve notícias em que ambos os protagonistas se destituíram um ao outro, sem saberem exactamente a autoridade com que podiam operar. No *Diário de Notícias*, e edição de 11 de Setembro relata: “Novo Governo no Congo, a que preside Joseph Ileo, nomeado por Kasavubu. Houve ordem de cessar-fogo em todo o país e os soldados congolezes estão a ser desarmados – acentua-se o apoio do Exército ao chefe de Estado – Lumumba reconheceu que não tinha o direito de demitir Kasavubu. Kasavubu venceu Lumumba?”<sup>210</sup>; esta notícia transmite a ideia de que Lumumba tinha sido derrotado. Mas logo no dia seguinte temos a tentativa de Lumumba entrar na emissora de rádio de Léopoldville; “A situação no Congo sob a direcção de novo Governo. Se avança, disparo – Disse um oficial da ONU a Lumumba

---

<sup>207</sup> *Diário da Manhã*, 6 de Setembro de 1960, pág. 1

<sup>208</sup> *Diário de Notícias*, 6 de Setembro de 1960, pág. 1

<sup>209</sup> *Diário de Lisboa*, 9 de Setembro de 1960, pág. 1

<sup>210</sup> *Diário de Notícias*, 11 de Setembro de 1960, pág. 5

quando este pretendia entrar na emissora de Léopoldville. Foi o General marroquino Kettani quem pagou o pré aos soldados de Lumumba mas confiscou-lhes as armas”<sup>211</sup>. Dois dias depois, no mesmo jornal, lemos a notícia de que Lumumba, com o apoio do Parlamento, voltava ao poder, “Aumenta a confusão no Congo. O Parlamento congolês concedeu plenos poderes a Lumumba para evitar lutar contra Kasavubu. Para evitar a guerra civil, o Governo de Ileo, que não domina a situação militar, apela para a ONU”<sup>212</sup>.

Entretanto, num artigo do *Diário de Lisboa*, podemos ler uma opinião acerca da presença americana em África e da necessidade de criar uma estratégia que envolva os aliados do Atlântico. O artigo começa por dizer, em tom trocista, que “Os americanos parece que acordaram agora. Oxalá que não acordem tarde. Seja como for, começaram a abrir os olhos”. O texto parece indicar a falta de experiência americana em assuntos africanos e também a falta de critérios que os Estados Unidos usaram em relação à descolonização: “A «descolonização» dos países africanos, que eles defenderam com tanto entusiasmo, criou uma situação séria, no tocante ao acesso do Congo ex-belga à independência, que pode, de um momento para o outro, suscitar uma prova de força entre os dois blocos em que o Mundo estava dividido, constituindo uma ameaça grave para a paz”, sobretudo por haver aliados europeus com interesses nesse continente, como era o caso de Portugal, em Angola. O «Wall Street Journal» “viu o problema em relação a Angola e aponta os perigos que aquela província portuguesa corria, se os sequazes do Sr. Lumumba levassem por diante os seus propósitos imperialistas. «Antes que os Estados Unidos dêem eventualmente o seu apoio à «libertação» de Angola”. Depois, o texto critica também a falta de critério dos Estados Unidos, por apoiarem a descolonização e a auto-determinação dos povos, sem quererem, ao mesmo tempo, que esses povos caíam na órbita do comunismo, assim como a urgência em definir uma política mais clara que englobe os aliados na questão africana: “os americanos precisam de definir, sem demora, uma política africana que coloque os países ocidentais com interesses em África, e seus aliados no Pacto do Atlântico, a coberto de maiores surpresas do que aquelas que, feliz ou infelizmente, contribuiram para lhes abrir os olhos”<sup>213</sup>.

---

<sup>211</sup> *Diário de Notícias*, 12 de Setembro de 1960, pág. 1

<sup>212</sup> *Diário de Notícias*, 14 de Setembro de 1960, pág. 1

<sup>213</sup> Nota do dia, *Diário de Lisboa*, 7 de Setembro de 1960, pág. 1

Enquanto Kasavubu e Lumumba andavam num jogo mútuo de demissões, o General Mobutu, que andava na penumbra, apareceu do nada e realizou, no dia 14 de Setembro, com a ajuda americana, um Golpe de Estado militar sem derramamento de sangue, como constata o *Diário de notícias* ao escrever: “Um regime militar no Congo. O Exército tomou conta do poder e decidiu «neutralizar» o Presidente Kasavubu, o Parlamento e os Governos Lumumba e Ileo. O Coronel Mobutu, em nome do Exército, proclamou pela rádio que serão garantidos os bens e a segurança das pessoas e que as forças armadas decidiram intervir para salvar o país do caos a que o levaram os políticos”<sup>214</sup>. A acção de Mobutu foi, no geral, bem recebida pelos jornais portugueses - à excepção, talvez, do *Diário de Lisboa*, que escreve um artigo de cariz mais irónico, em que pode ler-se que “No Congo tem havido, desde a proclamação da independência, fartos motivos para risos e para lágrimas. Mais para lágrimas do que para risos. E, se as coisas não levarem rumo diferente nos próximos meses, receamos muito que os avatares da política congoleza acabem por se devorar uns aos outros”<sup>215</sup>.

O artigo de opinião do *Diário da Manhã* parece ser mais favorável ao General Mobutu: “Surgiu no Congo um homem novo, diferente dos outros e capaz de enfrentar com realismo a situação mais confusa de que há memória”. No artigo do *Diário da Manhã*, o aparecimento do General Mobutu parece ser visto como uma espécie de salvação, ou mesmo a única hipótese de salvação do Congo: “É evidente que não se está em presença de uma solução irrepreensível no plano do Direito Constitucional, mas não parece que preocupe grandemente o seu inventor. A posição que tomou é a de promotor de uma intervenção revolucionária, exigida pelo interesse da salvação pública”<sup>216</sup>.

É natural que o *Diário da Manhã* tivesse gostado das acções de Mobutu, porque uma das suas primeiras medidas políticas fora contra a presença comunista no Congo. No *Diário de Notícias* podemos ler: “Até ao meio-dia de hoje os funcionários das embaixadas da Checoslováquia e da Rússia têm de abandonar o Congo – ordenou o Coronel Mobutu, que ontem mandou encerrar o Parlamento e reforçou a guarnição de Léopoldville”. Soube-se depois, através da agência «Continetale» de Praga, que “Lumumba estava a negociar um contrato com a União Soviética para exploração da

---

<sup>214</sup> *Diário de Notícias*, 15 de Setembro de 1960, pág. 1

<sup>215</sup> Nota do Dia, *Diário de Lisboa*, 22 de Setembro de 1960, pág. 1

<sup>216</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 16 de Setembro de 1960, pág. 1 a 5

riqueza mineira congoleza. Lumumba tinha quase concluindo um contrato com a Rússia para a exploração da riqueza mineral do Congo, incluindo o cobre do Katanga”<sup>217</sup>.

O artigo de Camilo Chautemps, enviado ao *Diário de Notícias*, poucos dias depois do Golpe de Estado, pode-se ler a sua opinião a respeito da situação periclitante do Congo. De entre as principais afirmações do artigo, está a de que o Secretário-Geral da ONU gostava mais de Kasavubu do que de Lumumba, por ser “um homem razoável e mais humano que o seu adversário”. O artigo chamava igualmente a atenção para o facto de o Secretário-Geral da ONU ter feito notar que “na Constituição congoleza o direito do Presidente em nomear e destituir o Primeiro-Ministro está claramente expresso, ao passo que a mesma Constituição não confere ao Governo nem a faculdade de destituir o Presidente, nem a de se arvorar, por sua única vontade, em Chefe do Estado”. O artigo lembra ainda que a ONU tem de se manter neutra nessa questão, porque os estatutos da instituição impedem que esta intervenha em assuntos intra-estaduais: “O que, todavia, embaraça os representantes da ONU neste conflito é que o seu papel os inibe de intervir numa luta intestina e que o carácter da sua missão os constrange a conservarem-se inteiramente neutros entre as duas facções que disputam o poder”. Por último, o artigo critica a apatia de Lumumba, que não fazia nada para atenuar a crise financeira: “o Primeiro-Ministro não fez nada para atenuá-la, não cuidou sequer de deitar a mão à organização da vida nacional. E, em troca do auxílio que lhe é dado pela ONU, acusa esta de tomar partido pelos seus inimigos e de defender o colonialismo”. O artigo critica também a acção da União Soviética que, ao ajudar Lumumba, tendo já enviado reforços militares, estava a desrespeitar o direito internacional: “finalmente, a última e mais grave preocupação do Sr. H é o comportamento do Governo dos Sovietes. Este concedeu já a Lumumba um auxílio importante. Enviou-lhes diferentes aviões e numerosos camiões, a fim de transportar as suas tropas para a fronteira do Katanga. A Guerra Fria alastra para África com todos os seus riscos”<sup>218</sup>.

No final, o Golpe de Estado acabou por garantir definitivamente o afastamento de Lumumba do Governo, embora houvesse receio (especialmente com a criação do Governo rival Lumumbista de Antoine Gizenga em Novembro de 1960 na parte oriental do Congo, com sede em Stanleyville) de que ele voltasse aos poder. Ficando em prisão

---

<sup>217</sup> ANI, *Diário de Notícias*, 17 de Setembro de 1960, pág. 1 e 5

<sup>218</sup> Camilo Chautemps, *Diário de Notícias*, 18 de Setembro de 1960, pág. 1 e 5

domiciliária, sob ordens de Mobutu, Lumumba ainda tentaria mais uma acção para poder chegar novamente ao poder, a última.

## 2.6) O assassinato de Patrice Lumumba.

Como já foi referido no capítulo 3, Patrice Lumumba, sabendo da criação de um Governo Lumumbista, liderado por Gizenga, tentou a sua sorte e organizou uma evasão, junto com a sua família e partidários políticos, para irem até Stanleyville. Evadiu-se da sua casa, onde estava em prisão domiciliária, a 27 de Novembro, mas poucos dias depois, no dia 1 de Dezembro, foi apanhado, sem conseguir chegar ao seu destino. As notícias da sua captura cobrem as capas dos jornais em todo o mundo. O *Diário de Lisboa* destaca no dia 2 de Dezembro, através de fontes oficiais congolezas, que: “Lumumba foi preso pelas tropas congolezas, em Luluabourg, capital da província de Kasai, a meio caminho entre Léopoldville e Stanleyville”<sup>219</sup>. No caso do *Diário de Notícias*, o destaque vai para a prisão do antigo Primeiro-Ministro: “Lumumba aprisionado regressou a Léopoldville e foi levado sob escolta para uma cela do campo militar de Mobutu”<sup>220</sup>.

No *Diário da Manhã*, na Nota Internacional, afirma-se sobre a captura de Lumumba que, se este se libertasse, poderia voltar para tomar de novo o poder no Congo: “Lumumba, readquirida a liberdade de movimentos, podia amotinar as gentes e empreender a marcha de Stanleyville a Léopoldville, para retomar as rédeas do Governo e restaurar o prestígio perdido. Ser-lhe-ia igualmente possível manobrar para se entender com Kasavubu e chegar a acordo sobre o regresso à posição inicial”. Depois, o artigo põe a questão de mais uma possível secessão no Congo, ao mesmo tempo que havia a secessão do Katanga e do Kasai do Sul “abrir-se-ia, ainda, a estrada da secessão. Por que não haveria o demagogo Lumumba de talhar para si uma República Oriental, à medida dos seus apetites?”. Mas por último, a opinião deste artigo parece ser de agrado pela captura de Lumumba, “infelizmente para ele e felizmente para o Congo, Lumumba foi ontem apreendido, com a agravante de uma perna fracturada, que o impedirá mais

---

<sup>219</sup> France Presse, *Diário de Lisboa*, 2 de Dezembro de 1960, pág. 16

<sup>220</sup> *Diário de Notícias*, 3 de Dezembro de 1960, pág. 1

efectivamente de reincidir na tentativa de fuga do que a vigilância de todos os soldados do Coronel Mobutu”<sup>221</sup>.

Quem também ficou a perder, segundo o *Diário da Manhã*, foi a União Soviética, que já tinha propagandeado o sucesso de Lumumba, sendo que indirectamente estava a ligá-lo a si como agente comunista: “A Rádio Soviética havia-se precipitado, ao garantir que o antigo Primeiro-Ministro lograra atingir o seu destino e se encontrava em segurança. A iniciativa teve, ao menos o mérito de esclarecer a posição de Lumumba como agente Soviético e sublinhar, uma vez mais, a intervenção da Rússia e do grupo afro-asiático nos negócios internos congolezes”<sup>222</sup>.

Os relatos sobre o modo como ocorreu a sua captura tiveram a característica mais macabra, visto que ele fora espancado e maltratado pelos seus captores quando ia a ser levado para o campo de Thysville antes do seu julgamento: “Preso em condições desumanas, Lumumba está gravemente ferido, amarrado e com a cabeça rapada”<sup>223</sup>. No *Diário de Notícias*, “É um caso arrumado e ficará preso até ao julgamento – declarou Mobutu a respeito de Lumumba. O prisioneiro foi espancado pelas tropas e transferido para Thysville sob forte escolta”<sup>224</sup>.

Lumumba ficaria preso no campo de Thysville até 17 de Janeiro de 1961, altura em que o General Mobutu decidiu entregá-lo ao seu maior inimigo, Moses Tschombé, “Patrice Lumumba foi entregue ao Presidente Tschombé, que o enviou para lugar seguro no Katanga”<sup>225</sup>. O que é surpreendente é que o assassínio de Lumumba, com dois dos seus partidários, consegue ser mantido em segredo, passando para os jornais uma versão que se manteve oficial durante alguns anos, que mantinha que eles tinham sido mortos por habitantes de uma aldeia depois de terem fugido. No *Diário de Lisboa* podemos ler: “Lumumba fugiu de uma prisão do Katanga a cem quilómetros de Angola”<sup>226</sup>. Enquanto no *Diário da Manhã* podemos ler que “Patrice Lumumba fugiu da prisão ou foi morto? Uma vasta operação militar desencadeada pelos Katangueses tem por objectivo capturar o fugitivo”<sup>227</sup>. Estas notícias surgem mais de três semanas depois das mortes reais. As primeiras notícias da morte de Lumumba surgem no dia 13

---

<sup>221</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 1 de Dezembro de 1960, pág. 3 e 16

<sup>222</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 4 de Dezembro de 1960, pág. 1 e 8

<sup>223</sup> *Diário de Lisboa*, 6 de Dezembro de 1960, pág. 1

<sup>224</sup> *Diário de Notícias*, 5 de Dezembro de 1960, pág. 1 e 5

<sup>225</sup> *Diário de Notícias*, 19 de Janeiro de 1961, pág. 1

<sup>226</sup> *Diário de Lisboa*, 10 de Fevereiro de 1961, pág. 1

<sup>227</sup> *Diário de Notícias*, 11 de Fevereiro de 1961, pág. 1

de Fevereiro: “Elizabethville, 13 – Morreram Lumumba, Okito e Mpolo. Foram chacinados, ontem, á noite, pelos habitantes de uma aldeia”<sup>228</sup>. No *Diário da Manhã* e no *Diário de Notícias*, pode ler-se, respectivamente; “Lumumba e os seus companheiros foram mortos pelos habitantes de uma Sanzala cujo nome se ignora. Foi oficialmente anunciado que morreu o antigo chefe do Governo do Congo, Patrice Lumumba, bem como Maurice Mpolo e Joseph Okito, que com eles fugiram da prisão na Quinta-Feira passada”<sup>229</sup>. E “Indígenas do Katanga mataram Lumumba e os seus dois companheiros de cativeiro quando os perseguiram por se terem evadido. Entraram de prevenção as forças da ONU no Congo, por se supor iminente a guerra civil e temer represálias dos Lumumbistas”<sup>230</sup>. Em todo o caso, os três jornais em estudo dão as suas opiniões sobre o que significou Lumumba e agora com a sua morte, o que significará o seu desaparecimento, para o futuro.

O artigo do *Diário de Lisboa*, o único que condenou o destino que Lumumba e os seus correligionários sofreram, apesar de ter sido iludido por uma história que não era a verdadeira: “Sejam quais forem as razões de ordem emocional, ou até mesmo de inteligência, que dividem os homens na apreciação dos factos políticos que estão a dar-se no Mundo, não pode deixar de se condenar um crime como aquele de que foram vítimas Lumumba e dois dos seus partidários”. Depois afirma que “Lumumba morto pode ser mais perigoso do que Lumumba vivo”, porque apesar de ter governado pouco tempo, era uma pessoa bastante venerada, e agora com o seu martírio, a situação política e social no Congo podia piorar: “toda a política que, para fazer vingar os seus propósitos, tenha a imprudência de criar mártires terá de se haver com fantasmas”. A morte de Lumumba só iria trazer mais divisões entre brancos e negros, e entre os próprios congolezes, “cavará abismos mais profundos não só entre os homens que disputam ou detêm o Poder e as tribos que se digladiam, como, entre Europeus e indígenas, cujas relações se agravavam assustadoramente”<sup>231</sup>.

Um artigo do *Diário da Manhã* enfatiza mais a noção de perda, para os russos, do agente comunista que era Lumumba, ao escrever que ele “servia de bandeira ao comunismo internacional” e que era mais perigoso morto do que vivo. O artigo refere ainda que o novo porta-voz russo no Congo, Antoine Gizenga, irá servir os propósitos

---

<sup>228</sup> *Diário de Lisboa*, 13 de Fevereiro de 1961, pág. 1

<sup>229</sup> *Diário da Manhã*, 14 de Fevereiro de 1961, pág. 1

<sup>230</sup> *Diário de Notícias*, 14 de Fevereiro de 1961, pág. 1

<sup>231</sup> Nota do Dia, *Diário de Lisboa*, 15 de Fevereiro de 1961, pág. 1



de Moscovo: “mas não será difícil a União Soviética descobrir um sucessor que seja nas suas mãos um instrumento igualmente dócil. Em Stanleyville, funciona um Governo Lumumbista, sob a Presidência de Gizenga, governo que pode muito bem ser essa pedra no jogo da Rússia, tanto mais que já foi reconhecido por Kruchtchev, o que lhe confere certo ar de legitimidade sucessória. Moscovo utilizará Gizenga como utilizava Lumumba”<sup>232</sup>.

Em relação ao artigo do *Diário de Notícias*, a crítica é dirigida à ONU, que é considerada a culpada de todo o mal que acontece no Congo: “A morte de Lumumba representa o total fracasso da ONU no Congo”. Temos que ter em conta o quadro estratégico internacional: a ONU começava a criticar duramente a política colonial portuguesa e a situação de Angola, o que provocou a crítica dos jornais nacionais, sobretudo dos mais próximos do regime. O artigo mencionado prossegue afirmando que as acções da ONU só têm guiado o Congo em direcção à anarquia: “desde o início dos acontecimentos congolezes que a ONU, sempre em nome da independência dos povos, mexe, remexe, tira e põe, é por Kasavubu contra Lumumba, por Lumumba contra Kasavubu, ameaça, avança, recua, dando o mais triste espectáculo de intervencionismo e impotência que o mundo tem visto. Resultado: o progresso constante da anarquia”. A má gestão do conflito por parte da ONU parece ter causado mais divergências entre as inúmeras facções, sejam elas congolezas, sejam internacionais, surgindo ainda a Rússia como estando em posição de vantagem para poder lançar uma campanha contra o Ocidente, utilizando o mito à volta de Lumumba. Podemos ler, nesta afirmação bastante directa que “num só aspecto há unanimidade: a animosidade total contra a ONU. À medida que o Ocidente é expulso de todas as suas posições vitais no continente negro, cada uma delas cai, automaticamente, nos braços da Rússia. É o próprio Ocidente que lhe abre as portas”. O artigo termina considerando que a morte de Lumumba irá servir de pretexto à União Soviética para manter sob controlo a sua posição no Congo: “a Rússia de há muito esperava a ONU e o Sr. H a esta esquina. Para Kruchtchev, Lumumba, vivo, seria o agente dócil, pronto a servir para a Sovietização do Congo e sua transformação num novo satélite do imperialismo moscovita. Lumumba morto, é o instrumento ideal para impor, por uma nova chantagem bem organizada, a liquidação e

---

<sup>232</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 16 de Fevereiro de 1961, pág. 1

aniquilamento de todos os elementos pró-ocidente Kruchtchev ais. O Lumumbismo russo vai começar”<sup>233</sup>.

Os três artigos acima parecem partilhar a opinião de que, com Lumumba fora do «jogo», o Congo vai inevitavelmente cair ainda mais no caos da divisão política e social.

## 2.7) Morte de Dag Hammarsköld.

Depois da morte de Lumumba, o Governo Central do Congo passou a ser chefiado por Cyrille Adoula, estando ainda em funções o Presidente Kasavubu. Ao longo de todo o ano de 1961, o principal foco de atenção das forças de segurança da ONU (ONUC) seria o Katanga. Ainda que houvesse muita preocupação em acabar com o Governo rival de Léopoldville, que era o Governo Lumumbista liderado por Antoine Gizenga, com sede em Stanleyville, a secessão do Katanga continuava a ser o teatro de guerra principal, onde em Setembro de 1961, depois do fracasso da *Operação Morthor*, foram feitos prisioneiros, vários soldados irlandeses pertencentes às forças de segurança. Desde o início da intervenção da ONU no Congo, a sua missão principal era capturar e expulsar todos os mercenários, cuja maioria se encontrava no Katanga. O fracasso da *Operação Morthor* obrigou o Secretário-Geral, Dag Hammarsköld, a procurar um cessar-fogo com Tchombé e provocou a fúria das forças britânicas e americanas, como refere o artigo do *Guardian* de 17 Agosto de 2011 “Dag Hammarsköld: Evidence suggests UN Chief’s plane was shot down”. A acção das forças da ONU sobre o Katanga, sob a égide de Hammarsköld, tendo como objectivo trazer aquela região de volta ao poder central, foi alvo de críticas por parte do *Diário da Manhã* e também do *Diário de Notícias*, que sempre consideraram aquela região como um bastião do Ocidente.

Em Setembro de 1961 são publicados dois artigos críticos da intervenção da ONU no Katanga, por considerarem que só servia os interesses da União Soviética e que abdicava do direito do povo catanguês de tornar-se livre de um jugo opressor, que para o *Diário da Manhã* é o colonialismo. O primeiro artigo destaca que a apatia do

---

<sup>233</sup> *Diário de Notícias*, 16 de Fevereiro de 1961, pág. 1

Ocidente em ajudar a resistência do Katanga “facilitou o êxito do plano Soviético”. Depois acusa o Secretário-Geral, Dag Hammarsköld, de ter encetado uma política que só favoreceu os interesses da União Soviética: “nunca tivemos ilusões acerca do programa congolês do Sr. Hammarsköld, do seu conceito de intervenção e do seu Exército internacional, formado por constituintes afro-asiáticos, em meio dos quais vagos suecos e irlandeses foram introduzidos para disfarçar. A briga do Sr. H com o Sr. K só serviu, em última análise, para consolidar a posição do Secretário-Geral, permitindo-lhe executar uma política do puro interesse da União Soviética”<sup>234</sup>. O segundo artigo destaca primeiro a resistência do Katanga, ao dizer que “apesar da desproporção das forças, os «gendarmes» do Katanga continuam a opor uma resistência heróica aos efectivos da ONU que o Sr. H despachou para Elizabethville com o mandato que os habilitava a suprimir pelas armas a independência de um povo que escolhera a liberdade”. Depois critica a acção da ONU nos assuntos de estado do Congo: “no plano dos princípios, verifica-se que as Nações Unidas praticam um acto de autêntica intervenção nos assuntos internos de um país, matéria que nem sequer são competentes para discutir. Por outro lado, intrometendo-se onde não são chamados e empregando a força para fazer vingar a sua opinião, as Nações Unidas cometem uma agressão armada”<sup>235</sup>. Tal como já tínhamos visto antes, a posição oficial portuguesa, reflectida nos jornais da época, era cada vez mais crítica da ONU, que entretanto tinha aprovado resoluções sobre o colonialismo português e especificamente sobre Angola.

Podemos também observar esta crítica à ONU no *Diário de Notícias*, com o artigo do jornalista Miranda Mendes, em que expressa a sua preocupação sobre os princípios pacíficos das Nações Unidas, que pareciam ter-se esquecido ao invadirem o Katanga. Começa por escrever que “uma Sociedade das Nações que a si própria se intitula de «Nações Unidas» vem procedendo desde há tempos da maneira mais confusa e perturbadora. Acção política? É lícito perguntar: qual? Em que se baseia? A que fito corresponde?”, e continua afirmando que “Essa estranha organização que visa estatutariamente manter a paz, vem-se tornando a mais perturbadora, desorientadora, demolidora de tradições e princípios. O melhor agente de desagregação dos povos e dos homens que já mais se viu. Em nome de quê? Para quê? A que pensamento obedece?”<sup>236</sup>. Neste prisma, o Secretário-Geral, Hammarsköld, passa a ser visto pelo

---

<sup>234</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 15 de Setembro de 1961, pág. 1 e 7

<sup>235</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 16 de Setembro de 1961, pág. 1 e 7

<sup>236</sup> Mendes, Miranda, *Diário de Notícias*, 19 de Setembro de 1961, pág. 1 e 2

Diário da Manhã e pelo Diário de Notícias, como uma personalidade que, não sendo considerado comunista, tinha no entanto actuado de forma que - segundo estes dois jornais - só tinha beneficiado a Rússia no plano da influência que esta exerce no Congo, e, em larga escala, no resto de África.

O artigo seguinte do *Diário da Manhã* afirma que o principal beneficiário é a União Soviética: “O senhor Kruchtchev é o grande beneficiário da «operação Katanga»” (...) “Se a intervenção da ONU atingir o seu objectivo e tiver como resultado a submissão do povo catanguês, desaparecerá o único obstáculo sério à transferência definitiva do Congo para a zona de influência soviética”<sup>237</sup>. E num artigo do *Diário de Notícias* sobre a operação no Katanga podemos ler que “a verdadeira crise do Congo começa agora”<sup>238</sup>. Isto tendo em conta o receio da acção da União Soviética no Congo.

Com a morte de Hammarsköld, depois do seu avião se ter despenhado quando ia para a cidade de Ndola, ao encontro de Tchombé, com o objectivo de discutir um cessar-fogo, (ainda hoje não se sabe se foi mão criminosa ou um mero acidente), ficou a preocupação dos Estados-Membros sobre a sua substituição. Agora que a maioria dos Estados Membros da ONU eram asiáticos e africanos, portanto, não ocidentais, colocava-se o problema sobre a escolha de um sucessor que atendesse às diferentes culturas e ideologias políticas. Num artigo de opinião do *Diário da Manhã* podemos ler que a morte de Dag Hammarsköld irá trazer muitos problemas à ONU, incluindo uma possível crise, porque “a vaga terá de ser preenchida e não será fácil encontrar plataforma de conciliação entre as tendências que se combatem no seio da Assembleia Geral”<sup>239</sup>. Num artigo de Camilo Chautemps para o *Diário de Notícias* podemos ler que “a acção da ONU no Congo acaba de ser enlutada pela morte trágica do seu Secretário-Geral. Essa morte, na véspera de uma sessão da assembleia que se revestia de especial importância num mundo dividido e talvez votado a uma catástrofe nuclear, vai, sem dúvida, provocar deplorável confusão a começar por uma luta implacável pelo seu sucessor”<sup>240</sup>.

Independentemente de quem viesse a seguir para substituir Hammarsköld, ambos os jornais, *Diário da Manhã* e *Diário de Notícias*, mostravam uma certa

---

<sup>237</sup> Nota Internacional, *Diário da manhã*, 18 de Setembro de 1961, pág. 1

<sup>238</sup> *Diário de Notícias*, 15 de Setembro de 1961, pág. 1

<sup>239</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 20 de Setembro de 1961, pág.1 e 2

<sup>240</sup> Chautemps, Camilo, *Diário de Notícias*, 26 de Setembro de 1961, pág. 1 e 4

desconfiança relativamente à ONU, devido aos acontecimentos no Congo e à crescente pressão contra Portugal sobre as suas colónias em África. Não podemos esquecer que o início da luta armada em Angola começou no início deste ano, e também ocorrera a tomada pela força de Goa, Damão e Diu, por parte das tropas do Exército indiano.

O *Diário de Lisboa* parece ter sido o único a não ter estado abertamente contra as acções de Hammarsköld e até lhe dedicou um artigo sobre a sua vida e personalidade. Nele podemos destacar que “A notável actividade de Hammarsköld como secretário-geral da ONU muito contribuiu para o desenvolvimento das relações internacionais”. Prossegue o artigo: “As qualidades de Hammarsköld afirmaram-se especialmente, quando após a independência da República do Congo se verificou a intervenção militar belga. Em curtos dias, o Secretário-Geral procurou organizar um exército internacional, ao mesmo tempo que logo começou a suprir a ausência dos técnicos belgas”, e termina com a afirmação de que Hammarsköld fora “um político arguto e que nunca se deixou dominar por interesses económicos ou por paixões ideológicas, um diplomata hábil, corajoso e de rasgada visão. Funcionário exemplarmente competente, ganhou o respeito, a veneração, de todo o funcionalismo das Nações Unidas”<sup>241</sup>. Este artigo descreve sobretudo a grande competência do agora ex-Secretário-Geral.

## 2.8) Fim do Governo de Gizenga.

O Governo Lumumbista, chefiado por Gizenga, apoiado pelos russos e que tinha sido formado em Novembro de 1960 em Stanleyville, chegou ao fim quando as forças de segurança das Nações Unidas, por vontade do Governo central em Léopoldville, invadiram e controlaram Stanleyville. Como se pode ler no *Diário da Manhã*, sobre a “derrota comunista no Congo”: – “A guarda pessoal de Gizenga rendeu-se ao General Lundula e o dirigente político Lumumbista prometeu ir dar explicações a Léopoldville” (Diário da Manhã, 15/01/62)<sup>242</sup>. Este acontecimento, tal como é descrito no *Diário da Manhã*, marca o fim deste Governo de matriz comunista no Congo, visto que Gizenga era partidário de Lumumba e para além de ser reconhecido pela Rússia e pela China, recebia ainda o apoio destes países. Mais tarde, voltaria a haver um ressurgimento do

---

<sup>241</sup> *Diário de Lisboa*, 18 de Setembro de 1961, pág. 1 e 8

<sup>242</sup> *Diário da Manhã*, 15 de Janeiro de 1961, pág. 3

comunismo no Congo com a revolta de cariz maoísta dos *Simbas*, mas que acabaria por ser derrotada pelo Exército do Congo em 1965. Curiosamente, Gizenga, apesar de ser chefe de um Governo que para o Ocidente era considerado rebelde, era igualmente Vice Primeiro-Ministro do Governo central; cargo que vinha desde o tempo de Lumumba como Primeiro-Ministro e que Gizenga conseguiu manter, mesmo depois da morte deste, como pode ler no artigo do *Diário da Manhã*: “É preciso ter presente que o Chefe do Governo de Stanleyville é, ao mesmo tempo, em regime esquisito de acumulação de funções, o Subchefe ou Vice-Presidente do chamado Governo Central, que tem à sua cabeça o Sr. Cyrille Adoula”. Podemos ainda ler neste artigo a opinião de que a ONU deveria também usar a força para acabar com o Governo de cariz comunista de Gizenga: “a repressão dos movimentos separatistas é especialidade da ONU, e de U Thant, desde já se põe a hipótese de trespassar o assunto ao Secretário-Geral e aos seus capacetes azuis. Assim, a ONU, que faz a guerra no Katanga, passará a fazê-la também na Província do Oriente. Só resta saber se a Rússia se encontra disposta a apoiar a iniciativa com o mesmo fervor com que os Estados Unidos secundam a acção contra Tschombé e contra o último reduto da influência ocidental no antigo Congo Belga”<sup>243</sup>.

Depois da queda do Governo de Stanleyville, “Gizenga foi colocado sob prisão domiciliária em Stanleyville. As forças gizengistas renderam-se esta manhã. Gizenga era considerado o «herdeiro presuntivo» de Lumumba”<sup>244</sup>.

## 2.9) Fim da Secessão do Katanga.

A região do Katanga que, sob o comando de Moses Tchombé, tinha declarado a sua secessão, encontrava-se no início de 1962 sob grande pressão da ONU, que apoiava o Governo central congolês e queria restituir aquela região ao resto do Congo. O Katanga, que era considerado pelo jornal *Diário da Manhã* como um importante bastião do Ocidente em África, não concordava com a acção das forças da ONU, que também ameaçavam a posição portuguesa em Angola, através da reprovação do colonialismo português na Assembleia Geral. “É verdadeiramente aflitiva a forma como a Assembleia-Geral das Nações Unidas se comporta perante os problemas que lhe são

---

<sup>243</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 12 de Janeiro de 1962, pág. 1 e 7

<sup>244</sup> Agência Noticiosa de Informação e France Presse, *Diário de Lisboa*, 15 e Janeiro de 1962, pág. 1 e 12

propostos. Falamos da absurda compartimentagem dos assuntos e da incapacidade definitiva de os considerar no seu clima próprio. Em sentido exacto, o que deveria discutir-se não era a «situação em Angola», mas sim a situação em África, tal como resulta da actividade que nela se exerce para destruir a ordem histórica”. Continuando na mesma linha de pensamento, o *Diário da Manhã* escreve: “Antes de se exercer uma pressão intolerável, absurda e ilegal, sobre governos que se negam a declinar a sua missão civilizadora, parecia indicado examinar os resultados obtidos noutros casos similares, para concluir se essa tendência tumultuária e agressiva não poderá levar, afinal, à extensão de um processo colectivo retorno à barbárie e, até, à selvajaria”. Esta afirmação vai ao encontro do ponto de vista que defende a posição portuguesa em África, visto que o artigo quer mostrar que a saída da Bélgica do Congo só trouxe o caos e a instabilidade social. O artigo termina afirmando que o Congo se tornou num “magnífico laboratório de física social”, porque se tornou impossível desassociar os acontecimentos no Congo do «terrorismo» que começou a grassar em Angola: “Trata-se de «libertar o povo angolano» ou de alargar a área em que a anarquia campeia e onde os canibais colaboram com a ONU? Parece que neste ponto se justificaria a curiosidade mais que legítima das Nações Ocidentais, responsáveis pelo destino da Civilização que levaram à África”<sup>245</sup>.

Para o *Diário da Manhã*, a questão da Crise do Congo, mais especificamente a secessão do Katanga, era tratada como uma luta entre o mundo ocidental e o mundo comunista: “Não pode constituir novidade para ninguém que o descontentamento de Moscovo perante a marcha dos acontecimentos naquele sector do Congo em que é mais visível a oposição entre o comunismo e o ocidentalismo”. Por fim, Tchombé era um importante elemento de preservação dos valores ocidentais que os russos queriam ver desaparecer, de modo a poderem iniciar uma outra estratégia de influência no Congo: “Moscovo desejaria ver liquidada a posição de Tchombé e, em consequência desse facto, operar-se uma transferência do centro de poder na política do Congo. Uma vez suprimida a presença importuna do chefe catanguês e destruída a corrente de que ele é intérprete, o equilíbrio actual seria substituído por uma nova fórmula”<sup>246</sup>.

Durante o ano de 1962, o Katanga conseguiu resistir às constantes intervenções das forças de segurança da ONU e do Exército congolês, até que no final de 1962,

---

<sup>245</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 20 de Janeiro de 1962, pág. 1 e 8

<sup>246</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 28 de Janeiro de 1962, pág. 1 e 7

quando voltam a reacender-se violentos combates entre as forças da ONU e as forças catanguesas, o Katanga, que entretanto já havia perdido o apoio da Bélgica, acabou por soçobrar e desaparecer. O último reduto catanguês resistiu até ao dia 21 de Janeiro de 1963: “Kolwezi ocupada. O último reduto catanguês foi tomado sem luta pelas forças da ONU”<sup>247</sup>, terminando assim efectivamente a secessão do Katanga. A opinião do *Diário da Manhã* não podia ser mais pessimista, visto que o fim de um Katanga independente às mãos da ONU, e tendo a Rússia como a principal beneficiária, só punha em causa a influência do Ocidente em África. O Katanga era visto como o único local no Congo onde se conseguira manter a ordem e paz entre brancos e negros, “somente se duvida de que se houvesse atingido o epílogo da questão congoleza pelo facto de se haver incorporado no Estado congolês a única zona onde se conseguia manter a ordem interna e onde sobrevivera à fase colonial um amistoso entendimento entre brancos e pretos”, conhecendo o seu fim às mãos de uma instituição que, supostamente, tinha por missão salvaguardar o direito à autodeterminação que os catangueses exactamente queriam. No fim, o artigo critica mais uma vez a ONU por ter levado a cabo uma campanha militar que, na visão do jornal, apenas impediu a auto-determinação de um Estado quando era a própria instituição que defendia o princípio da liberdade dos povos: “É difícil dizer se a ONU saiu vencedora ou derrotada da empresa a que se abalançou. É certo que, pela força das armas, os seus soldados etíopes e indianos esmagaram a resistência do Povo do Katanga e lhe impuseram a submissão a Léopoldville, mas também é certo que moralmente se exaustou, negando o princípio da autodeterminação quando o pretende aplicar a esmo, ainda mesmo quando não existem condições mínimas que justificariam a sua aplicação”<sup>248</sup>. O jornal critica assim duramente a acção da ONU.

O jornal *Diário de Lisboa*, na edição do dia 24 de Janeiro de 1963, dá conta da entrevista que Holden Roberto deu a um jornal francês, em que afirmou que a integração catanguesa permitiria o alargamento do “terrorismo” ao sul de Angola. Nas palavras de Holden Roberto no jornal de língua francesa Neo-Destur, podemos ler: “«A Tunísia servir-nos-á de ponto de partida para informar a opinião pública acerca das realidades da guerra em Angola. A libertação de Angola depende da estabilidade política do Congo. Com a solução do problema catanguês, ficaremos habilitados a alargar as nossas actividades ao sul de Angola que não pudemos atingir até agora em virtude das dificuldades que nos criou o traidor Tchombé. Esperemos que os que até

---

<sup>247</sup> *Diário de Notícias*, 22 de Janeiro de 1963, pág. 5

<sup>248</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 23 de Janeiro de 1963, pág. 1 e 3



agora não se pronunciaram ou hesitaram em ajudar-nos considerarão um dever fornecer-nos auxílio material efectivo, seguindo o exemplo da Tunísia»<sup>249</sup>.

Com isto pode concluir-se que, no geral, para os jornais portugueses o fim da secessão do Katanga era considerado negativo, porque abria a porta de Angola a elementos destabilizadores externos que ajudariam os angolanos a lutar pela independência, contra um Portugal que já se encontrava sob a pressão internacional na ONU para dar independência às suas colónias.

## 2.10) Segundo Golpe de Mobutu.

A 25 Novembro de 1965, depois de cinco anos em que o Congo esteve envolto num clima de constante instabilidade política e social e quase em constante guerra civil, o General Mobutu realiza o seu segundo Golpe de Estado. O *Diário de Lisboa* escreve como notícia de primeira página, “Golpe de Estado militar no Congo ex-belga. O General Mobutu destituiu o Presidente Kasavubu e assumiu a chefia do Estado”<sup>250</sup>. Depois do golpe de Setembro de 1960, tomando o controlo total do Congo durante as três décadas seguintes. Durante o período que compreendeu o fim da secessão do Katanga até ao segundo golpe de Mobutu, o Congo viveu o seu último período de conflito que compreende a Crise do Congo, naquilo que ficou conhecido como a *Revolta dos Simbas*. Esta revolta, encabeçada por Maoístas e Lumumbistas, foi suprimida pelo ANC em Novembro de 1964, com a ajuda de uma força especial conjunta dos EUA e da Bélgica, depois de quase um ano de lutas.

O ex líder do Katanga, Moses Tschombé, devido à sua grande popularidade no seio do povo congolês e de alguns países do ocidente, fora nomeado por Kasavubu como Primeiro-Ministro interino, depois da nova constituição aprovada em Junho de 1964. Mas depois, com o fim da revolta dos Simba, a sua popularidade decresceu, por causa dos laços estreitos que teve com os belgas e com os americanos, o que lhe valeu as críticas dos seus opositores políticos, que o consideravam um mero fantoche ao serviço do Ocidente. Depois de duras críticas, Tschombé é demitido do seu lugar por

---

<sup>249</sup> France Presse, *Diário de Lisboa*, 24 de Janeiro de 1963, pág. 1 e 16

<sup>250</sup> *Diário de Lisboa*, 25 de Novembro de 1965, pág. 1

Kasavubu em Outubro de 1965, sendo as próximas eleições marcadas para Novembro do mesmo ano. É nesta conjectura de luta política pelo poder entre o partido de Tschombé, *Convention National Congolaise* (CONACO), e o *Front Démocratique Congolais* (FDC) de Evaristo Kimba, o favorito de Kasavubu, que o General Mobutu realiza o seu Golpe de Estado.

Os jornais portugueses em estudo consideram, em geral, que este golpe de Estado era a única maneira de acabar com a situação caótica da política congoleza. O *Diário de Lisboa* dá-nos conta da opinião de jornais estrangeiros, como o *New York Times* e o *Le Monde*. Podemos ler que o *New York Times* afirmou que “Se Kasavubu tinha afastado Tchombé, «não foi por ele ter falhado mas sim por ter provado ser o primeiro dirigente congolês eficaz. Kasavubu receava, sem dúvida, que Tchombé lhe disputasse a presidência nas próximas eleições»”<sup>251</sup>. Também no jornal *Le Monde* podemos ler que “O Golpe de Estado do General Mobutu constitui um êxito pessoal para Tchombé e também uma garantia séria para a segurança de cinquenta mil colonos belgas que ainda vivem naquela antiga colónia de seu país. Os dois homens (Mobutu e Tchombé) não terão dificuldades em se entender, pois ambos são partidários de uma relação estreita com os belgas, tanto no plano militar como no plano económico”<sup>252</sup>.

O *Diário da Manhã*, nas suas habituais Notas Internacionais, salienta a necessidade de paz e estabilidade social no Congo, observando com satisfação que a instauração de uma ditadura era naquela conjuntura algo considerado como positivo: “A ditadura é neles um acidente periódico e um correctivo indispensável, a utilizar com bom senso e moderação naquelas alturas em que o funcionamento normal do regime gera problemas, insolúveis por outros processos. A ditadura e o golpe de Estado deviam estar nas Constituições”<sup>253</sup>. É curioso que este artigo termina com a opinião de que «a ditadura e o golpe de estado» deviam ser constitucionalmente permitidos.

No artigo seguinte do *Diário da Manhã* pode ler-se que o Golpe de Estado encetado pelo General Mobutu fez com que desaparecessem os dois principais actores da cena política congoleza: “De um momento para o outro desapareceram da cena política os dois homens que na véspera disputavam a direcção do país: Kasavubu e Tchombé”. No seguimento do artigo podemos ler uma crítica sobre os países coloniais,

---

<sup>251</sup> Reuters, *Diário de Lisboa*, 28 de Novembro de 1965, pág. 7

<sup>252</sup> Le monde, *Diário de Lisboa*, 29 de Novembro de 1965, pág. 1 e 2

<sup>253</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 26 de Novembro de 1965, pág. 1 e 3

que não tiveram em conta que ao saírem das suas colónias sem lhes darem um suporte constitucional e democrático, elas estavam condenadas a não conseguir organizar-se, abrindo caminho para a ditadura: “Deram-lhes constituições deste ou daquele figurino mas não lhes deram democracia. Julgaram ingenuamente que, para fazer uma democracia do género que mais apreciam, bastava instituírem regras de comportassem a existência de um parlamento e de um governo. Desde que houvesse um e outro, tudo se passaria no melhor dos mundos possíveis e a máquina funcionaria idealmente. Afinal, verificou-se que se enganavam e, porque se enganavam, a generalidade das Repúblicas negras vivem hoje em plena confusão. Às revoluções seguem-se os golpes de Estado”<sup>254</sup>. Isto demonstra que, de acordo com a opinião do jornal sobre o golpe de Estado de Mobutu, se tratou de um acontecimento considerado “normal” num país de um continente cuja realidade era a incapacidade de organização e a falta de uma boa administração.

E por fim, no artigo do *Diário de Notícias*, podemos ler que “o General Mobutu cortou o nó górdio, assumindo o poder através de um golpe de Estado sem efusão de sangue”, com a realização do golpe de Estado que visava acabar com o caos político em que o Congo se encontrava. A opinião do artigo parece indicar que o golpe de Estado de Mobutu foi algo de positivo, primeiro porque o General era considerado um simpatizante do Ocidente, “Mobutu é geralmente tido como pró-ocidente, o que nas condições actuais no Congo só significa que têm a consciência das realidades políticas e económicas, e aspira a melhorar as condições de vida do seu povo”; segundo, porque na visão do artigo, o General Mobutu é visto como um homem capaz de trazer paz e estabilidade ao Congo: “O juízo provisório que se pode fazer dos acontecimentos do Congo é que Mobutu representa uma promessa de estabilidade, particularmente proveitosa na medida à vã agitação que tem caracterizado a luta política naquele país e se mostrar capaz de orientar os destinos congolezes para vias mais fecundas”<sup>255</sup>.

Os três jornais parecem partilhar da mesma opinião, embora desconhecendo ainda o teor da razão que levou Mobutu a fazer o Golpe de Estado, assim como a sua ideologia política: todos consideram o golpe como um mal necessário para garantir a paz no Congo. Regista-se ainda a opinião de que Mobutu devia incluir Tchombé no futuro político do Congo, o que se entende, devido à sua relação com o Ocidente.

---

<sup>254</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 28 de Novembro de 1965, pág. 1

<sup>255</sup> *Diário de Notícias*, 26 de Novembro de 1965, pág. 1 e 5



## Conclusão

O tema específico deste trabalho teve como objectivo perceber como é que a imprensa portuguesa via a Crise do Congo, enquadrada pelo regime do Estado Novo, durante o período da Guerra Fria e através de prismas de jornais diferentes. Os três jornais escolhidos foram o *Diário da Manhã*, mais próximo do regime, o *Diário de Notícias* – que, sendo menos próximo do regime também seguia a linha nacionalista do Estado Novo - e o *Diário de Lisboa*, o mais neutral dos três. Quanta cobertura mediática é que este acontecimento recebeu por parte dos três jornais em estudo? Por fim, qual a visão que cada jornal tinha sobre os acontecimentos que marcaram a Crise do Congo? Neste trabalho, a informação sobre a Crise encontrada nos jornais foi dividida pelos seus acontecimentos mais importantes.

Nos três jornais em estudo, o *Diário de Notícias*, o *Diário da Manhã*, e o *Diário de Lisboa*, dos quais os dois primeiros se encontram na Biblioteca Nacional e o segundo está disponível online, podemos encontrar notícias gerais, escritas pelas agências noticiosas, mas também muitos artigos de opinião. Os artigos de opinião receberam mais atenção no contexto deste trabalho, por darem uma perspectiva mais específica do próprio jornal sobre os acontecimentos no Congo, de acordo com as respectivas orientações editoriais.

A primeira conclusão a que podemos chegar com este estudo é a de que a Crise do Congo recebeu uma atenção mediática muito significativa por parte dos três jornais, nomeadamente através de referências diárias, frequentes artigos de primeira página, presença de enviados especiais, incluindo Dutra Faria da Agência Nacional de Informação, o que ilustra o interesse do regime na monitorização da crise congoleza. Podemos concluir também que as notícias eram mais frequentes no início da Crise do Congo, mais especificamente na altura que decorre desde a independência em 30 de Junho, até ao primeiro golpe de Estado de Mobutu, em Setembro de 1960. Quer isto dizer que a Crise do Congo recebeu mais atenção durante o seu início, numa altura em que a situação política e social se foi tornando caótica. Não podemos esquecer que houve muitos europeus que foram mortos durante a Crise do Congo, o que causava apreensão aos portugueses que liam os jornais, assim como preocupação relativamente ao futuro das colónias em África. Depois do golpe de Estado de Mobutu, em Setembro de 1960,

as notícias sobre o Congo começam a ser mais esparsas, embora houvesse sempre artigos nos jornais sobre acontecimentos posteriores que foram estudados, como o assassinio de Patrice Lumumba ou a morte do Secretário-Geral da ONU Dag Hammarsköld.

Em relação à última questão (o assassinio de Patrice Lumumba e a morte do Secretário-Geral da ONU Dag Hammarsköld), é difícil apreender as diferenças de opinião dos jornais acerca da Crise do Congo no geral. Nos artigos de opinião do *Diário da Manhã* encontramos referências às críticas que são dirigidas a Lumumba, à União Soviética e até mesmo à ONU. Este jornal sempre enalteceu a presença forte do Ocidente em África para manter a ordem no continente africano, e podemos ver que defendia a independência do Katanga por considerá-lo como importante bastião do Ocidente em África. Os outros dois jornais não tinham discursos mais inflamados como o *Diário da Manhã* fazia nos seus artigos de opinião.

Outra conclusão que decorre da leitura dos três periódicos é a de que todos eles eram contrários à descolonização, embora o *Diário de Lisboa* fosse menos preconceituoso na forma de se referir aos nativos e menos crítico relativamente à ONU e ao seu Secretário-Geral. As posições críticas relativamente à descolonização do Congo compreendem-se pelo paralelo que é estabelecido entre o que ali se passava e aquilo que poderia vir a ocorrer nas colónias portuguesas. A posição adversa da ONU relativamente à narrativa do Estado Novo, que queria apresentar a situação colonial como se se tratasse de “províncias ultramarinas” fazia daquele organismo internacional um alvo constante dos comentadores, atribuindo-lhe a responsabilidade por uma parte da má condução do processo descolonizador do Congo.

Por outro lado, dada a existência, em plena Guerra Fria, de uma luta constante entre os EUA e a URSS, conclui-se que Portugal alinha pelo Ocidente, com os jornais a criticarem sobretudo as atitudes da Rússia e a ligação de Lumumba à URSS. O seu pedido de ajuda foi considerado como uma ameaça à posição do Ocidente em África. Os jornais mais próximos do regime foram muito críticos de todo o processo de descolonização, atribuindo responsabilidades à Bélgica, pela sua má preparação, a Lumumba pela sua posição anti ocidental e apelo aos russos e finalmente, à ONU, pelo apoio dado ao Congo contra a secessão do Katanga, que Portugal considerava um bastião do Ocidente naquela região africana do Congo.

Em relação à quantidade de notícias difundidas por cada jornal podemos concluir que, se há um jornal que se destaca dos outros por ter menos informação, é o Diário de Notícias. Não deixa aquele jornal de abordar a Crise do Congo, mas o número de notícias é inferior e também apresenta menos artigos de opinião do que os outros dois. Pelo que se pode ver, tanto o Diário da Manhã, como o Diário de Lisboa, têm muita informação sobre os acontecimentos em estudo, embora o Diário da Manhã se destaque por ter mais artigos de opinião do que os outros. Neste trabalho o Diário da Manhã conta com 28 artigos de opinião, seguido pelo Diário de Lisboa com 13 e do Diário de Notícias, com apenas 9. Assim podemos confirmar que o Diário da Manhã escreveu mais artigos de opinião do que o Diário de Lisboa e Diário de Notícias juntos.

A Crise do Congo é um campo de estudo que para a historiografia portuguesa ainda está muito em aberto. Existem muitos temas dentro da Crise do Congo que podem ser explorados e que têm ligações a Portugal ou até a cidadãos portugueses a viver no Congo naquela altura. Em primeiro lugar, como se pôde ver nos artigos dos jornais, apurou-se que o Congo tinha uma comunidade portuguesa ligada ao comércio. As possibilidades de estudo sobre os imigrantes portugueses no Congo, durante a Crise daquele país, são amplas e diversas. Também se pôde ver pelos jornais, através de notícias da altura da independência, que houve uma delegação portuguesa, chefiada pelo Almirante Sarmento Rodrigues, que tinha por missão o estreitamento de relações com o Congo. Também aqui temos outro tema que pode ser explorado. Que tipo de relações comerciais ou diplomáticas é que Portugal manteve com o Congo durante a Crise?

Quase cinquenta anos depois do fim da Crise do Congo, o país não mudou muito. A República Democrática do Congo é um dos países mais pobres do mundo, onde ainda persistem guerras entre tribos e uma luta permanente pelas suas riquezas naturais. Falta ao Congo conseguir alcançar a paz e a prosperidade que os seus povos tanto esperam e com a qual decerto sonham.





## **Anexos**

### **Cronologia da História do Congo**

1482: O navegador Português, Diogo Cão, estabeleceu contactos comerciais com o Reino do Congo.

12-10-1876: Início da colonização do Congo pelos Belgas.

22-04-1884: Associação Internacional do Congo, como estado independente.

23-02-1885: O estatuto de soberania da Associação Internacional do Congo é reconhecido pela Conferência de Berlim.

29-05-1885: Estado Independente do Congo, “Estado Livre do Congo”, rei Leopoldo II da Bélgica é o soberano.

1892 – Dezembro 1894/ Janeiro 1895: Os territórios do Ubangui-Bomu são reclamados pelo Estado Livre do Congo.

15-11-1908: O Estado Livre do Congo é anexado pela Bélgica.

25-05-1940 – 08-10-1940: Administração jura lealdade ao governo da Bélgica no exílio.

04-01-1959 – 07-01-1959: Motins em Léopoldville devido à proibição das autoridades Belgas de que a associação ABAKO se reunisse.

12-01-1959: Joseph Kasavubu (presidente da ABAKO) é preso pelas autoridades Belgas.

31-10-1959: Motins de Stanleyville fazem 24 mortos, depois de Patrice Lumumba (fundador do *Mouvement National Congolais*) ter sido preso pelas autoridades belgas.

18-01-1960 – 27-01-1960: “*Congolese round table conference*” realizada em Bruxelas, onde os líderes das principais facções do Congo e as autoridades Belgas decidiram sobre a independência da Colónia Belga. De 20 de Janeiro a 20 de Fevereiro e uma segunda ronda de 26 de Abril a 16 de Maio de 1960.

22-05-1960: Primeiras eleições gerais no Congo para definirem os futuros líderes do país.

30-06-1960 - 01-07-1960: Independência (República do Congo).

11-07-1960 – 14-01-1963: Secessão do Katanga.

14-08-1960: É adoptada a Resolução 143 pelo Conselho de Segurança da ONU que permitia a assistência militar às forças congolezas e exigia a saída das restantes forças belgas.

17-08-1960: Patrice Lumumba pede apoio à URSS após entrar em desacordo com a ONU.

08-08-1960 – Jul. 1962: Kasai do Sul declara-se um estado soberano, auto intitulado *État Minier*.

14-09-1960: Fim do governo de Lumumba, sendo deposto pelo general Mobutu com a ajuda da CIA.

17-01-1961: Patrice Lumumba é assassinado no Katanga.

21-02-1961: A ONU aprova uma resolução que autoriza as suas forças armadas a usar meios bélicos para prevenir a guerra civil.

02-08-1961: O parlamento Congolês elege Cyrille Adoula para Primeiro-Ministro.

28-08-1961: Início da operação *Rum Punch*, em que as forças da ONU foram incumbidas de capturar postos militares Catangueses e expulsar os mercenários estrangeiros para fora da região.

09-09-1961: É lançada a operação Morthor, que acaba em fiasco. A operação tinha como objectivo acabar com a sucessão do Katanga de Tschombé, ao prender os mercenários estrangeiros ao serviço deste.

18-09-1961: Morte do Secretario Geral da ONU, Dag Hammarsköld, num desastre de avião em Ndola, antiga Rodésia do Sul.

24-11-1961: O Conselho de Segurança da ONU aprova a Resolução 169, que tinha como objectivo acabar com a ajuda estrangeira prestada ao Governo do Katanga.

05-12-1961: Com a descoberta do plano ofensivo que a *gendarmérie* catanguesa preparava contra as forças da ONU, esta lança a operação Unokat, com o objectivo de tomar pontos estratégicos ao redor de Elizabethville.

30-12-1961: Fim da secessão do Kasai do Sul após ter sido reconquistado pelas forças do governo central congolês, oficialmente o único que era reconhecido internacionalmente.

14-01-1962: Antoine Gizenga, o Presidente da República Popular do Congo, com sede em Stanleyville, é preso quando a cidade é tomada pelas forças da *Armée National Congolaise*.

Dezembro 1962 – Janeiro 1963: A ONU lança a operação *Gram Slam* contra as infra-estruturas políticas e militares do Katanga, terminando em Janeiro de 1963 a secessão daquela região do Congo.

01-09-1964: República Democrática do Congo.

07-09-1964 – Dez. 1965: República Popular do Congo proclamada em Stanleyville.

29-10-1971: República do Zaire.

17-05-1997: República Democrática do Congo

Ago. 1998 – 08-04-2003: Rebelião nas províncias do Oeste lideradas pelo RDC.



## Artigos de Opinião

### Diário da Manhã

Jogo Russo no Congo Belga - *“Não pode ser-nos indiferente o que se passa no Congo Belga. Não por curiosidade, bem entendido. Nem porque fundamentalmente nos interessa o que se passa na casa alheia. Simplesmente o Congo Belga é território nosso vizinho – e se há inquietação ou desordem na casa dos nossos vizinhos, seja em Espanha por hipóteses, seja na União Indiana ou no Congo, não é possível deixarmos de estar atentos, por causa dos perigos da propagação dos incêndios, para além dos incómodos do chamusco. Fala-se de lutas sangrentas e de confusão geral. As bulhas entre balubas, Malubas e Luluas atingem o paroxismo em mortes e atentados. Os velhos agrupamentos tribais tomaram aspectos de partidos políticos e estes – além de se acusarem uns aos outros de trapaça nas eleições – juntam a tais hábitos novos de bons democratas os recalcados ódios das questões antigas. De mistura com tudo isto, uma grande presença oculta: as manobras do Comunismo. O chefe do Movimento Nacional Congolês, o famoso Patrice Lumumba, reclama a expulsão de umas tantas personalidades Belgas – fadoras de desordem – e a proclamação imediata da independência. Um leader do Inga, o srº Tuvanuka, acabou por declarar que ele e os seus companheiros estão decididos a destruír tudo quanto foi construído pelos colonialistas e a fazer a reconstrução com o auxílio dos «camaradas comunistas mundiais». A Rússia acompanha os acontecimentos, a Rússia manobra, a Rússia faz o seu jogo. A Rússia teima em ser nossa vizinha – e há sempre quem se preste a fazer-lhe a vontade”*<sup>256</sup>.

NOTA INTERNACIONAL – Experiência; *“A África conta mais um Estado independente, constituído na base territorial do antigo Congo Belga. A nova República do Congo, contígua da província de Angola, em tão grante extensão das suas fronteiras, não pode ter dúvidas sobre o sentido que nós atribuímos às obrigações de vizinhança ou sobre o espírito de colaboração que nós consideramos corolário natural. Esperemos que se mantenha a cooperação que tem no passado profundas raízes e por forma tão efectiva se manifesta na actividade dos Portugueses de leopoldville e no seu*

---

<sup>256</sup> Diário da Manhã, 25 de maio de 1960, pág. 1

*amistoso entendimento com a população local. Os problemas que se propõem aos homens nas posições de responsabilidade são numerosos e não são simples. Inicia-se porventura a mais significativa das novas experiências africanas, até porque na imensa região que se lança na vida autónoma se encontram presentes, sem excepção de um só, os factores que se conjuram para embaraçar os passos dos novos Estados Africanos. O Congo tem de criar a sua individualidade nacional ao sobrepor aos particularismos tribais a noção do interesse comum e mística de pátria. É essencial que o Congo saiba defender-se das influências perniciosas, que não se pouparão a diligências para o desnorream do seu rumo, sugerindo-lhe o caminho das aventuras e os ideais de falsa grandeza. O Congo tem de se preparar, na pura acepção da palavra, o seu destino Congolês”<sup>257</sup>.*

Nota Internacional – Os problemas do Congo, “*A recém nascida República do Congo não teve, no início da sua carreira, a vida fácil que lhe prometiam os otimistas que, mal desembarcaram em Leopoldville, logo se convenceram que tudo ia correr no melhor dos mundos possíveis, em meio de entendimento geral da população e numa deliciosa atmosfera de intimidade colaborante entre indígenas e belgas. Afinal, os factos encarregaram-se de desmentir as previsões dos observadores mal informados. Nem era possível acontecer coisa diferente, uma vez que não podia atribuir-se à independência o poder mágico de transformar as almas. Antes pelo contrário, era visível que se criavam condições favoráveis à expansão das tendências que já se haviam manifestado tão violentamente no período que precedeu a transferência de poderes. O tribalismo é o problema capital no Congo no plano da vida interna e no quadro estrito das relações entre os elementos constitutivos da população do indígena. O racismo é o problema principal do Congo no aspecto da sua capacidade de cooperar com a Bélgica. Racismo e tribalismo conjugam-se para comprometer a viabilidade da ordenação e desenvolvimento pacífico do país que ensaia os primeiros passos da sua vida livre. Subsistindo o tribalismo, pode haver e haverá partidos irrequietos e combativos, mas não se atingirá a unidade nacional. Mantendo-se de pé o racismo negro, estará de antemão condenada a ideia da construtiva colaboração entre negros e brancos. É forçoso confessar que não são animadoras as prespectivas num e noutro campo. Do dia 1 para o 2, em leopoldville, reacendia-se a luta entre as tribos rivais dos Baiacas e dos Bakongos, partidários uns do Presidente Kasavubu e, outros, do Primeiro-Ministro*

---

<sup>257</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 2 de Julho de 1960, pág. 1

*Lumumba. No dia 3 registavam-se novos distúrbios em Leopoldville e em Elizabethville, na província da Katanga. No Kasai, assistia-se à prisão de uns tantos membros do Governo dissidente, que se preparava para proclamar a separação da província. A agitação das tribos e dos partidos preossegue, justificando as apreensões que se formularam antes da independência. São problemas em excesso para um país novo e para um regime ainda em vias de se estruturar*<sup>258</sup>.

Nota Internacional – Situação Confusa, “*A situação na República do Congo tornou-se confusa e não é possível nesta altura formar um juízo exacto acerca do ponto a que as coisas chegaram. O desentendimento dos partidos e as lutas tribais transitaram para o segundo plano, quando surgiu o facto novo, mais grave – a insubordinação das tropas congolezas, movimento generalizado que não tardou em transformar-se numa revolta aberta e declarada. Meia dúzia de dias bastaram para que, no clima político novo e graças à euforia da independência, se dissolvesse a disciplina de uma força que sempre cumprira o seu dever na defesa da ordem. A verdade é que deixou de haver exército congolês. Passou a ser um perigo mais sério do que os outros perigos. Em vez de os dominar, Lumumba promove-os. Nunca na história se abafaram as sedições militares pelo recurso aos processos da fraqueza e da capitulação. A revolta da tropa é apenas um aspecto do movimento racista, desencadeado contra os belgas em nome de um ódio que em Bruxelas se ignorava. Ainda que Lumumba consiga restabelecer uma aparência de ordem, por meio de manobras no campo político, ser-lhe-á impossível sanear a atmosfera e restituir aos Europeus, designadamente aos belgas, a confiança e a serenidade que condicionaram a sua colaboração na vida e trabalho da nova República*”<sup>259</sup>

Nota Internacional – Anarquia, “*mesmo as pessoas que tinham os olhos abertos e viam com séria apreensão o futuro que se preparava através do abandono do Congo pelos Belgas, não esperavam que as coisas fossem tão longe e tão depressa. Contavam com a desordem; mas não contavam com a anarquia. A decomposição da autoridade começou precisamente onde se julgava que ela teria a sua base. Foi a soldadesca delirante que desencadeou o movimento racista, recusando a obediência aos seus oficiais brancos, enxovalhando-os e espancando-os. Foi ela que deu início ao assalto às residências dos*

---

<sup>258</sup> Nota Internacional, *Diário da manhã*, 8 de Julho de 1960, Pág. 1

<sup>259</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 9 de Julho de 1960, pág. 1 e 7

belgas; foi ela que, em Thysville, invadiu os conventos, violou as freiras e as outras mulheres que se haviam recolhido à protecção da cruz”<sup>260</sup>.

Nota Internacional – Responsabilidades, “É impossível prever a sucessão dos acontecimentos do Congo e como e quando se restabelecerá a ordem no país. Capitulando perante a sedição militar, o governo entrou num caminho que pode levar longe. Insultando os belgas e atribuindo-lhes as culpas de quando sucedeu, Lumumba não deu precisamente um exemplo de integridade moral. Quem se der ao trabalho de procurar os responsáveis pela anarquia que se instalou no Congo, não deixará de se deter perante as palavras que Lumumba pronunciou na presença do rei balduíno e que para este representaram uma afronta intolerável. Foi Lumumba quem, na cerimónia de transferência de poderes e depois do discurso sóbrio e sereno de kasavubu, exautorou públicamente a acção dos belgas e afirmou os seus sentimentos anti-europeus. Foi dele que partiram o incitamento ao ódio e o estímulo aos baixos instintos da gente desvairada pela embriaguez da independência”<sup>261</sup>.

Nota Internacional – Surpresa que surpreende, “O governo local do Katanga proclamou a independência da província e pediu à vizinha Rodésia o envio de tropas pára-quedistas. Diz um telegrama que a notícia produziu em Bruxelas o efeito de uma bomba. Os belgas não deram conta que só a sua presença imprimia carácter e individualidade ao Congo. Desde que ela desaparecesse, a expressão «Congo» deixava de ter qualquer significado humano e nem mesmo como apelativo geográfico correspondia à área em que flutuava a bandeira da Bélgica. O Congo, pelo menos como organização unitária, parece de todo à margem das coisas reais e só é possível desde que se exerça uma acção coactiva muito forte. A presença Belga desempenhou essa função e hoje não se vê que outro elemento possa suceder-lhe. A decisão tomada pelo governo de Tshombé também foi recebida com surpresa em Londres. Com surpresa e evidente desagrado. No quadro da política africana do Sr. Mac Millan está longe de se integrar a ideia de uma extensão dos direitos e dos deveres dos Britânicos no continente negro. Também não poderia ser visto com bons olhos o aumento do prestígio das Rodésias, que já hoje constitui uma fonte de incomodidade. Em suma, nem em Bruxelas nem em Londres a resolução provocou o entusiasmo. Nem por isso devemos esquecer que em harmonia dos princípios adoptados nas duas capitais,

---

<sup>260</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 10 de Julho de 1960, pág. 1

<sup>261</sup> Nota Internacional, *Diário da manhã*, 11 de Julho de 1960, pág. 1 e 5



*difícilmente se poderá contestar à população do Katanga o direito de ter a sua opinião sobre a matéria*”<sup>262</sup>.

Nota Internacional – Dois Métodos, “*O chefe do Governo do Katanga expôs, com simplicidade e clareza, a decisão que adoptou em face dos acontecimentos que ultimamente se produziram. Em seu entender, Lumumba representa o Comunismo internacional. Nem ele, Tschombé, nem os outros dirigente internacionais estão resolvidos a deixar-se arrastar por esse caminho. É possível que tenham razão em toda a linha e que, de facto, Lumumba actue como agente das forças ocultas que se empenham em liquidar, na imensa extensão da África Negra, a presença moral do Ocidente. Não se concebe, na situação actual, um sistema de Estados ao sul do Sahara sem que subsistam os quadros administrativos económicos e militares que garantiam as condições mínimas de uma vida normal. Lumumba, de modo algum convencido da gravidade dos acontecimentos e da necessidade de intervenção, persiste em construir o seu Congo com sargentos negros, fardados de generais, e belgas – se os houver voluntários – reduzidos a condição de mercenários suspeitos e maltratados. Tschombé, no Katanga, arrepia caminho e coloca o problema no plano de uma estreita cooperação com os brancos, realizando, na independência e sem se preocupar com os princípios, uma acção realista de salvação pública. Duas concepções, dois métodos, dois mundos morais...*”<sup>263</sup>.

Nota Internacional – Katanga e os Princípios, “*O caso do Katanga é o protótipo da sabedoria no campo internacional. A proclamação da independência da mais rica província do Congo provocou, da parte dos políticos congolezes, reacções de indignação. Os belgas, que se viram a braços com com dificuldades que se tinham querido exonerar-se, não acham bem que o srº Lumumba, por causa dessa decisão, venha ainda suscitar-lhes complicações. Os Ingleses, por seu lado, não se sentem satisfeitos, na medida em que temem a atração da Rodésia sobre a nova República e uma vez que a dita Rodésia não está em cheiro de santidade no seio da Commonwealth. Nem o próprio Hammarsköld se encontrará encantado com este novo Estado Africano, que lhe não pedirá licença para se estruturar. O desgosto é geral e compreende-se que o seja, porque embora se fale imenso em princípios, a aplicação destes no plano da generalidade nem sempre se mostra confortável. É claro que se o Katanga se tornasse*

---

<sup>262</sup> Nota Internacional, *Diário de Notícias*, 12 de Julho de 1960, pág. 1 e 6

<sup>263</sup> Nota Internacional, *Diário de Notícias*, 13 de Julho de 1960, pág. 1 e 2

*independente, separando-se de um território em que flutuasse a bandeira de uma nação europeia, a iniciativa seria saudada com uma salva de palmas em Moscovo e outra em Nova Iorque. Mas desde que essa não é essa a hipótese e que a separação se opera relativamente a um Estado chamado «Africano», tudo muda de figura. No entanto, parece perfeitamente normal a resolução que se tomou em Elizabethville. A situação no Katanga no quadro político do Congo era tipicamente colonial, se a encararmos sob o ângulo da exploração do seu potencial económico em proveito de Leopoldville. Pelo facto de ser negro, um colonialismo não deixa e ser colonialismo. Como o não deixa quando é um país comunista que domina e explora em seu benefício um povo submetido pela força, e é o que acontece com os satélites da União Soviética»<sup>264</sup>.*

Nota Internacional – Muitos pedidos e poucos soldados, “*Não está rigorosamente apurado o que se passou e continua a passar-se com os pedidos de intervenção de tropas estrangeiras no Congo. O Congo está na anarquia – acabaram por perceber-lo os políticos do país e mesmo os mais esquerdistas não se dão por satisfeitos. Queriam a subversão, evidentemente, mas mais devagar, mais paulatinamente. O primeiro pedido foi - segundo se declarou – formulado ao governo de Bruxelas, sob a responsabilidade de Kasavubu – que acabaram por repudiá-la – e com a pública reprovação de Lumumba. No entender deste, cuja opinião era duplamente autorizada, por ser ao mesmo tempo Presidente do Concelho e Ministro da Defesa, não havia motivo de interferência de forças estrangeiras numa simples questão interna de um Estado soberano. Pesado o assunto, Hammarsköld está com intenções de pedir a nove países que enviem contingentes militares para o Congo; o Gana, a Guiné, a Libéria, o Sudão, Marrocos, a Tunísia, a Etiópia e a República Árabe Unida. Percebe-se no Secretário-Geral a preocupação de circunscrever o problema a África, tomada está no conceito que resulta do controlo geográfico e abstraindo de «que nessa ilha enorme existam dois mundos que nada têm de comum no aspecto humano: o mundo negro e o mundo árabe». Por virtude da ignorância desta verdade elementar e de outros defeitos de visão, o alto funcionário das Nações Unidas foi conduzido a adoptar uma fórmula, incongruente, para além dos limites da tolerância, dispondo-se a recorrer de cinco nações árabes para uma acção a sul do Sahara, em conjunto com quatro países da África Negra. Simplesmente foram excluídos os territórios autenticamente africanos em que subsistem posições políticas Ocidentais e onde a presença do branco não foi*

---

<sup>264</sup> Nota Internacional, *Diário de Notícias*, 18 de Julho de 1960, pág. 1 e 2

*eliminada ou nem sequer foi posta em causa pelo racismo negro. Em resumo: há pedidos a mais e contingentes a menos. É o que geralmente acontece quando os problemas transitam para o campo de actividade da organização internacional*<sup>265</sup>.

Nota Internacional – Benevolência e descrição, “*O Concelho de Segurança votou a intervenção das forças das Nações Unidas no território do Congo, adoptando uma fórmula que, bem vistas as coisas, implica a censura para o Governo de Bruxelas. As tropas belgas são convidadas a retirar-se, o que inclui a ideia de que a sua presença não é regular. É claro que isto é assim mesmo para determinados sectores de opinião, para os comunistas de todos os matizes e para quantos, por conta própria ou alheia, jogam na carta do abandono de África pelos brancos. Em boa verdade, não se sabe o que vão fazer no Congo as Forças de Segurança das Nações Unidas. Não se exige das unidades que restabeleçam a ordem. Antes se lhes recomenda que se abstenham de intevir nos conflitos internos do país. Por outro lado, é de recear que, através dos soldados negros que vão para o Congo, irradie pelo Continente o espírito que se manifestou na revolta militar e que eles próprios se tornem portadores da infecção racista*”<sup>266</sup>.

Nota Internacional – O pacto com o Diabo, “*Não se vê que possa aproveitar ao Congo a internacionalização do problema que se levantou quando as tropas indígenas se revoltaram, desencadeando um movimento de feroz xenofobia e criando um estado de coisas em que soçobrou a autoridade dos governantes. Em princípio tratava-se de uma questão interna, de uma sedição militar que o poder público revelava incapaz de sufocar e que motivara já numerosos e repugnantes atentados contra cidadãos belgas. Foi para socorrerem os seus compatriotas que as forças belgas actuaram, em circunstâncias e em termos que excluíam qualquer intervenção de carácter político na vida do país. A sua acção cabia no quadro da protecção que qualquer Estado deve aos seus nacionais quando estão em perigo. Apesar disso, entendeu-se que o ocorrido podia servir de pretexto para para se suscitar uma questão de alçada internacional. Assim, sobrevieram o corte de relações com a Bélgica, aliás ignorado do próprio ministro dos Negócios Estrangeiros congolês, o apelo às Nações Unidas, o pedido de tropas ao Estado do Gana e o ultimato grotesco enviado ao Governo de Bruxelas para retirar as suas tropas. Lumumba achou que era igualmente oportuno telegrafar a Kruchtchev,*

---

<sup>265</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 14 de julho de 1960, pág. 1 e 7

<sup>266</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 16 de Julho de 1960, pág. 1 e 7

*dizendo-lhe que a sua vida perigava e pedindo-lhe auxílio. O gesto ficou esclarecido quando o mesmo Lumumba declarou no Parlamento que estava pronto para fazer um pacto com o diabo*<sup>267</sup>.

Nota Internacional – A Posição da Rússia, *“A União Soviética, desde que liquidou com mãos de veludo a insurreição nacionalista na Hungria, considera-se particularmente apta para interferir, pelo concelho ou pela acção, em todos aqueles casos em que possa estar em jogo o direito dos povos à liberdade. Mas é claro que se reserva o direito de designar como oprimidos aqueles que mais convém aos seus jogos malabares. No Congo, por exemplo, Moscovo descobriu sem grande esforço que os oprimidos eram os soldados congolezes que praticaram toda a casta de violências e de atrocidades e continuam, sempre que podem, a proceder com mais absoluto desprezo das regras de humanidade. A Rússia aceitou de braços abertos a tese de «agressão belga» . A Rússia formulou um ultimato que no fundo era dirigido às Nações Unidas: ou as tropas belgas retiravam dentro de três dias ou ela Rússia chamava a si tal assunto. Quer isto dizer que Moscovo não tinha na mínima conta os planos estabelecidos para a substituição progressiva das unidades belgas pela força internacional e que pretendia impor a sua solução, puramente arbitrária*<sup>268</sup>

Nota Internacional – Algo de novo no Congo, *“Surgiu no Congo um homem novo, diferente dos outros e capaz de enfrentar com realismo a situação mais confusa de que há memória. O Coronel Mobutu que, ainda há dias, antes da sua designação para comandante supremo pelo Presidente Kasavubu, o Chefe de Estado-maior do Exército e o seu expoente intelectual. Veio a ser nomeado Coronel e Chefe de Estado-maior do Exército quando se procedeu à africanização dos quadros. Foi este homem novo que inesperadamente falou em nome da Força Armada e declarou a «neutralização» do Presidente da República, do Parlamento e dos dois governos rivais. É evidente que não se está em presença de uma solução irrepreensível no plano do Direito Constitucional, mas não parece que preocupe grandemente o seu inventor. A posição que tomou é a de promotor de uma intervenção revolucionária, exigida pelo interesse da salvação pública. Não é fácil o caminho que escolheu Mobutu, quando resolveu tentar um derradeiro esforço para salvar o que ainda possa ser salvo. Mas, não vale a pena*

---

<sup>267</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 19 de Julho de 1960, pág. 1 e 6

<sup>268</sup> Nota Internacional, *Diário da manhã*, 23 de julho de 1960, pág. 1 e 8

*insistir. É perfeitamente possível que já nesta altura alguma mutação à vista, daquelas em que é tão fértil a política do Congo, haja posto fim à aventura e à esperança*<sup>269</sup>.

Nota Internacional – Lumumba Sinistrado, *“Lumumba evadira-se da sua residência, aliás sem mistério e sem qualquer espécie de recurso às artes do ilusionismo. Confortavelmente instalado no seu automóvel, ultrapassara a barreira de soldados congolezes e desaparecera. Destino – Stanleyville. Em Stanleyville, capital da província Oriental, que é o seu feudo, encontraria os seus amigos e apaniguados, dispostos a seguirem a sua estrela. Deste feliz concurso de circunstâncias podia sair tudo menos coisa acertada. Lumumba, readquirida a liberdade de movimentos, podia amotinar as gentes e empreender a marcha de Stanleyville a Leopoldville, para retomar as rédeas do Governo e restaurar o prestígio perdido. Ser-lhe-ia igualmente possível manobrar para se entender com Kasavubu e chegar a acordo sobre o regresso à posição inicial, mas não era fácil compreenderem-se o energúmeno e o homem sério e ponderado, em tudo tão distantes um do outro. Abrir-se-ia, ainda, a estrada da secessão. Por que não haveria o demagogo Lumumba de talhar para si uma República Oriental, à medida dos seus apetites? Kasavubu em Leopoldville, Tschombé no katanga, Kalonji no Kasai do Sul são hoje interlocutores edóneos para uma «conferência de mesa redonda» que decida sobre a estrutura política do país. Lumumba poderia conquistar posição paralela, sem grande esforço nem fadiga. Tudo dependia de o tomarem a sério os três mil soldados de Stanleyville e imediações. Seria mais um caso de rebelião evidentemente. Mas isso, no Congo, já deixou de ter qualquer espécie de importância. Tschombé, por exemplo, é um rebelde desde que sacudiu o jugo de Leopoldville. Mas os balubas, que o combatem, são também rebeldes. A palavra já não tem significação, grande ou pequena, e não será mesmo difícil de encontrar rebeldes entre os contingentes da ONU, onde se instala a anarquia, o vocabulário tem fatalmente de mudar. Mas os sonhos dissiparam-se e as hipóteses deixaram de interessar. Infelizmente para ele e felizmente para o Congo, Lumumba foi ontem apreendido, com a agravante de uma perna fracturada, que o impedirá mais efectivamente de reincidir na tentativa de fuga do que a vigilância de todos os soldados do Coronel Mobutu*<sup>270</sup>.

Nota Internacional – Lumumba e os seus protectores, *“Malograda a sua aventura, Lumumba regressou a Leopoldville e daí foi expedito para o campo militar de*

---

<sup>269</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 16 de Setembro de 1960, pág. 1 a 5

<sup>270</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 1 de Dezembro de 1960, pág. 3 e 16

*Thysville, onde os soldados do Coronel Mobutu asseguram a sua guarda. A Rádio Soviética havia-se precipitado, ao garantir que o antigo Primeiro-Ministro lograra atingir o seu destino e se encontrava em segurança. A iniciativa teve, ao menos o mérito de esclarecer a posição de Lumumba como agente Soviético e sublinhar, uma vez mais, a intervenção da Rússia e do grupo afro-asiático nos negócios internos congolezes*”<sup>271</sup>.

Nota Internacional – Depois de Lumumba, “*A morte de Lumumba introduziu um novo elemento de complicação na confusa política do Congo. Lumumba vivo constituía uma dificuldade menor do que depois de baixar à terra. Em primeiro lugar, criou-se uma figuração trágica em que a fantasia da raça negra há-de incorporar os elementos de um cristianismo imperfeitamente assimilado, elaborando uma legenda em que Lumumba, martirizado e assassinado, assumirá as proporções de uma nova encarnação de Cristo. O mito irá enriquecer o arsenal psicológico de que se servem as forças de subversão no continente africano. Em segundo lugar, tornou-se ainda mais funda a separação entre partidos que se guerreiam. Lumumba era um perigo, na medida em que servia de bandeira ao comunismo internacional e representava para ele o chefe visível de uma corrente disposta à obediência cega às suas directrizes. Mas não será difícil a União Soviética descobrir um sucessor que seja nas suas mãos um instrumento igualmente dócil. Em Stanleyville, funciona um Governo Lumumbista, sob a Presidência de Gizenga, governo que pode muito bem ser essa pedra no jogo da Rússia, tanto mais que já foi reconhecido por Kruchtchev, o que lhe confere certo ar de legitimidade sucessória. Moscovo utilizará Gizenga como utilizava Lumumba e a par disso, poderá explorar plenamente a morte do antigo Presidente do Concelho na ofensiva a desenvolver contra o Katanga e o Kasai. Também não deixará de Moscovo de aproveitar o ensejo para amargurar o Sr<sup>o</sup> Hammarsköld, ao qual, não se sabe bem porquê, resolveu atribuir as culpas de quanto aconteceu no Congo. A atitude que já adoptou, exigindo a sua demissão, não deixa dúvidas a esse respeito*”<sup>272</sup>.

Nota Internacional – Operação Katanga, “*A operação levada a cabo em Elizabethville pelas tropas da ONU, cria no Congo uma situação nova, a respeito da qual se justificam as maiores precauções. Tchombé desaparece da cena e, com ele, o Katanga independente que era uma das últimas posições pró-ocidentais no panorama confuso de*

---

<sup>271</sup>Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 4 de Dezembro de 1960, pág. 1 e 8

<sup>272</sup>Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 16 de Fevereiro de 1961, pág. 1

*uma África em laboriosa gestação do seu futuro. Realiza-se por um golpe de força a unificação política do território que a retirada dos belgas abandonou à sua sorte. Dotadas de vida independente, as populações congoleesas ficaram obrigadas a manter a associação do período colonial e, inclusive, a conservar a divisão administrativa do antigo regime. Os anseios destas populações, as suas rivalidades e os seus ódios ancestrais não contavam para nada. Os congoleeses não tinham voz na matéria. Lumumba lançou mão na ideia para impor o seu poder, invocando para se legitimar como Chefe de Estado único, a derradeira mensagem do ominoso «colonialismo». Queria «africanizar» o Congo, expulsando os belgas, mas exigindo a obediência à sua última vontade, como se ela tivesse de ser um evangelho para todos os povos do território. Desde logo, Moscovo encontraria na fórmula e no homem, na unidade congoleesa e no profeta Lumumba, os instrumentos da sua política, superiormente orientada. A convivência dos povos do Congo no quadro de uma única república devia conduzi-los à guerra civil e ao caos precursor da comunização. A Rússia tratava de assegurar para si própria no continente negro a posse de uma testa de ponte à altura das suas ambições. A dificuldade séria residia na resistência do katanga, disposto a preservar a sua independência e os seus interesses vitais, e para tanto procurando no ocidente o apoio que lhe permitisse lutar pela sua liberdade. A angústia dos seus apelos ficou sem resposta da parte das grandes potências Ocidentais que, por acção ou inacção, facilitaram o exito do plano Soviético, ao serviço do qual se colocou o Secretário-geral da ONU. Nunca tivemos ilusões acerca do programa congolês do Srº Hammaršköld, do seu conceito de intervenção e do seu Exército internacional, formado por constituintes afro-asiáticos, em meio dos quais vagos suecos e irlandeses foram introduzidos para disfarçar. A briga do Srº H com o Srº K só serviu, em última análise, para consolidar a posição do Secretário-geral, permitindo-lhe executar uma política do puro interesse da União Soviética»<sup>273</sup>.*

Nota Internacional – A guerra do Srº Hammaršköld, “Apesar da desproporção das forças, os «gendarmes» do Katanga continuam a opor uma resistência heróica aos efectivos da ONU que o Srº H despachou para Elizabethville com o mandato que os habilitava a suprimir pelas armas a independência de um povo que escolhera a liberdade. Adoptando este procedimento insólito, o Secretário-Geral colocou as Nações Unidas na mais inverosímil de todas as posições. No plano dos princípios, verifica-se

---

<sup>273</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 15 de Setembro de 1961, pág. 1 e 7

*que as Nações Unidas praticam um acto de autêntica intervenção nos assuntos internos de um país, matéria que nem sequer são competentes para discutir. Por outro lado, intrometendo-se onde não são chamados e empregando a força para fazer vingar a sua opinião, as Nações Unidas cometem uma agressão armada. Assim, conclui-se que a Organização Internacional se arriscou num terreno que lhe era vedado, para praticar actos que lhe cairiam sob a sua alçada se deles tomasse a iniciativa qualquer Estado que houvesse subscrito os compromissos fundamentais da mesma organização*<sup>274</sup>.

Nota Internacional – A quem aproveita o crime, “*Está de parabéns o senhor Kruchtchev. Diga-se o que se disser, ele é o grande beneficiário da «operação Katanga». Se a intervenção da ONU atingir o seu objectivo e tiver como resultado a submissão do povo Katanguês, desaparecerá o único obstáculo sério à transferência definitiva do Congo para a zona de influência Soviética. Foram os Ocidentais que teimaram em manter no seu posto o Srº H e foi contra eles que o Srº K brandiu, em Nova Iorque, o seu sapato de sola grossa. Com a falência da ONU perfeitamente grotesca, ou com a vitória, conseguida à custa dos princípios, será sempre a Rússia a triunfadora. O Srº H trabalhou para ela, com a mais requintada perfídia ou com a mais ingénua imbecilidade. O mal está em que tanto a perfídia como a imbecilidade passaram a andar à solta, desamaiçadas e sem coleira*”<sup>275</sup>.

Nota Internacional – A Sucessão, “*Com a morte de Hammarsköld abre-se, nas Nações Unidas, uma crise extremamente grave, porque a vaga terá de ser preenchida e não será fácil encontrar plataforma de conciliação entre as tendências que se combatem no seio da Assembleia Geral. O Secretário-Geral deixou de ser um funcionário que desempanha um papel executivo. Passou a ser embora mal, um estadista que faz a sua política e cria, sem audiência de ninguém, factos consumados, que vão ao ponto de lhe ser possível cometer uma agressão armada e considerar letra morta as disposições inscritas na Carta das Nações Unidas. O caminho está aberto e todas as apreensões são legítimas*”<sup>276</sup>.

Nota Internacional – Solidariedade ministerial, “*Afinal, está a complicar-se o caso Gizenga, prometendo um novo extremez na folclórica política do Congo. Gizenga, que se sente mais forte com a protecção que lhe concede a União Soviética, mostra-se cada*

---

<sup>274</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 16 de Setembro de 1961, pág. 1 e 7

<sup>275</sup> Nota Internacional, *Diário da manhã*, 18 de Setembro de 1961, pág. 1

<sup>276</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 20 de Setembro de 1961, pág.1 e 2



vez menos ductil e menos solícito em aceder aos rogos de colaboração e sobretudo de presença, que lhe dirigem os seus colegas em Leopoldville. É preciso ter presente que o Chefe do Governo de Stanleyville é, ao mesmo tempo, em regime esquisito de acumulação de funções, o Sub-Chefe ou Vice-Presidente do chamado Governo Central, que tem à sua cabeça o Sr<sup>o</sup> Cyrille Adoula. Suscitou-se a intervenção do Presidente da Câmara dos Deputados, o Sr<sup>o</sup> Kasongo, que exigiu a vinda de Gizenga para Leopoldville, «ainda que seja à força». E parece que, em face disto, Adoula se considera obrigado a tomar e a optar entre fazer-se obedecer pelo seu distante e saudoso adjunto, e demiti-lo, passando a ver nele o representante de um movimento separatista. Mas, como a repressão dos movimentos separatistas é especialidade da ONU, e de U Thant, desde já se põe a hipótese de trespassar o assunto ao Secretário-Geral e aos seus capacetes azuis. Assim, a ONU, que faz a guerra no Katanga, passará a fazê-la também na Província do Oriente. Só resta saber se a Rússia se encontra disposta a apoiar a iniciativa com o mesmo fervor com que os Estados Unidos secundam a acção contra Tschombé e contra o último reduto da influência ocidental no antigo Congo Belga<sup>277</sup>.

Nota Internacional – Angola e o Congo, “É verdadeiramente aflitiva a forma como a Assembleia Geral das Nações Unidas se comporta perante os problemas que lhe são propostos. Falamos da absurda compartimentagem dos assuntos e da incapacidade definitiva de os considerar no seu clima próprio. Em sentido exacto, o que deveria discutir-se não era a «situação em Angola», mas sim a situação em África, tal como resulta da actividade que nela se exerce para destruir a ordem histórica. Antes de se exercer uma pressão intolerável, absurda e ilegal, sobre governos que se negam a declinar a sua missão civilizadora, parecia indicado examinar os resultados obtidos noutros casos similares, para concluir se essa tendência tumultuária e agressiva não poderá levar, afinal, à extensão de um processo colectivo retorno à barbarie e, até, à selvajaria. O Congo é um triste espectáculo, mas é também, um magnífico laboratório de física social. E o que se passou no norte de Angola, quando se desencadeou a vaga do terrorismo, certifica-nos que a experiência congoleza tem de contar na ponderação dos problemas do território confinante. Trata-se de «libertar o povo angolano» ou de alargar a área em que a anarquia campeia e onde os canibais colaboram com a ONU?

---

<sup>277</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 12 de Janeiro de 1962, pág. 1 e 7

*Parece que neste ponto se justificaria a curiosidade mais que legítima das Nações Ocidentais, responsáveis pelo destino da Civilização que levaram à África*<sup>278</sup>.

Nota Internacional – A Rússia e o Congo, “*A União Soviética pediu a convocação urgente do Conselho de Segurança para se ocupar da Questão Congoleza. O Delegado Zorine, em carta dirigida a Sir Patrick Dean, invocou, para justificar o pedido, a circunstância de terem sido suspensas as operações militares da ONU na área do Katanga. O representante da Rússia considera o facto em aberta contradição com as decisões tomadas pelo Conselho e que exigiam uma acção energética, incluindo o emprego da força para o efeito de reduzir o Katanga à obediência, em ordem a eliminar os chamados «mercenários» e a por termo à tendência separatista. Não pode constituir novidade para ninguém o descontentamento de Moscovo perante a marcha dos acontecimentos naquele sector do Congo em que é mais visível a oposição entre o comunismo e o ocidentalismo. Moscovo desejaria ver liquidada a posição de Tchombé e, em consequência desse facto, operar-se uma transferência do centro de poder na política do Congo. Uma vez suprimida a presença importuna do chefe Katanguês e destruída a corrente de que ele é intérprete, o equilíbrio actual seria substituído por uma nova fórmula*”<sup>279</sup>.

Nota Internacional – Epílogo, “*Com a entrada em Kolwezi das forças da ONU, terminou a resistência do Katanga e abre-se um novo capítulo na Crónica do Congo. Tudo acaba em congratulações. O Presidente Kennedy felicitou U. Thant pelo êxito obtido e este deu os parabéns a Tchombé pelo cumprimento da sua palavra. Destas manifestações de júbilo é lícito concluir que se tratava apenas de um equívoco deplorável, que durou dois anos e meio e necessariamente se explicará por deficiência de compreensão mútua. Simplesmente foi pena que o equívoco se pagasse tão caro em vidas humanas e fizesse tantas vítimas inocentes e indefesas. Sómente se duvida de que se houvesse atingido o epílogo da questão congoleza pelo facto de se haver incorporado no Estado Congolês a única zona onde se conseguia manter a ordem interna e onde sobrevivera à fase colonial um amistoso entendimento entre brancos e pretos. A forma como se liquidou o assunto sugere, no entanto, que se conta com Tchombé e com o seu prestígio pessoal inabalado, para garantir a permanência de um ambiente ordeiro e civilizado. É difícil dizer se a ONU saíu vencedora ou derrotada da*

---

<sup>278</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 20 de Janeiro de 1962, pág. 1 e 8

<sup>279</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 28 de Janeiro de 1962, pág. 1 e 7

*empresa a que se abalançou. É certo que, pela força das armas, os seus soldados etíopes e indianos esmagaram a resistência do Povo do Katanga e lhe impuseram a submissão a Leopoldville, mas também é certo que moralmente se exaustou, negando o princípio da autodeterminação quando o pretende aplicar a esmo, ainda mesmo quando não existem condições mínimas que justificariam a sua aplicação. A dúvida fica de pé e pertence ao domínio dos casos de consciência. Mas estes não vão de índole a atormentar a instituição que, inventada para defender a paz, fez uma guerra sanguinária e se cobriu de glória a bombardear hospitais”<sup>280</sup>.*

Nota Internacional – Um Simples Acidente, “*Em Leopoldville deu-se um golpe de Estado. A iniciativa da operação pertence ao General Mobutu que a levou a cabo com irreprensível perfeição técnica e abstendo-se de derramar uma única gota de sangue. Desta vez, Mobutu saiu da sombra e chamou a si o papel de protagonista. Kasavubu foi sómente deposto e o General assumiu a Presidência da República e chamou para formar ministério o Coronel Mutamba que desempenhava funções de Alto Comissário em Stanleyville. A tradição foi respeitada, publicando-se um manifesto em que se define a linha de orientação dos novos governantes. Tudo continua de tal maneira na mesma que se perguntará para que se deu o golpe de Estado. Sendo embora impossível deixar de apreciar o bom gosto de semelhante discreção, a verdade é que ela impede que se forme um juízo acerca dos acontecimentos. O nome de Mobutu não supre a formalidade elementar da fixação de um programa de governo. Posteriormente, numa conferência de imprensa, Mobutu assinara o propósito de ocupar a Presidência durante cinco anos. Acrescentou que ninguém fora preso e que só Kasavubu estava detido na sua residência oficial. A grande incógnita é o futuro político de Tchombé. O antigo Chefe do Governo apressou-se a telegrafar ao General, felicitando-o pela sua decisão de «restabelecer a ordem» no Congo. Estamos em face de uma interpretação lúcida que se ajusta à expectativa. Entre Tchombé e Kasavubu, o General Mobutu optou por Mulamba. É, pelo menos, o que se depreende das suas declarações, que nos prometem eleições presidenciais a longo prazo, com Governos de características militares por tempo indeterminado. É certo que se protesta a maior deferência pela Constituição e o mais sincero propósito de garantir o normal funcionamento da máquina democrática, mas é forçoso admitir que as circunstâncias não se conformam com estas boas intenções. O Congo carece de restaurar a ordem e de arrumar a casa. Para tarefas*

---

<sup>280</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 23 de Janeiro de 1963, pág. 1 e 3

*semelhantes, os regimes democráticos nunca revelaram vocação especial. Em compensação, não pode negar-se-lhes aptidão especial para criarem situações confusas. A ditadura é neles um acidente periódico e um correctivo indispensável, a utilizar com bom senso e moderação naquelas alturas em que o funcionamento normal do regime gera problemas, insolúveis por outros processos. A ditadura e o golpe de Estado deviam estar nas Constituições”<sup>281</sup>.*

Nota Internacional – Os dados da simples observação, “*Não podia deixar de ser desconcertante a notícia de golpe de Estado que apeou o Presidente Kasavubu e transferiu o poder para as mãos do General Mobutu. De um momento para o outro desapareceram da cena política os dois homens que na véspera disputavam a direcção do país: Kasavubu e Tchombé. Ambos se resignaram ao ostracismo e abdicaram perante uma terceira força de cuja existência se não suspeitava no dia anterior. É essa terceira força que ninguém sabe defini-la, dizer o que pretende e prever o rumo em que se orientará. É impossível considerar os problemas internos das repúblicas negras, abstraíndo que elas têm características próprias e um fundo irredutível que persiste às influências do exterior. As nações coloniais que abandonaram os territórios pelos quais eram responsáveis não o fizeram sem cuidar a seu modo de garantir aos novos Estados regimes que deviam fazer a felicidade das populações. Deram-lhes por isso, constituições deste ou daquele figurino. Mas não lhes deram democracia. Julgaram ingenuamente que, para fazer uma democracia do género que mais apreciam, bastava instituírem regras de comportassem a existência de um parlamento e de um governo. Desde que houvesse um e outro, tudo se passaria no melhor dos mundos possíveis e a máquina funcionaria idealmente. Afinal, verificou-se que se enganavam e, porque se enganavam, a generalidade das Repúblicas negras vivem hoje em plena confusão. Às revoluções seguem-se os golpes de Estado”<sup>282</sup>.*

## **Diário de Lisboa**

A política que conduziu mais rapidamente à independência do Congo – Leopoldville 5  
“*Julgar o acesso do Congo Belga à independência e à soberania internacional a partir*

<sup>281</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 26 de Novembro de 1965, pág. 1 e 3

<sup>282</sup> Nota Internacional, *Diário da Manhã*, 28 de Novembro de 1965, pág. 1

*dos princípios que enformam a política ultramarina de Portugal tem conduzido, tão somente, à confusão e ao absurdo. Os Belgas nunca consideraram o Congo como uma província do seu país, antes como um território colonial radicalmente distinto. Nunca houve, de facto, sérias divergências quanto ao próprio princípio da independência. Existiram sim, e continuam a manifestar-se, quanto aos prazos e às etapas que deveria percorrer a ascensão à autonomia. Todo o esforço civilizador era marcado, porém, por um erro decisivo. A futura independência Congolesa era preparada ainda sob o signo do paternalismo que definiu a política colonial Belga até à Segunda Guerra Mundial. Os Belgas prosseguiam a sua política de rápido desenvolvimento económico e social mas mantinham-se ignorantes dos dirigentes negros que começavam a surgir aqui e ali. A discriminação racial continuava a vigorar, a africanização dos quadros não se fazia de forma a absorver o crescente número de diplomados pelas escolas médicas. O crescente mal estar económico da «elite» intelectual era reforçado no plano político pelos movimentos de independência que haviam começado a percorrer África. Quando a recessão de 1956 e a posterior desvalorização de alguns produtos tropicais, paralelas a uma urbanização excessivamente rápida fizeram surgir o desemprego sucessivo em Leopoldville e ocasionaram a redução do rendimento dos agricultores indígenas, o movimento de independência galgou o círculo restrito de uma «elite» e transformou-se num movimento de massas. Perante esta situação, os Belgas poderiam ou ter mantido a sua posição paternalista, tendo necessariamente de recorrer à crescente pressão no sentido policial, ou aceder à pressão no sentido de independência, ainda que reconhecendo a falta de maturidade dos novos quadros políticos. Reside aqui afinal, a profunda originalidade da experiência Congolesa: uma colónia que passa directamente do estatuto colonial para a independência, sem passar por fases de autonomia parcial”<sup>283</sup>.*

As graves dificuldades que se depara o Governo Congolês resultam de certas ilusões criadas no ardor da propaganda (07/07/60) – “A «desilusão da independência» a que se referiu o General Jansen, comandante das Força Publica (o equivalente ao nosso Exército), ao comentar os amotinamentos de Leopoldville e Thysville, era evidente desde o primeiro dia do Novo Estado. Alguns partidos políticos conduziram a luta pela independência e pela campanha eleitoral num terreno de perigosa demagogia. Prometeram para amanhã o Reino de Deus; imediata elevação dos salários, a redução

---

<sup>283</sup> Veiga Pereira, *Diário de Lisboa*, 6 de Julho de 1960, pág. 1 e 12.

*do horário de trabalho, a resolução do problema habitacional, a promoção a lugares até agora reservados a europeus, enfim a solução de todas as questões que promoveram o rápido florescimento do movimento modestamente iniciado com o manifesto «Conscience Africaine». Tudo seria alcançado pelo simples fim do regime colonial. Criou-se, assim, um cambiante de ingénua expectativa, potencialmente perigoso pelo carácter terreno e concreto das bem-aventuranças esperadas. Ao cabo de poucas horas em Leopoldville, logo se percebe como é veemente entre os Europeus e grande parte dos dirigentes políticos africanos o desejo de que seja breve a vida do Governo de Lumumba. Não se esqueça, ainda, que a Força Publica foi um dos elementos fundamentais da ordem colonial. Dirigida e enquadrada por oficiais belgas, os africanos apenas tinham nele acesso até ao posto de Segundo-Tenente, seja o equivalente ao nosso alferes. Não é de estranhar, de facto, que os militares pretendam que se adopte nas forças armadas o mesmo critério de africanização dos quadros que já vigoram nos outros departamentos do Estado. O que se poderá recear, especialmente por a quase totalidade dos partidos políticos não ser mais do que a expressão das divisões tribais, é que a luta pelo Poder saia das salas do Palácio da Nação e venha tornar-se numa disputa entre facções*<sup>284</sup>.

A insegurança e o temor vivem em Leopoldville, onde os tumultos se sucedem às greves, a caminho do caos económico, Luanda, 13 – “Consegui finalmente ir de novo a Leopoldville e, ao regressar aqui, para melhor poder transmitir as minhas impressões, trazer ainda na retina os aspectos dramáticos que encontrei na cidade, com a sua fisionomia completamente mudada. Não era já a capital festiva de um novo Estado a caminho do progresso e do futuro, mas uma cidade de pasmo e terror, onde quase todas as actividades estão paralisadas e que tenta, no entanto, sobreviver à anarquia administrativa e ao caos económico, e evitar sobretudo a intervenção estrangeira. O Êxodo aflitivo não pára. As mulheres europeias partem aos milhares, com os filhos, dominadas pelo pânico. Avoluma-se a vaga de horror causada pelas violências e humilhações afligidas pela soldadesca revoltada no Baixo Congo mulheres e raparigas brancas de todas as idades. Os estabelecimentos e as fábricas permanecem encerrados na sua grande maioria: dezenas de milhares de operários e empregados africanos fazem greves, reclamando a elevação dos seus salários. São milhares as mulheres e crianças que, dominadas pelo pavor, fogem da jovem República do Congo,

---

<sup>284</sup> Veiga Pereira, *Diário de Lisboa*, 8 de Julho de 1960, pág. 1 e 16.

*empolgada pela anarquia e á beira do completo desprestígio internacional. A acalmia política, que não deve tardar, diminuirá logicamente a tensão racial, trazendo a vertiginosa africanização dos quadros. É duvidoso, porém, que não sobrevenha grande desorganização administrativa e um caos económico insanável durante meses ou mesmo anos, ao qual até seria preferível a vitória dos inimigos da independência congoleza. Salientamos, a terminar, que os Portugueses de Leopoldville foram tratados com especial benevolência pelas forças amotinadas, não tendo nenhum soldado abusado de qualquer mulher portuguesa”<sup>285</sup>.*

*“As razões da independência do Katanga, Leopoldville 16 – Moisés Tschombé, primeiro-ministro do Katanga, acusou, a noite passada, o Governo Central de ter «preparado meticulosamente os motins da Força Publica». Tschombé declarou, numa entrevista que concedeu à Imprensa, que o propósito dos motins era desorganizar o Exército e a Administração, para que pudesse ser estabelecida uma ditadura pessoal, aliada ao comunismo, e para aterrorizar os Europeus, a fim de obrigar estes a abandonar o país. O Primeiro-Ministro do Katanga disse ainda que o Governo de Lumumba tinha como objectivo abrir caminho a técnicos do bloco comunista oriental. Continuando, Tschombé afirmou que esperava a partir de hoje, dia 16, para Nova York, a fim de exercer pressão para o reconhecimento da independência do Katanga pelas Nações Unidas. Julga-se que o chefe do Governo do katanga visitará primeiro, em Bruxelas, o rei Balduíno, para obter a sua autorização. Tschombé acrescentou que a ideia de um Congo unificado era «uma vã utopia», por causa da região ser diferente em geografia, economia, cultura e carácter étnico. O primeiro-ministro repetiu que a sua declaração de independência do Katanga fora mal interpretada por certas potências, que foram erradamente informadas de que se tratava de um «plano deliberado e premeditado para nos separarmos dos nossos irmãos africanos em outras províncias, a fim de conservar-mos as nossas riquezas»<sup>286</sup>.*

O drama do Congo não resultou do acaso nem da fatalidade, Paris, Julho – *Debalde se procuraria na história um precedente que se deu na situação política do Congo. Em 30 de Junho, em Leopoldville, foi solenemente proclamada a independência daquela antiga colónia belga, assistindo à cerimónia o próprio rei Balduíno. Nessa altura foi assinado um tratado de amizade e aliança entre os Governos de Bruxelas e da jovem*

---

<sup>285</sup> Veiga Pereira, *Diário de Lisboa*, 13 de Julho de 1960, pág. 1 e 9.

<sup>286</sup> Reuters, *Diário de Lisboa*, 16 de Julho de 1960, pág. 16.

*República congoleza, o qual assentava no princípio do respeito pelas pessoas e bens dos belgas residentes no Congo e no auxílio económico e técnico da Bélgica à República congoleza. Dir-se-ia que tudo se desenrolava num ambiente de calma e harmonia e a proclamação da mais uma antiga colónia à independência era apontada como exemplo de uma política sensata e original. Passados cinco dias estalaram os primeiros tumultos entre a força pública, em grande parte constituída por negros. Foi o drama dos colonos que, perseguidos e ameaçados, se viram obrigados a um verdadeiro êxodo para salvar vidas. Como explicar esta trágica reviravolta na situação? Aqueles que dentro e fora da Bélgica, criticaram o que se chamava de política de adandono do Governo belga responsabilizavam-no pela evolução dos acontecimentos. A Bélgica, diziam eles, apressara-se a dar independência ao Congo que não estava preparado para isso, numa altura em que nada se fizera para assegurar a substituição dos quadros civis e militares belgas por congolezes. Nestas críticas havia, em dúvida, uma parcela de verdade. Mas há um facto que não deve perder-se de vista. Depois dos acontecimentos que ali se registaram em Janeiro, e foram o prólogo da crise actual, tinha o Governo de Bruxelas possibilidade de seguir outra via, diferente que levou aquela à independência imediata do Congo? Esse Governo ficou então colocado perante um terrível dilema. Para salvaguardar os interesses económicos consideráveis, que a Bélgica tinha na sua antiga colónia, era preciso escolher entre uma política de força e uma política de concessões. Optar pela primeira era reeditar, no Congo, a guerra na Argélia, da qual, a Bélgica não estava em condições de correr o risco, o qual teria no seu epílogo num desastre militar e na perda irremediável dos interesses económicos. O Governo belga optou pela segunda, reconhecendo a independência do Congo. Esta segunda política comportava, como a primeira, sérios riscos. A independência de uma colónia, cuja população não ultrapassava o estágio colonial, era uma incógnita. Em Bruxelas contavam, porém, com o interesse que o novo Estado congolês tinha em garantir, no futuro, o auxílio económico e técnico da Bélgica do qual não podia prescindir, para assegurar o seu desenvolvimento. Tratava-se, em resumo, de um problema de confiança. Não há dúvidas de que, nem o Governo do Congo, nem o de Bruxelas, tinham qualquer razão para provocar os acontecimentos dramáticos que se seguiram e destruíram o trabalho pacientemente realizado para garantir a transição pacífica da antiga colónia para a independência. Nenhum deles tirava qualquer benefício da viragem catastrófica que se registou nos acontecimentos. Um e outro acabaram por ser galgados pela crise e esta evoluiu perigosamente porque ambos*



*perderam o domínio da situação. É cedo para falar, com absoluta certeza, a tal respeito. Mas há desde já, um facto certo e averiguado. Na origem da crise congoleza está, em larga medida, o dualismo com que a Bélgica iniciou a sua política em relação ao Congo. Não é segredo para ninguém que essa política não tinha a aprovação de toda a gente na Bélgica e que entre os que a censuravam estavam os elementos mais influentes dos meios coloniais. Deu-se com a Bélgica, no Congo, o que se deu com a França na Argélia, onde a política francesa foi sistematicamente hostilizada pelos ultras argelinos e por parte do Exército. Tudo se passou no Congo, nas vésperas da proclamação da independência, como se os adversários dessa política estivessem empenhados em a contrariar para que, no momento em que atingia o seu termo, a intervenção militar belga fosse inevitável. Foi isso que acabou por acontecer, pois o Governo belga viu-se na necessidade de enveredar por esse caminho, contra a sua vontade, a fim de proteger a vida dos belgas residentes naquela antiga colónia. Desde esse momento nada restava da política que levou à independência do Congo e a crise atingiu a fase crítica. Aos olhos dos Congolezes a presença de tropas belgas no seu território era a negação da independência. A tensão entre a Bélgica e a república do Congo acentuou-se, e o Governo belga foi forçado a fazer uma política que não estava nas suas intenções e que suscitou a desconfiança dos Congolezes, convencidos de que ela tinha por fim pôr termo à independência que haviam alcançado*<sup>287</sup>.

Nota do Dia – Abrir os olhos, “Os Americanos parece que acordaram agora. Oxalá que não acordem tarde. Seja como for, começaram a abrir os olhos. A «descolonização» dos países africanos, que eles defenderam com tanto entusiasmo, criou uma situação séria, no tocante ao acesso do Congo ex-Belga à independência, que pode, de um momento para o outro, suscitar uma prova de força entre os dois blocos em que o Mundo está dividido, constituindo uma ameaça grave para a paz. O «Wall Street Journal» viu o problema em relação a Angola e aponta os perigos que aquela província portuguesa corria, se os sequazes do srº Lumumba levassem por diante os seus propósitos imperialistas. «Antes que os Estados Unidos dêem eventualmente o seu apoio à «libertação» de Angola – escreve aquele categorizado jornal - bom será que ponderem se, de facto, não irão apoiar o regresso à escravidão e ao trabalho forçado de que aquelas populações conseguiram libertar-se». Deste modo, os territórios africanos que ascenderam à independência ou se prepararam para ela correm o risco de

---

<sup>287</sup> Atticus, *Diário de Lisboa*, 25 de Julho de 1960, pág. 1 e 2.

*se libertar de uma colonização que, em alguns casos, os elevou ao nível do colonizador, para caírem numa «recolonização» que podia muito bem reduzi-los a uma escravidão bem pior do que aquela de que se «libertaram» ou pretendem «libertar-se». Para que isso não aconteça, os Americanos precisam de definir, sem demora, uma política africana que coloque os países ocidentais com interesses em África, e seus aliados no Pacto do Atlântico, a coberto de maiores surpresas do que aquelas que, feliz ou infelizmente, contribuíram para lhes abrir os olhos»<sup>288</sup>.*

*Nota do Dia – Neutralização, “Bagaria, que foi uma das grandes vedetas da caricatura espanhola, publicou um dia em «El Sol» um desenho grandiosíssimo em que comentava, com o seu espírito habitual, a instabilidade política em certa República sul-americana, instabilidade percursora de uma daquelas situações de força que estão para lavar e durar. A caricatura de Bagaria podia, com propriedade, ilustrar a situação no Congo ex-Belga, até aparecer na cena política da jovem República negra o terceiro homem, ou seja, para muitos o «General Consternacion». E então as coisas mudaram de figura. Movido pelo desejo patriótico de repor a ordem onde imperava a desordem e de restituir o bom senso àqueles que o tinham perdido, se é que alguma vez o tiveram, o Coronel Mobutu passou a «neutralizar» tudo e todos, colocando as pessoas e os órgãos efectivos do Poder em estado de não continuarem a contribuir para a anarquia reinante. Neutralizado o Presidente da República. Neutralizado o primeiro-ministro. Neutralizado o Parlamento. Neutralizada a Força Pública. Neutralizada, porventura, a economia congoleza. E neutralizada – quem sabe? – A própria independência. «Os que riem à Sexta-Feira – como diz um provérbio francês – choram ao Domingo». No Congo tem havido, desde a proclamação da independência, fartos motivos para risos e para lágrimas. Mais para lágrimas do que para risos. E, se as coisas não levarem rumo diferente nos próximos meses, receamos muito que os avatares da política congoleza acabem por se devorar uns aos outros, como os grilos do padre Patagónia»<sup>289</sup>.*

*Nota do Dia – A lei da selva, “Sejam quais forem as razões de ordem emocional, ou até mesmo de inteligência, que dividem os homens na apreciação dos factos políticos que estão a dar-se no Mundo, não pode deixar de se condenar um crime como aquele de que foram vítimas Lumumba e dois dos seus partidários. Como pensam os próprios*

---

<sup>288</sup>Nota do dia, *Diário de Lisboa*, 7 de Setembro de 1960, pág. 1

<sup>289</sup>Nota do Dia, *Diário de Lisboa*, 22 de Setembro de 1960, pág. 1

*belgas, que não lhe deviam atenções, antes pelo contrário, Lumumba morto pode ser mais perigoso do que Lumumba vivo. Toda a política que, para fazer vingar os seus propósitos, tenha a imprudência de criar mártires terá de se haver com fantasmas. Não era difícil prever e nós, sem termos o dom da profecia, dissemo-lo aqui muito antes de ser concedida a independência ao Congo ex-Belga, o que iria passar-se com o acesso prematuro à soberania internacional de uma população impreparada para receber e usar dela com proveito. A morte de Lumumba não aproveitará, estejamos certos disso, áqueles que haviam posto a sua cabeça a prémio. Cavará abismos mais profundos não só entre os homens que disputam ou detêm o Poder e as tribos que se digladiam, como, entre Europeus e indígenas, cujas relações se agravavam assustadoramente. Quem poderá aprovar o crime e a violência inútil como processos de governar ou assegurar a ordem? Até que extremos poderão conduzir-nos a insensatez dos homens, sobretudo quando o princípio de autoridade se subverte e a fera humana não encontra outro processo de se defender senão matando?”<sup>290</sup>.*

A Figura do Srº {H.}, “*Dag hammarsköld, descendente de uma abastada família de políticos e militares, nasceu em 1905, em Jonhoping, na Suécia. Seu pai chefiou o Governo sueco durante a Primeira Guerra Mundial. Doutorou-se em Direito, defendendo uma tese sobre as conjunturas económicas. Simultaneamente, revelou grande interesse pelos problemas sociais. No final da Segunda Guerra Mundial entrou para o Ministério dos Negócios Estrangeiros sueco como perito económico. Em Abril de 1953, houve que escolher um novo secretário-geral para as Nações Unidas, para substituir o demissionário Trygve Lie. A Guerra da Coreia e a intervenção da ONU tornara extremamente difícil alcançar um acordo entre os países ocidentais e os países comunistas. Surpreendentemente as quatro grandes potências foram unânimes na designação de Hammarsköld, que então contava com 48 anos. A notável actividade de Hammarsköld como secretário-geral da ONU muito contribuiu para o desenvolvimento das relações internacionais. A contribuição das Nações Unidas para a descolonização da África e a crescente assistência económica e técnica que prestaram às jovens nações, transformaram a organização internacional num verdadeiro mediano entre os grandes blocos. Através da ONU, as nações «não comprometidas» adquiriram grande projecção, passando a pesar fortemente na política internacional. As qualidades de Hammarsköld afirmaram-se especialmente, quando após a*

---

<sup>290</sup> Nota do Dia, *Diário de Lisboa*, 15 de Fevereiro de 1961, pág. 1

*independência da República do Congo se verificou a intervenção militar belga. Em curtos dias, o secretário-geral alcançou organizar um exército internacional, ao mesmo tempo que logo começou a suprir a ausência dos técnicos belgas. Atacado ora pelo Ocidente ora pelos países comunistas, a consagração dos seus esforços foi a recente constituição de um governo central do Congo, a intervenção no Katanga em defesa da integridade territorial da antiga colónia belga, e, especialmente, a notável obra de recuperação económica, administrativa, sanitária e cultural levada a cabo, ali, pelas Nações Unidas. Hammarsköld era uma das personalidades mais complexas e mais ricas do nosso tempo. Como aos homens do renascimento nada do que é humano lhe foi estranho. Era um técnico de projecção internacional em questões económicas e sociais. Um político arguto e que nunca se deixou dominar por interesses económicos ou por paixões ideológicas, um diplomata hábil, corajoso e de rasgada visão. Funcionário exemplarmente competente, ganhou o respeito, a veneração, de todo o funcionalismo das Nações Unidas”<sup>291</sup>.*

## **Diário de Notícias**

*“Agentes Checos, ligados a agitadores comunistas indígenas, preparados em Moscovo e Praga, têm desempenhado acção dominante nos amotinados na República do Congo. Alguns pretos vestiram o uniforme de soldados, para, a coberto da farda, se vingarem dos brancos a quem tinham ou julgavam ter agravos – disse-nos em Leopoldville um Português cujo nome não podemos revelar sem pôr em risco a sua segurança. Em Leopoldville – afirmou-nos uma senhora belga – vi uma branca na sexta-feira a dar ordens de um «jeep» aos soldados congolezes que andavam a procurar determinados europeus para os prenderem. E um belga – o comissário principal Willy Bernard – declarou-nos: logo depois dos tumultos de Janeiro do ano passado começavam a chegar ao Congo numerosos checoslovacos, uns como funcionários do consulado, outros dizendo que andavam em missão de estudo, outros ainda para empregados de umas determinadas firmas – sempre as mesmas por sinal. Resumindo estes depoimentos – desde que os aceitemos bons, e não vemos razões para não os aceitarmos como tais – parece lícito concluir: 1: os comunistas principiaram em trabalhar intensamente no*

---

<sup>291</sup> *Diário de Lisboa*, 18 de Setembro de 1961, pág. 1 e 8

*Congo após as desordens de Janeiro de 1959, ou mesmo antes; 2: Aos agitadores comunistas indígenas juntaram-se, a partir de certo momento, agentes checos, que não devem ter sido alheios á preparação da revolta da «Force Publique»; 3: Indígenas que não eram soldados vestiram a farda, não, como supunha o Português com quem falámos em Leopoldville, para exercerem vinganças pessoais, mas para levarem os amotinados a cometer excessos e crimes que erguessem alta muralha de ódio, para sempre entre Congolezes e Belgas; 4: A esse propósito obedeceu o sistemático desrespeito pela mulher branca, submetida em cadeia a imperdoáveis e indescritíveis vexames onde quer que os soldados ficassem senhores da situação; 5: Determinadas operações, consideradas naturalmente de particular importância ou delicadeza, teriam sido comandadas pessoalmente pelos agentes checos; um deles seria, portanto, a mulher branca que de um «jeep» dava ordens em Leopoldville aos bandos de soldados – ordens que a soldadesca acatava»<sup>292</sup>.*

*Carta dos Estados Unidos – A confusão no Congo, “Pobre srº H! A sua tarefa já era enviar representantes ao Concelho de Segurança das Nações Unidas... Após a secessão do Katanga e duma parte da província do Kasai, o Presidente da República, Kasavubu, achando que a desordem provocada pelo Primeiro-Ministro, havia durado demais, destituiu este, que, por seu turno, ripostou «depondo» o chefe de Estado e proclamando-se a si próprio Presidente da República, bem como (em virtude das suas novas funções) chefe supremo do Exército. No desejo de manter a ordem e de evitar novas efusões de sangue, o representante do Srº Hammarsköld em Leopoldville houve por bem fechar a rádio e interditar o aeroporto. E não fez, em nosso critério, senão bem, porque Lumumba utilizava a rádio para excitar a população. Em resposta, Lumumba tentou recuperar pela força o seu melhor instrumento de domínio. Apresentou-se diante da emissora com soldados armados... Mas achou-se em face das tropas da ONU resolvidas e firmes, de modo que não ousou fazer fogo sobre elas. Perante estes acontecimentos e a fim de receber novas instruções e novos poderes, o Srº H convocou a sexta reunião do Concelho de Segurança. Parece que no conflito Lumumba/Kasavubu, o Srº H inclina-se a favor do último, que é efectivamente um homem razoável e mais humano que o seu adversário. O Secretário-Geral da ONU fez notar que na Constituição congoleza o direito do Presidente em nomear e destituir o Primeiro-Ministro está claramente expresso, ao passo que a mesma Constituição não*

---

<sup>292</sup> Dutra Faria, ANI, *Diário de Notícias*, 16 de Julho de 1960, pág. 5

*confere ao Governo nem a faculdade de destituir o Presidente, nem a de se arvorar, por sua única vontade, em Chefe do Estado. O que, todavia, embaraça os representantes da ONU neste conflito é que o seu papel os inibe de intervir numa luta intestina e que o carácter da sua missão os constringe a conservarem-se inteiramente neutros entre as duas facções que disputam o poder. Porém, o Srº H tem outras preocupações em relação ao Congo. Em primerio lugar, o país acha-se em plena bancarrota. Até os seus soldados têm de ser pagos pela ONU. A situação financeira e económica do Congo é espantosa. O Primeiro-Ministro não fez nada para atenuá-la, não cuidou sequer de deitar a mão à organização da vida nacional. E, em troca do auxílio que lhe é dado pela ONU, acusa esta de tomar partido pelos seus inimigos e de defender o colonialismo. Acresce que na fronteira do Kasai as tropas congolezas se entregam a atrocidades sem nome. Houve até ensejo de empregar a palavra genocídio, porque se trata, para os Lulus, de suprimir as tribos dos Balubas. Quem quer que, incluindo mulheres e crianças, pertença à tribo baluba é imediatamente morto com requintes de crueldade que provam que aquele país está ainda atrasado e bárbaro. Finalmente, a última e mais grave preocupação do Srº H é o comportamento do Governo dos Soviétés. Este concedeu já a Lumumba um auxílio importante. Enviou-lhes diferentes aviões e numerosos camiões, a fim de transportar as suas tropas para a fronteira do katanga. A Guerra Fria alastra para África com todos os seus riscos. Depois dos Russos tanto terem protestado contra o fornecimento de armas pelos Belgas aos Katangueses, depois do Belgas se terem inclinado entre a decisão da ONU, renunciando às armas, não faz sentido que esses mesmos Russos estejam a fornecer armamento a uma das partes envolvidas num conflito puramente interno. As outras grandes potências não podem tolerar esta falta de respeito à lealdade internacional. A controvérsia oferece, pois, sérios perigos. Queira Deus que os Russos o compreendam a tempo”<sup>293</sup>.*

A Morte de Lumumba – “A morte de Lumumba representa o total fracasso da ONU no Congo. Nesta grave crise congoleza tudo são contradições. E a mais significativa e paradoxal de todas é certamente este afã colonizador com que os anticolonialistas profissionais se lançaram sobre aquele antigo território belga, assim libertado para a ruína, para a desordem, para a miséria e para a felicidade de ferozes lutas intestinas e intervenções estrangeiras. Desde o início dos acontecimentos congolezes que a ONU,

---

<sup>293</sup> Camilo Chautemps, *Diário de Notícias*, 18 de Setembro de 1960, pág. 1 e 5

*sempre em nome da independência dos povos, mexe, remexe, tira e põe, é por Kasavubu contra Lumumba, por Lumumba contra Kasavubu, ameaça, avança, recua, dando o mais triste espetáculo de intervencionismo e impotência que o mundo têm visto. Resultado: o progresso constante da anarquia. Tschombé recusa-se a receber os seus delegados. Bomboco ameaça e ataca o srº Hammarsköld e as suas forças e Kennedy experimenta as suas primeiras amargas desilusões. Os países africanos de expressão francesa apoiam Kasavubu e Tschombé. As outras viagens da ONU protestam. Num só aspecto há unanimidade: a animosidade total contra a ONU. À medida que o Ocidente é expulso de todas as suas posições vitais no continente negro, cada uma delas cai, automaticamente, nos braços da Rússia. É o próprio Ocidente que lhe abre as portas. A história das ideologias anticolonialistas junta á política, que os Estados Unidos parecem ter herdado da tradição inglesa, de apoiar sempre as oposições e os governos fracos na ilusão de os conquistar, leva direito, em toda a linha, ao abandono e à deserção ocidentais. A morte de Lumumba é a condenação criminosa das ideologias ocidentais. Para a ONU, para Washington, onde o feroz ex-primeiro-ministro, recebido com honras militares, era o representante da chamada legalidade democrática; que foi o catecismo da libertação do Congo. Aí está no que isso deu. Aí está o que dará em toda a parte onde o Ocidente deliberadamente fechar os olhos às realidades do, para agir ingénua, para não dizer loucamente, em nome de ficções, de utopias ou daquela política que Blasco Ibañez definia a «arte de abrir ostras pela persuasão». Até aqui o primeiro acto. Começa agora o segundo. A Rússia de há muito esperava a ONU e o Srº H a esta esquina. Para Kruschtev, Lumumba, vivo, seria o agente dócil, pronto a servir para a Sovietização do Congo e sua transformação num novo satélite do imperialismo moscovita. Lumumba morto, é o instrumento ideal para impor, por uma nova chantagem bem organizada, a liquidação e aniquilamento de todos os elementos pró-ocidentais. A ONU, que quis evitar no Congo, por desastrosas e custosas operações, uma guerra interna e limitada, das forças em oposição e das rivalidades tribais, que estaria já presumivelmente concluída, acabou por lá armar até aos dentes, sobre uma guerra civil cuja extensão não é fácil prever, a perspectiva de um conflito internacional. No Congo, Lumumba foi morto. O Lumumbismo russo vai começar”<sup>294</sup>.*

Confusão, “A ONU continua a ser uma caixa de surpresas. Uma Sociedade das Nações que a si própria se intitula de «Nações Unidas» vem procedendo desde há tempos da

---

<sup>294</sup> Diário de Notícias, 16 de Fevereiro de 1961, pág. 1

*maneira mais confusa e perturbadora. Acção política? É lícito perguntar: qual? Em que se baseia? A que fito corresponde? Que reflete de calma ponderação, de aguda visão de todos os problemas de hoje, de bons propósitos de paz e liberdade essa vozearia e essa deambulação de alguns dos seus membros? Em lugar da serenidade superior, intangível, de um ideal humano – a coscuvelhice de pátio, a mexeriquice de comadres sem tino e sem maneiras. Em vez de um pensamento claro, estruturado, em realidades e vivências bem ordenadas e profundadas – esse estendal de contradições e confusões. Donde todos desejariam um gesto de nobre e desinteressado de concórdia, pacificação e amizade, vem essa actuação infeliz que os seus pares condenam em grande parte e o mundo olha com o pasmo das grandes catástrofes ou a hilaridade dos irremediáveis ridículos. É essa estranha organização que visa estatutariamente manter a paz, vem-se tornando a mais perturbadora, desorientadora, demolidora de tradições e princípios. O melhor agente de desagregação dos povos e dos homens que já mais se viu. Em nome de quê? Para quê? A que pensamento obedece?”<sup>295</sup>.*

*Crepúsculo dos Deuses, “Como se Krutschev não bastasse, surgem de todos os lados os Krutschefovitzs. O Srº Hammarsköld, que não perde pelo nome, Secretário-Geral da ONU, depois de ter apanhado aquele violento pontapé que lhe deu em certo sítio o chefe Russo e que parece (todos os gostos, mesmo os do Srº Hammarsköld estão na natureza) foi o seu apazimento, pois desde então o Srº H. Transformou-se em seu agente – armou também o seu Kremlin e talha, cose, descose, inflama, devasta o Congo como se aquilo fosse dele. Instalado em Leopoldville, comanda Exércitos e tem a ONU na barriga. Naquela inconsciência que o pontapé de Krutschev avivou, depois de ter instalado no poder Gizenga (que em Belgrado se declarou a reencarnação de Lumumba), expulsou e fez exilar tshombé. Supõe, talvez, ter dominado a situação no Congo, arrasando a sua única parte pró-Occidental e entregando-a a um Estado Comunista. Mas a verdadeira crise do Congo começa agora”<sup>296</sup>.*

*Carta dos Estados Unidos – No Katanga, “A acção da ONU no Congo acaba de ser enlutada pela morte trágica do seu Secretário-Geral. Essa morte, na véspera de uma sessão da assembleia que se revestia de especial importância num mundo dividido e talvez votado a uma catástrofe nuclear, vai, sem dúvida, provocar deplorável confusão a começar por uma luta implacável pelo seu sucessor. Qual vai ser agora a situação? É*

---

<sup>295</sup> Mendes, Miranda, *Diário de Notícias*, 19 de Setembro de 1961, pág. 1 e 2

<sup>296</sup> *Diário de Notícias*, 15 de Setembro de 1961, pág. 1



*possível que as Nações Unidas, com os reforços que vão receber, consigam conquistar a província”<sup>297</sup>.*

Como foi cortado o nó górdio Congolês, “Ao tomar ontem conta do Poder em leopoldville, o comandante do Exército Congolês, General Mobutu, explicou que o fazia para pôr termo à luta estéril em que os políticos se emcontravam envolvidos. Pelo menos, o fundamento da razão alegada não pode ser posto em dúvida. Ainda no dia 14 do corrente se assistiu ao facto incrível de o Parlamento ter recusado por 134 votos por 121 sua confiança ao Governo de Evariste Kimba, que o Presidente Kasavubu pretendia impor-lhe, e logo em seguida o chefe de Estado ter encarregado o mesmo Kimba de formar novo governo. Tudo tem, é claro, uma explicação. Neste caso, Kasavubu pretendia, como é óbvio, manter Tchombé afastado do Poder. E embora tivesse sido feita a prova de que Kimba não era aceitável para o Parlamento (em que Tchombé ganhou a maioria esmagadora nas eleições da primavera passada), Kasavubu procurava apenas ganhar tempo, ao abrigo da disposição constitucional que dava ao novo Governo um prazo de trinta dias para se apresentar à câmara. O conflito entre Tschombé e Kasavubu manifestou-se abertamente pouco depois da retumbante vitória eleitoral do primeiro. No dia treze do mês passado, o Presidente Kasavubu anunciou ao Parlamento a destituição de tchombé, do cargo de Primeiro-Ministro, e encarregou Evariste Kimba de formar novo Governo. Era um acto arbitrário, dado que Tschombé tinha maioria, mas Kasavubu pretendeu justificá-lo com uma interpretação das disposições temporárias da Constituição que entrara em vigor em Agosto de 1964, segundo as quais – afirmava o chefe de Estado – o Governo de transição terminava o seu mandato após a reunião do novo Parlamento, devendo, portanto, formar-se novo Governo. Tschombé e os seus partidários alegavam que o período de transição deveria continuar até à eleição presidencial. A tentativa de Kimba, como atrás dissemos, malogrou-se perante a oposição parlamentar e kasavubu estava, assim, perante um beco sem saída. Ontem o General Mobutu cortou o nó górdio, assumindo o poder através de um golpe de Estado sem efusão de sangue. É esta a segunda vez que Mobutu intervém directamente na política congoleza. A primeira vez foi para pôr termo ao regime demagógico que Patrice Lumumba pretendia instaurar. Dessa vez, o comandante do Exército só deteve o Poder durante nove meses, tendo-o restituído ao Parlamento quando julgou passado o perigo. O seu comportamento nessa emergência

---

<sup>297</sup> Chautemps, Camilo, *Diário de Notícias*, 26 de Setembro de 1961, pág. 1 e 4

*demonstrou as suas tendencias moderadas. Mobutu é geralmente tido como pró-ocidental, o que nas condições actuais no Congo só significa que têm a consciência das realidades políticas e económicas, e aspira a melhorar as condições de vida do seu povo. O juízo provisório que se pode fazer dos acontecimentos do Congo é que Mobutu representa uma promessa de estabilidade, particularmente proveitosa na medida à vã agitação que tem caracterizado a luta política naquele país e se mostrar capaz de orientar os destinos congolezes para vias mais fecundas. Os próximos dias devem trazer indicações importantes sobre as intenções do novo presidente. Mobutu já ontem deu forma legal ao seu golpe de Estado, comunicando-o ao Parlamento. É uma actitude pouco comum e susceptível de reforçar grandemente a sua autoridade. Pode implicar, é claro, certo grau de colaboração com Tchombé, que dispõe da maioria naquela Assembleia. Mas talvez esteja nisso uma das mais seguras garantias para o futuro da tão duramente experimentada nação congoleza*<sup>298</sup>.

---

<sup>298</sup> *Diário de Notícias*, 26 de Novembro de 1965, pág. 1 e 5

## Bibliografia

- Rudin, Harry R., *The Congo*, Englewood Cliffs, 1967.
- Fage, Jonh Donnaly, *História da África*, Edições 70, Lisboa, 2010.
- Dunn, Kevin C., *Imagining the Congo – The International Relations of Identity*, Palgrave Macmillan, Maio 2003.
- Gaddis, John Lewis, *A Guerra Fria*, Edições 70, Lisboa, 2005.
- Edgerton, Robert B., *The Troubled Heart of Africa: A Story of the Congo*, St. Martin's Press, New York, 2002.
- Ewans, Martin, *European Atrocity, African Catastrophe: Leopold II The Congo Free State Aftermath*, Routledge Curzon, London, 2002.
- Ramos, Rui, (autores) Bernardo Vasconcelos e Sousa, Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2ª edição, Fevereiro de 2010.
- Telo, António José, *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Edições Cosmos, Lisboa, 1994.
- Santana, Francisco, (autor) Eduardo Sucena, *Dicionário da História de Portugal*, Carlos Quintas, Lisboa, 1994.
- Dechelpin, Jacques, *From the Congo Free State to Zaire: How Belgium Privatized the Economy: A History of Stock Companies in Congo-Zaire from 1885 to 1974*, Codesria, Dakar, 1992.
- Hobsbawm, Eric, *A Era Dos Extremos, História Breve do Século XX 1914-1991*, Editorial Presença, Lisboa, 1996.
- Gilbert, Martin, *História do Século XX*, D. Quixote, Alfragide, 2010.
- Huband, Mark, *The Skull Beneath the Skin, Africa after the Cold War*, Westview Press, Boulder, 2001.
- Pinto, António Costa, *O fim do Império Português: A Cena Internacional, A Guerra Colonial, e a Descolonização, 1961-1965*, Livros Horizonte, Lisboa, 2001.
- Ferro, Marc, (trad. Manuel Ruas), *Histórias das Descolonizações: Das Conquistas às Independências – Sécs. XIII a XX*, Ed. Estampa, Lisboa, 1996.
- Painter, David S., *The Cold War: An International History*, Routledge, Londres, 1999.
- Engel, Jeffrey A. (Ed.), *Local Consequences of the Cold War*, Woodrow Wilson Center Press, Washington, 2007.
- Kana K., André Kabanda, *L'interminable Crise du Congo-Kinshasa, Origines é Conséquences*, L'Harmattan, Paris, 2005.

Clarence-Smith, Gervase, *O Terceiro Império Português (1825-1975)*, Teorema, Lisboa, 1985.

Kissinger, Henry, *Diplomacia*, Gradiva, Lisboa, 1996.

Menezes, Filipe Ribeiro de, *Salazar, uma Biografia Política*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 2010.

Redondo, Juan Carlos Jiménez, *Franco e Salazar, As Relações Luso-Espanholas Durante a Guerra Fria*, Assírio e Alvim, Lisboa, 2006.

Schneidman, Witney, *Confronto em África, Washington e a Queda do Império Português*, Tribuna da História, Lisboa, 2005.

Venner, Dominique, *O Século de 1914 – Utopias, Guerras e Revoluções na Europa do Século XX*, Civilização Editora, 2009.

Frieden, Jeffrey A., *Capitalismo Global, História económica e Política do Século XX*, Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2008.

Manela, Erez, *The Wilsonian Moment, Self Determination and the International Origins of Anticolonial Nationalism*, Oxford University Press, New York, 2007.

Marcos, Daniel, *Salazar e De Gaulle: A França e a Questão Colonial Portuguesa (1958-1968)*, Instituto Diplomático, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.

Nzongola-Ntalaja, Georges, *The Congo from Leopold to Kabila*, Zed Books, 2002.

Westad, Odd Arne, *The Global Cold War: Third World Interventions and the Making of our Times*, Cambridge University Press, Cambridge, 2007.

McCalpin, Jermaine O, Editor (Clark, John F), *Historicity of a Crisis: The Origins of the Congo War; (The African Stakes of the Congo War)*, Palgrave Macmillan, New York, 2002.

Frattoni, Eric, *CIA – Joias de Família*, Bertrand Editora, Lisboa, 2014.

Brunschwig, Henri, *A partilha de África*, Publicações Dom Quixote, Paris, 1971.

### **Artigos de Revistas**

Nwaubani, E, 2001, “Eisenhower, Nkrumah and the Congo crisis”, *Journal of Contemporary History*, vol. 36, nº 4, pág. 599-622 + 692.

Mazov, S, 2007, “Soviet aid to the Gizenga Government in the Former Belgian Congo (1960-1961), as Reflected in Russian Archives”, *Cold War History*, vol. 7, nº 3, pág. 425-437.

Kent, John, 2011, “Descolonização e Guerra Fria, A ONU, os Estados Unidos e a Crise do Congo (1960-1963)”, *Relações Internacionais*, nº 12, pág. 39-59.

- Marcos, Daniel, 2011, Eisenhower, Portugal e o «ano da África» nas Nações Unidas, *Relações Internacionais*, nº 30, pág. 5-20.
- Santos, Aurora Almada, 2011, A ONU e as Resoluções da Assembleia Geral de Dezembro de 1960, *Relações Internacionais*, nº 30, pág. 61-69.
- Kent, John, 2005, “United States Reaction to Empire, Colonialism, and Cold War in Black Africa, 1949-1957”, *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, Vol. 33, nº 2, pág. 195-220.
- James, Alan, 2008, “Britain, the Cold War, and the Congo Crisis, 1960-63”, *The Journal of Imperial Commonwealth History*, pág. 152-168.
- Stanard, Matthew, 2005, “Bilan du Monde pour un Monde plus Déshumanisé: the 1958 Brussels World’s Fair and Belgian Perceptions of the Congo”, *European History Quarterly*, pág. 267-298.
- Devos, Rika, 2011, “Expo 58: The Catalyst for Belgium’s Welfare State Government Complex”, *Planning Perspectives*, Vol. 26, nº 4, pág. 649-659.
- Hughes, Matthew, 2003, “Fighting for White Rule in Africa: the Central African Federation, Katanga, and the Congo Crisis, 1958-1965”, *The International History Review*, Vol. 25, Nº 3, pág. 592-615.
- Reis, Bruno Cardoso, 2013, “Portugal and the UN: a Rogue State Resisting the Norm of Decolonization (1956-1974)”, *Portuguese Studies*, Vol. 29, nº 2, pág. 251-276.
- Rodrigues, Luís Nuno, 2013, “The United States and the Portuguese Decolonization”, *Portuguese Studies*, Vol. 29, nº 2, pág. 164-185.
- Rodrigues, Luís Nuno, 2006, “As advertencies de John Foster Dulles”, *Relações Internacionais*, nº 12, pág. 153-156.
- Rich, Paul B, 2012, “The Death of Dag Hammarsköld, the Congolese Civil War, and Decolonization in Africa, 1960-1965”, *Small Wars and Insurgencies*, Vol. 23, nº 2, pág. 352-375.
- Kanet, Roger, 2006, “The Superpower Quest for Empire: the Cold War and Soviet Support for «Wars of National Liberation»”, *Cold War History*, Volº 6, nº 3, pág. 331-352.
- O’Sullivan, Christopher, 2005, “The United Nations, Decolonization, and Self Determination in Cold War Sub-Saharan Africa, 1960-1994”, *Journal of Third World Studies*, Vol. 22, nº 2 pág. 103-120.
- Parker, Jason, 2006, “Cold War II: the Eisenhower Administration, the Bandung Conference, and the Reperiodazation of the Post War Era”, *Diplomatic History*, Vol. 30, nº 5, pág. 857-892.

## **Comunicação em Colóquios**

Alexandre, Manuel Valentim, 2005, “A Descolonização Portuguesa em Perspectiva Comparada”, comunicação apresentada no âmbito da III Conferência Internacional FLAD-IPRI – *Portugal, the USA and Southern Africa/ Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*, realizado a 10 de Novembro de 2005, pág. 31-59.

## **Fontes**

Diário da Manhã

Diário de Lisboa

Diário de Notícias



## Europass-Curriculum Vitae



### Informação pessoal

Apelido(s) / Nome(s) próprio(s) **Pedro Alexandre Nobre Santos Martins**  
Morada(s) **Rua Rainha Dona Luísa de Gusmão, nº4 – 6º Dto., 1600-686, Lisboa, Portugal.**  
Telefone(s) **937 361 276 / 914 793 581**  
Correio(s) electrónico(s) [pedroalexandremartins@yahoo.com](mailto:pedroalexandremartins@yahoo.com), ou [peteralexander1990@hotmail.com](mailto:peteralexander1990@hotmail.com)  
Nacionalidade **Portuguesa**  
Data de nascimento **03/10/1990**  
Sexo **Masculino**

**Emprego pretendido / Área funcional** **Relações Internacionais; Arquivo**

**Educação e formação** **Licenciado em História Moderna e Contemporânea**

A iniciar Mestrado em História Moderna e Contemporânea, vertente Relações Internacionais

Datas Setembro 2009 – Junho 2012

Designação da qualificação atribuída Licenciatura em História Moderna e Contemporânea

Principais disciplinas/competências profissionais  
-História da Europa Moderna  
-Metodologia do Trabalho Historiográfico  
-Sistemas de Informação: Bibliotecas e Arquivos  
-Teorias da História  
-A Europa e o Mundo no Século XIX  
-A Europa e o Mundo Entre Guerras  
-A Europa e o Mundo Após 1945

Nome e tipo da organização de ensino ou formação **ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa**

Nível segundo a classificação nacional ou internacional Licenciatura 14

### Aptidões e competências pessoais

Língua(s) materna(s) **Português**

Outra(s) língua(s)

Auto-avaliação

*Nível europeu (\*)*

**Francês**

**Inglês**

#### Compreensão

Compreensão oral

Utilizador avançado

Utilizador fluente

Leitura

Utilizador avançado

Utilizador fluente

#### Conversa

Interacção oral

Utilizador avançado

Utilizador fluente

Produção oral

Utilizador avançado

Utilizador fluente

#### Escrita

Utilizador independente

Utilizador independente

## Espanhol

Utilizador fluente

Utilizador fluente

Utilizador fluente

Utilizador fluente

Utilizador independente

(\*) [Nível do Quadro Europeu Comum de Referência \(CECR\)](#)

Aptidões e competências sociais	As competências sociais foram amplamente diversificadas com a estadia de 4 anos em Bruxelas, frequentando um instituto de ensino francófono no qual aprendeu os rudimentos do Holandês, seguidos de 4 anos de frequência do liceu francês Charles Lepierre em Lisboa, o que permitiu o contacto com outras culturas e nacionalidades. Sentido do crer na cooperação e trabalho em grupo, tendo facilidade na integração e gosto pela colaboração.
Aptidões e competências de organização	Sentido de dever e responsabilidade. Lealdade.
Aptidões e competências informáticas	Bons conhecimentos informáticos na óptica do utilizador
Aptidões e competências artísticas	Formação musical teórica e instrumental de piano
Carta de condução	Categoria B
<b>Informação adicional</b>	Participação no XI Curso Livre de História Contemporânea, subordinado ao tema: “O fim da URSS, vinte anos depois [1991-2011]” - 21/11/2011 a 25/11/2011 Apoio logístico no XXXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social – <i>A Construção da Fortuna e do Malogro: Prespectivas Históricas</i> . Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, 16 e 17 de Novembro de 2012  A iniciar o Mestrado em História Moderna e Contemporânea, em regime pós-laboral.